

rbca REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO XLIX Nº 245 – SET/OUT 2020

Entrevista

José Mucio Monteiro Filho, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)

Artigos abordam importantes temas para a profissão

SUMÁRIO

Palavra do Presidente

3



Entrevista

José Mucio Monteiro Filho,
Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)

Maristela Giroto

5



Artigo

Nível de evidenciação dos ativos imobilizados e intangíveis de bancos listados na B3

Ayron Sérgio Herculano,
Samuel de Oliveira Durso

11



Artigo

A atuação da mulher contabilista e seu perfil empreendedor frente às organizações contábeis do Município de Ji-Paraná (RO)

Ariane Cristina Roath Würschke, Hellen Cristiany dos Reis Gasparotto,
Professora Marlene Muniz Oliveira Pileghy, Alex Fabiano Bertollo Santana

23



Artigo

Um estudo do Sistema de Acompanhamento de Gestão (SAG) do Exército Brasileiro como ferramenta de controle interno

Amon Ravazzano José de Castro, Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo,
Natália Fernandes

35



Artigo

Aceitação a mudanças nos processos da área de contabilidade entre as diferentes gerações

Juliana Santos Luiz, Letchele Hammes Tavares,
Loíde Gonçalves de Oliveira, Fabiana Frigo Souza

49



Artigo

Disclosure voluntário de informações ambientais pelas empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial

Jerferson Freitas da Silva,
Francisco Felipe da Silva

61



Artigo

Ensaio reflexivo da relevância dos indicadores de desempenho contábil na qualificação econômico-financeira de licitantes

Tiago Luis Brugnera, Rafael Possatto da Silva, Rubens Leonardo Heck

73

PALAVRA DO PRESIDENTE

Divulgação CFC

As parcerias e relações institucionais têm sido, ao longo da história do Conselho Federal de Contabilidade, uma forma efetiva de aumentar a geração de valor aos profissionais da contabilidade. Com a união de recursos, especialmente os intelectuais, a gestão de ações e de trabalhos compartilhados vem trazendo ganhos que seriam muito mais difíceis se fossem realizados isoladamente pelo CFC.

Um exemplo disso é a composição de grupos de estudos técnicos para o desenvolvimento de Normas Brasileiras de Contabilidade. O CFC tem a prática de instituir, por portaria, comissões de especialistas para atuar na discussão e no levantamento de uma série de questões necessárias à elaboração de minutas de normas. Esses profissionais de notório saber são convidados a compor os grupos e a compartilhar conosco, voluntariamente, conhecimentos que são essenciais ao processo de emissão de atos normativos.

A edição da Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC TASP) ilustra muito bem o processo de edição de minutas de NBCs adotado pelo CFC. Graças à parceria existente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e com o Instituto Rui Barbosa (IRB), pudemos constituir um Grupo de Estudos, juntamente com conselheiros da Câmara Técnica do CFC, para estudar a inclusão da NBC TASP na estrutura das NBCs.

Após várias reuniões, o GE chegou à minuta que foi aprovada pelo Plenário do CFC. Com essa aprovação, nós contribuimos, de forma efetiva, para elevar a auditoria das contas públicas, no Brasil, para um padrão de alta qualidade.

A propósito, o CFC já vem desenvolvendo ações, há alguns anos, para contribuir para a melhoria da qualidade da



Zulmir Ivânio Breda
Presidente do CFC

informação no setor público, por meio do trabalho realizado pelo Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – uma parceria do CFC com a Secretaria do Tesouro Nacional. Esse processo deverá culminar, em 2024, com a adoção, por todos os entes da Federação, de todo o conjunto das normas da contabilidade e de auditoria do setor público convergidas ao padrão das *International Public Sector Accounting Standards* (Ipsas).

Todo esse trabalho significa que a contabilidade das contas públicas será preparada e também auditada de acordo com os padrões internacionais. Essa convergência normativa e de interesses nacionais é o tema central da entrevista com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro José Mucio Monteiro Filho.

Recomendo a leitura da entrevista e, especialmente, indico a apreciação atenta dos artigos publicados nesta edição, pois não é sem razão que a RBC é reconhecida, nacionalmente, como uma revista técnica de alta qualidade.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 245, setembro/outubro de 2020 – periódico bimestral
ISSN 0104/8341

- > **Editor**
Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br
- > **Conselho Diretor**
Presidente
Contador Zulmir Ivânio Breda
Vice-presidentes
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Contador Idésio da Silva Coelho Júnior
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador João Altair Caetano dos Santos
Contadora Lucélia Lecheta
Contador Sergio Faraco
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contadora Vítória Maria da Silva
Técnica em Contabilidade Maria Perpétua dos Santos
- > **Conselheiros Efetivos**
Contador Adriano de Andrade Marrocos
Contador Antônio das Graças Alves Ferreira
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Garibaldi Dantas Filho
Contador Haroldo Santos Filho
Contador João Gregório Júnior
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contador Lourival Alves Cavalcante
Contador Manoel Carlos De Oliveira Júnior
Contador Mateus Nascimento Calegari
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contador Palmira Leão de Souza
Contador Wellington do Carmo Cruz
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
Contadora Ticiane Lima Dos Santos
- > **Conselheiros Suplentes**
Contador Aloisio Rodrigues Da Silva
Contadora Ana Luiza Pereira Lima
Contadora Andrézza Carolina Brito Farias
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Júnior
Contador Arleon Carlos Stelini
Contador Carlos Barcellos Damasceno
Contadora Clara Germana Gonçalves Rocha
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Everildo Bento da Silva
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Geraldo De Paula Batista Filho
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador Heráldo de Jesus Campelo
Contador Leonardo Da Silveira Do Nascimento
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador José Domingos Filho
Contadora Maria Constança Carneiro Galvão
Contadora Marisa Luciana Schwabe De Moraes
Contadora Nilva Amália Pasetto
Contador Pedro Gabriel Kenne da Silva
Contador Rivaldo Costa Sarmento
Contadora Vânia Labres da Silva
Contador Weberth Fernandes
Técnico em Contabilidade Farney Assis Rodrigues
Técnico em Contabilidade Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
- > **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
- > **Conselho Editorial da RBC**
Doutor Antonio Ranha da Silva
Doutor Cláudio de Araújo Wanderley
Doutora Edinete André da Rocha Garcia
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutor José Elias Feres de Almeida
Doutor Luiz Alberton
Doutora Mariomar de Sales Lima
Doutor Wenner Glauco Lopes Lucena
Doutorando José Luiz Nunes Fernandes
Mestre Marisa Luciana Schwabe de Moraes
Mestre Tânia Moura da Silva
- > **Jornalista Responsável**
Rafaela Feliciano – 7830/DF
- > **Redação**
Maristela Giroto
- > **Projeto Gráfico**
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes
- > **Diagramação**
Simone Silva
- > **Revisão**
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Ilustrações**
Allan Patrick
- > **Colaboradoras**
Rejane Lima e Simone Kuperchmit
- > **Artigos**
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



ENTREVISTA

José Mucio Monteiro Filho, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)

Por Maristela Giroto

Durante o ano de 2020, a área Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou uma série de trabalhos que culminaram na elaboração de importantes normas. Uma delas, a Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC TASP), aprovada pelo Plenário em 24 de setembro, representa uma inovação, entre as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), por uniformizar o referencial normativo para a realização de auditorias financeiras e contábeis pelas organizações do setor público.

A emissão da NBC TASP foi motivada por um pedido do Instituto Rui Barbosa (IRB), organização que tem o objetivo de auxiliar os Tribunais de Contas no desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas atividades, e contou com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

“A parceria entre o CFC e as organizações relacionadas aos Tribunais de Contas é positiva e já apresenta bons resultados”, garante o ministro José Mucio, presidente do TCU, referindo à emissão da norma que recepciona as *International Standard*

on Auditing (ISAs) como Normas de Auditoria do Setor Público.

Nesta entrevista, o ministro explica que o TCU se encontra em processo de convergência aos padrões e às boas práticas internacionais aplicáveis às auditorias financeiras. Esse processo, segundo ele, é parte da estratégia de fortalecimento da auditoria financeira no Tribunal, o que é importante para aumentar a confiança dos usuários nos trabalhos executados pelo controle externo no País.

O ministro afirma que o TCU participa de organizações e de diver-

sos fóruns de discussão que abrangem os Tribunais de Contas do País. “A adoção das normas nacionais e internacionais de auditoria e de contabilidade é um tema relevante para todos os Tribunais”, acrescenta.

Entre uma série de outros assuntos, o presidente do TCU informa ainda que a Instrução Normativa (IN) nº 84/2020 alterou o marco regulatório do processo de prestação de contas ao determinar que as auditorias anuais de contas sejam conduzidas como trabalhos de asseguarção, visando certificar as contas.

RBC – As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), profissionais e técnicas, relativas à auditoria, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foram incluídas na Decisão Normativa (DN) nº 188, de 30 de setembro de 2020, do TCU. Por que o Tribunal resolveu indicar as NBCs como referência para os trabalhos de auditoria previstos na referida DN?

José Mucio Monteiro Filho – O TCU encontra-se em processo de convergência aos padrões e às boas práticas internacionais aplicáveis às auditorias financeiras. Esse processo é parte da estratégia de fortalecimento da auditoria financeira no TCU, aprovada por meio do Acórdão 3.608/2014-TCU-Plenário.

No contexto do processo de convergência, a IN-TCU nº 84/2020 alterou as normas das prestações de contas dos administradores públicos, para fins de julgamento deste Tribunal. Estabeleceu também o trabalho de certificação como forma de assegurar que essas prestações de contas expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes.

Para isso, a certificação e os trabalhos de auditoria nas contas devem ser realizados em conformidade com as normas e padrões nacionais e internacionais de auditoria do setor público.

O TCU segue as normas da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), as chamadas ISSAIs. Considerando que a Intosai adotou o texto das *International Standards on Auditing* (ISAs) e que as NBCs TAs são traduções das ISAs, então cumprir os requisitos das ISSAIs equivale a cumprir os requisitos das NBCs TAs e vice versa.

A DN-TCU nº 188/2020 é um normativo que estabelece quais

órgãos e entidades deverão ser submetidos à auditoria de contas anuais em 2020, e que já está em consonância com a estratégia de fortalecimento da auditoria financeira e com as inovações trazidas pela IN-TCU nº 84/2020.

É por isso que a DN-TCU nº 188/2020 dispõe que o certificado de auditoria observará a forma e o conteúdo estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria da série 700, uma vez que o Art. 20 da referida IN dispõe sobre os tipos de opiniões de auditoria, que são iguais aos da NBC TA série 700.

RBC – CFC aprovou, no dia 24 de setembro deste ano, a Resolução CFC nº 1.601/2020, que recepcionou a Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC TASP) como parte da estrutura das NBCs. A emissão dessa NBC TASP havia sido um pedido do Instituto Rui Barbosa (IRB), que sugeriu ao CFC a emissão de uma norma recepcionando as *International Standard on Auditing* (ISAs) como Normas de Auditoria do Setor Público. Como o sr. vê essa parceria entre o CFC, que é a entidade emissora de normas contábeis e de auditoria no Brasil, e as organizações relacionadas aos Tribunais de Contas (TCs), como o IRB e a Atricon?

José Mucio – A parceria entre o CFC e as organizações relacionadas aos Tribunais de Contas é positiva e já apresenta bons resultados ao uniformizar o referencial normativo para a realização de auditorias financeiras pelas organizações do setor público.

O pedido do Instituto Rui Barbosa (IRB) e a recente resolução emitida pelo CFC vão ao encontro do disposto no Manual de Auditoria Financeira do TCU, que estabelece

que as normas aplicáveis às auditorias financeiras do setor público são as ISAs, emitidas pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (laasb), organismo apoiado pela *International Federation of Accountants* (Ifac).

A padronização, sistematização e organização que essa parceria proporcionará para a realização dos trabalhos de auditoria no setor público são muito importantes para aumentar a confiança dos usuários nos trabalhos executados pelo controle externo nopaís.

O IRB tem alcance nacional e pode fazer muita diferença no processo de convergência das normas internacionais, seja por referência direta às normas da Intosai ou às normas emitidas pelo CFC. Mas isso depende de como será a recepção e a adaptação dessas normas pelos tribunais de contas, dadas as peculiaridades do setor público.

Vale lembrar, ainda, que os Tribunais de Contas, assim como o TCU, são instituições constitucionais e detêm o poder de regulamentar matéria de sua competência, no âmbito de sua jurisdição. Então, é muito importante a atuação das organizações relacionadas ao controle externo para promover a coordenação no processo de convergência com os padrões internacionais de auditoria.

RBC – O TCU deverá adotar a Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC TASP) em 2024 ou pretende antecipar a adoção? Em caso de antecipar a adoção, já seria possível sabermos por quais normas iria começar?

José Mucio – Conforme mencionei, o TCU encontra-se em processo de convergência aos padrões e às boas práticas internacionais aplicáveis às auditorias financeiras.

“Segundo a Lei Orgânica do Tribunal, a prestação de contas abrange o exame dos demonstrativos contábeis, mas não apenas deles. O Tribunal avalia a clareza e a objetividade das informações que demonstrem a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão.”

O TCU é membro da Intosai e segue as normas dessa instituição tanto para as auditorias operacionais, quanto para as de conformidade e financeiras. Embora a DN-TCU nº 188/2020 tenha citado expressamente uma NBC TA, vale lembrar que essas decisões normativas são regulamentos anuais e podem ser alteradas a cada exercício.

Em vista disso, somente será possível afirmar se o TCU vai, ou não, adotar a referida resolução do CFC se o colegiado da Casa, que atualmente preside, analisar o caso e proferir uma decisão.

RBC – O TCU pretende apoiar ou realizar ações no sentido de sensibilizar os Tribunais de Contas do País sobre a importância da adoção dessas normas?

José Mucio – O TCU participa de organizações e de diversos fóruns de discussão que abrangem os Tribunais de Contas do País. A adoção das normas nacionais e internacionais de auditoria e de contabilidade é um tema relevante para todos os Tribunais. O TCU, junto com seus congêneres subnacionais, tem participado do processo de convergência e contribuído de diversas formas para a convergência de procedimentos, sempre visando prover mais segurança para a socieda-

de sobre a real situação das contas públicas e da gestão.

Até como consequência da simetria fixada pelo Art. 75 da Constituição Federal, os Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais de Contas dos Municípios, tendem, naturalmente, a acompanhar as evoluções e inovações criadas pelo TCU.

RBC – O TCU, por meio da Decisão Normativa nº 178/2019, estabeleceu diretrizes para a elaboração do relatório integrado pelas unidades prestadoras de contas da federação em 2020. Por que o TCU quer receber as prestações de contas na forma de relatório integrado? Quais aspectos, além do financeiro/contábil, são importantes para o TCU em relação às prestações de contas?

José Mucio – O Relato Integrado não é simplesmente um modelo de relatório, mas um método que induz a melhoria da gestão das organizações públicas, em aspectos como planejamento estratégico, governança, gestão de riscos e controles e, em última análise, no alcance de resultados.

Segundo a Lei Orgânica do Tribunal, a prestação de contas abrange o exame dos demonstrativos contábeis, mas não apenas deles.

O Tribunal avalia a clareza e a objetividade das informações que demonstrem a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão. Esses aspectos do exame das contas, em especial a legitimidade, são reforçados pelo relatório integrado, que valoriza a apresentação das informações de modo sistêmico, integrado, coerente, contemplando ainda a demonstração do valor e da sustentabilidade das organizações públicas.

A partir de estudos sobre modelos de relatórios de prestação de contas e do teste do relatório integrado nas contas do Ministério da Fazenda referentes a 2017, o Tribunal concluiu que esse modelo atende às necessidades de informação do público. Ao mesmo tempo, esse modelo desonera os gestores da elaboração de múltiplos relatórios, considerando que ele já era adotado por organizações relevantes da Administração – Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, Art. 8º, inciso IX.

RBC – Os Tribunais de Contas têm, entre as suas funções, a prerrogativa de julgar as contas dos administradores públicos e de dar parecer prévio em relação

às contas de governo, julgadas pelo Legislativo. Considerando os vários tipos de auditoria que são realizados para a elaboração do parecer (de conformidade, operacional, financeira/contábil e outras), o TCU tem a prática de dar ênfases diferentes, a cada ano, às áreas de auditoria? Ou melhor: a cada ano, o TCU escolhe uma área para receber maior destaque na análise do parecer prévio? Qual a metodologia utilizada para a definição anual da auditoria a ser empregada?

José Mucio – Nos últimos dez anos, os trabalhos de auditoria nas contas anuais, que subsidiaram o julgamento das contas dos responsáveis, foram regulamentados pela IN-TCU nº 63/2010 e pelas decisões normativas editadas anualmente.

A metodologia era flexível e permitia que as unidades técnicas do Tribunal, com anuência do relator, decidissem as áreas que consideravam mais importantes e críticas para serem fiscalizadas a cada exercício. Os trabalhos mais executados eram de cunho operacional e de conformidade.

A IN-TCU nº 84/2020 alterou o marco regulatório do processo de prestação de contas ao determinar que as auditorias anuais de contas sejam conduzidas como trabalhos

de asseguuração, visando certificar as contas. Cabe ressaltar que são os resultados das auditorias de contas anuais que subsidiarão o julgamento das contas dos responsáveis a partir do exercício de 2020.

A certificação de contas garante que as auditorias sigam uma sistemática mais bem definida, uma metodologia mais objetiva e reconhecida, com a vistas a proporcionar continuidade ao longo do tempo, ampliar o alcance das áreas auditadas e aperfeiçoar a qualidade das auditorias realizadas.

Quanto ao parecer prévio sobre as contas de governo, o trabalho do TCU envolve emitir opinião sobre: i) os balanços gerais da União; e ii) a execução orçamentária e a gestão dos recursos públicos federais.

Quanto à primeira opinião, ela é formada com base em auditorias financeiras, cuja metodologia também está em processo de convergência com as normas internacionais de auditoria, pautadas tanto nos regramentos clássicos de finanças públicas, como a Lei nº 4.320/1964, quanto em normativos contábeis modernos e alinhados a padrões internacionais, como, por exemplo, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as Normas

Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCs TSP) e as normas internacionais de contabilidade (Ipsas).

Sendo assim, todo ano, o mesmo trabalho de auditoria financeira é feito pelo TCU. As auditorias são realizadas de acordo com o manual de auditoria financeira do TCU, que é baseado em normas de auditoria independente (NBCs TAs) adotadas, inclusive, no setor privado, e normas internacionais de auditoria (ISAs e ISSAIs).

No tocante à segunda opinião, a análise tem como objetivo verificar o cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares que disciplinam a execução dos orçamentos da União e as demais operações realizadas com recursos públicos, como subsídios tributários, financeiros e creditícios. É dado destaque ao que estabelece a lei orçamentária anual e ao cumprimento de regras fiscais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Constituição Federal, a exemplo da meta de resultado primário, do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95/2016) e da Regra de Ouro (Art. 167, III, CF/1988).

Ao longo dos anos, o TCU tem buscado privilegiar os pressupostos da gestão fiscal responsável

“Não há, no cenário político e econômico de 2020, evento mais marcante do que a pandemia. Do ponto de vista das Entidades de Fiscalização Superior, nada foi mais relevante neste ano do que a fiscalização dos gastos públicos relacionados ao combate à Covid-19 e seus efeitos, uma vez que foi o principal foco para a realização de gastos, sobretudo em medidas emergenciais.”

expressos no Art. 1º da LRF, procurando analisar os reflexos da gestão dos recursos públicos na manutenção intertemporal do equilíbrio das contas públicas e na sustentabilidade da dívida pública, fatores cruciais para que o Estado mantenha a sua capacidade de entregar valor à sociedade.

RBC – O ano de 2020 está sendo fortemente impactado pela pan-

demia de Covid-19. O trabalho de auditoria do TCU foi prejudicado, em algum aspecto, pelas regras de isolamento social e outras necessárias ao controle da pandemia?

José Mucio – Eu não diria que houve um prejuízo, mas uma adaptação das fiscalizações realizadas ao novo contexto, em que é exigido uma menor interação presencial e favorece a intensificação do uso de ambientes virtuais.

Foto: divulgação



José Mucio Monteiro Filho, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)

Não há, no cenário político e econômico de 2020, evento mais marcante do que a pandemia. Do ponto de vista das Entidades de Fiscalização Superior, nada foi mais relevante neste ano do que a fiscalização dos gastos públicos relacionados ao combate à Covid-19 e seus efeitos, uma vez que foi o principal foco para a realização de gastos, sobretudo em medidas emergenciais. O TCU rapidamente adaptou o seu planejamento a essa nova realidade e estabeleceu um Programa Especial de Atuação no Enfrentamento à Crise da Covid-19 (Coopera).

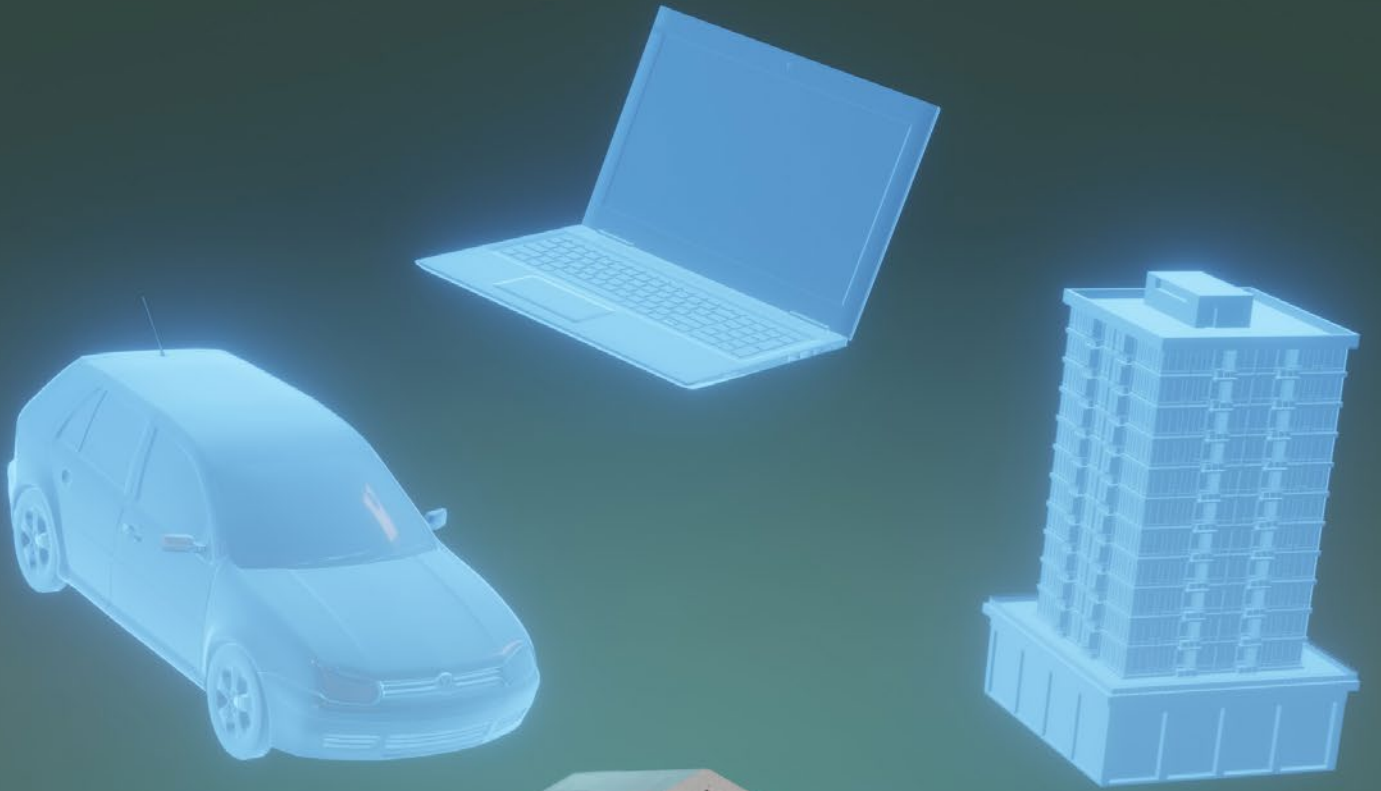
No contexto do Coopera, já foram realizadas mais de 160 ações de controle, que resultaram, até o momento, em uma economia ou recuperação de recursos públicos que somam mais de R\$ 1,2 bilhão.

RBC – O sr. está chegando ao final do seu mandato como presidente do TCU, em 31 de dezembro. Por quais fatos ou ações o sr. gostaria que a sua gestão fosse lembrada?

José Mucio – Eu sempre acreditei que as pessoas são os elementos mais importantes de qualquer iniciativa. Por isso, nossa gestão se esforçou em abrir canais de comunicação, construir pontes, colher opiniões dos mais diversos pontos de vista e tentar construir consensos. Mais que punir o administrador faltoso, procuramos ajudar os gestores a não cometerem erros.

Colocamos nossa experiência e conhecimento a serviço da administração pública para que esta pudesse prestar mais e melhores serviços à população, especialmente à parcela mais necessitada.

Assim, ficarei extremamente satisfeito se nossa gestão for lembrada por ter ajudado o TCU a se tornar cada vez mais próximo dos cidadãos, ser útil para suas vidas e ser reconhecido como um parceiro.



Nível de evidenciação dos ativos imobilizados e intangíveis de bancos listados na B3

O objetivo desta pesquisa foi identificar de que forma os principais bancos no Brasil estão divulgando as informações sobre os ativos imobilizados e intangíveis ao mercado. Para essas instituições, essas contas apresentam relevância secundária, em função da sua materialidade. Porém, para os investidores, tanto o imobilizado quanto o intangível apresentam relevância, uma vez que possuem *accruals* que impactam o resultado das instituições. Dessa forma, para a análise dos dados, o presente estudo construiu índices de evidenciação, pautados nas normas contábeis vigentes e na revisão da literatura. Foram analisadas as demonstrações contábeis de 2017 das 26 instituições financeiras listadas na B3 e classificadas como Banco. A partir dos índices criados, foi possível constatar que o nível de evidenciação para ativos intangíveis e imobilizados de Bancos listados na B3 podem ser classificados como Bom ou Ótimo. Adicionalmente, a partir de testes de média, identificou-se que as entidades pertencentes a algum dos níveis de governança corporativa da B3 apresentam melhor evidenciação, tanto para o intangível quanto para o imobilizado. O presente artigo mostra-se relevante para a academia e prática contábil na medida em que investiga como os bancos no país estão divulgando informações obrigatórias, de acordo com as normas contábeis atualmente vigentes.

Ayron Sérgio Herculano

Possui graduação em Administração pela Universidade Paulista (2010), cursou Ciências Contábeis (2019) pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e atuou como analista contábil no Banco Bradesco S.A. Tem experiência na área comercial, relacionamento com cliente e controle e gestão de ativos (imobilizado/intangíveis). Interessa-se por pesquisas, projetos e atuações voltadas à área Contábil/Financeira. E-mail: Ayron_ash@hotmail.com

Samuel de Oliveira Durso

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), é mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharel em Ciências Econômicas, também pela UFMG. Já atuou com auditoria externa e interna. É docente do núcleo permanente do programa de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da Fipecafi. E-mail: sodurso@gmail.com

1. Introdução

As instituições financeiras exercem um papel importante nas economias modernas, fomentando o financiamento das empresas e, conseqüentemente, suavizando os ciclos econômicos pelos quais passam os países (COSTA; DEOS, 2002). O bom funcionamento dessas organizações é fundamental, portanto, para que as nações possam se desenvolver de forma sustentável ao longo do tempo. Para que a economia do país cresça, é necessário incentivar projetos de inovação e, para isso, torna-se importante apresentar um sistema financeiro eficiente, sólido e confiável (RAPINE, 2009).

O setor financeiro atual passa por transformações cada vez mais rápidas, oriundas da maior integração internacional dos mercados (REIS; GOMES; DALBEM, 2014). Assim como as organizações de outros ramos de atividade, as instituições financeiras precisam adotar procedimentos que permitam o bom gerenciamento de seus ativos de forma a garantir uma saúde econômico-financeira adequada para o correto funcionamento de suas atividades. Além disso, tendo em vista o papel-chave dessas entidades,

torna-se essencial implementar processos gerenciais adequados que permitam fortalecer os seus controles internos, respeitando as exigências dos órgãos reguladores brasileiros e internacionais (OLIVEIRA; SOARES, 2018).

Pesquisas recentes realizadas no Brasil sinalizam que algumas entidades podem lançar mão de processos de gerenciamento de resultados a fim de apresentar ao mercado lucro (ou prejuízo) contábil que lhe beneficie, em alguma medida, o que também é verdade para as instituições financeiras, principalmente pela prática de *income smoothing* (CARDOSO; SOUZA; DANTAS, 2015; MACEDO; KELLY, 2016; SOUZA; BRESSAN, 2018). Entre as contas contábeis passíveis de manipulação para fins de gerenciamento de resultado, destacam-se as contas de imobilizado e intangível, que possibilitam apropriações mensais ao resultado em função do período de competência relacionado com a depreciação e amortização.

Para as instituições financeiras, o grupo do imobilizado e intangível possui papel secundário nas demonstrações contábeis, quando se considera a materialidade de suas contas. Essa situação decorre, sobretudo, da própria estrutura de funcionamento das instituições financeiras, mas pode representar um risco para os investidores. Ao apresentar um saldo imaterial, quando se analisa o peso individual dessas contas, pode-se deixar de lado informações importantes sobre o processo de gestão e controle de tais ativos e, conseqüentemente, gerar impactos negativos aos usuários das informações contábeis.

Dessa forma, a questão de pesquisa que norteia o presente estu-

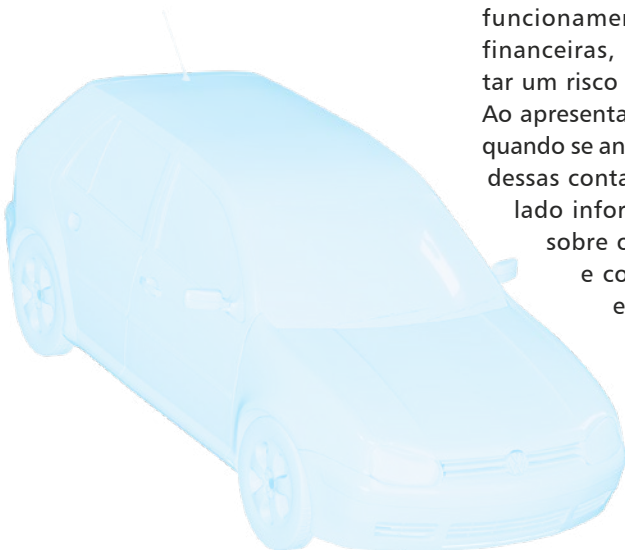
do é: **Qual o nível de evidenciação para os ativos imobilizados e intangíveis nas notas explicativas das demonstrações contábeis dos bancos listados na B3?** O objetivo do estudo, portanto, é identificar de que forma os principais bancos no Brasil estão divulgando as informações sobre os ativos imobilizados e intangíveis ao mercado. Para isso, foram criados índices de evidenciação levando em consideração as determinações das normas contábeis atualmente em vigor e estudos anteriores sobre a temática (PRAZERES; ARAÚJO; ARAÚJO; LIMA; LAGIOIA, 2016; SILVA; SILVA; LAURENCEL, 2016; GARCIA; LEGORI; SANCHES; FAIA, 2017; SILVA; KUTIANSKI; SCHERER, 2018).

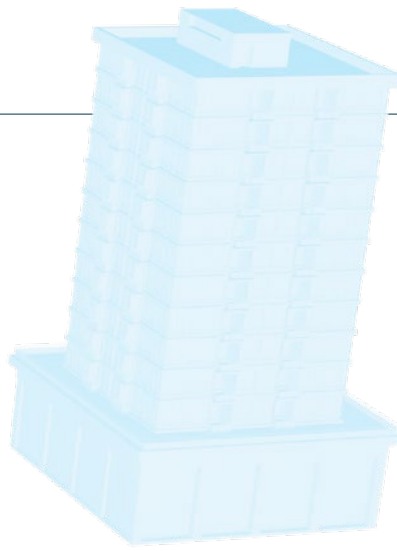
2. Fundamentação Teórica

2.1 Teoria da Divulgação

De acordo com Salotti e Yamamoto (2005), a teoria da Divulgação busca analisar a evidenciação realizada pelas empresas sob diferentes aspectos e abordagens, buscando identificar as conseqüências da divulgação para o mercado de capitais, as razões que levam as empresas a divulgarem determinadas informações e os fatores que impactam a qualidade da informação contábil, por exemplo.

Os principais autores da teoria da Divulgação são Verrecchia (2001) e Dye (2001). Para o início do século XXI, o primeiro desses autores considerava que a teoria da Divulgação ainda não estava suficientemente desenvolvida, para que se possa considerar unificada e abrangente. Dye (2001), contudo, para o mesmo período analisado por Verrecchia, já considerava que a teoria da Divulgação como desenvolvida, ajudando a entender a importância da informação contábil para o funcionamento dos mercados.





Nos últimos anos, diversas pesquisas abordando a teoria da Divulgação têm sido realizadas no Brasil e internacionalmente, principalmente após a convergência para o padrão internacional de contabilidade, o padrão IFRS. As pesquisas na atualidade que abordam o tema buscam analisar as melhorias e limitações das normas internacionais para as diversas localidades que adotaram o padrão de contabilidade elaborado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) (HORTON; SERAFEIM; SERAFEIM, 2013; DAYANANDAN; DONKER; IVANOF; KARAHAN, 2016).

A teoria da Divulgação estabelece uma diferenciação entre as informações obrigatórias e voluntárias, baseando-se, para isso, na teoria dos Jogos (DYE, 2001). Nessa perspectiva, as empresas irão divulgar aquilo que é exigido por lei (informações obrigatórias) e as informações de natureza voluntárias que forem benéficas para seus objetivos. Em um cenário no qual a regulação e a fiscalização não são fortes, as empresas podem deixar, inclusive, de divulgar informações obrigatórias que, de alguma forma, não sejam positivas para atingir os objetivos de seus dirigentes.

2.2 Normas Contábeis sobre Ativo e Intangível

2.2.1 Estrutura Conceitual e Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

De acordo com a estrutura conceitual da contabilidade atualmente vigente no Brasil, as demonstrações contábeis devem ser elaboradas para atender às exigências de investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes ou em potenciais. Esses agentes não possuem acesso às informações produzidas pelas entidades, necessitan-

do dos relatórios financeiros para o embasamento da tomada de decisão (CPC, 2019). Nesse cenário, as informações contábeis exercem um papel importante de redução da assimetria de informação entre a empresa e os agentes supracitados.

Órgãos reguladores ou autoridades tributárias (como a Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central, por exemplo) podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses, desde que esses interesses não afetem as demonstrações contábeis elaboradas segundo a estrutura conceitual atualmente vigente no país (CPC, 2019). É comum para empresas de determinados ramos de atuação apresentar, inclusive, informações elaboradas exclusivamente para atender às determinações dos órgãos que regulam a sua atividade no país.

Para o setor financeiro, em específico, foi criado em 1987 o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), que dispõe de critérios e procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com o objetivo de unificar os planos contábeis e uniformizar os procedimentos para elaboração de demonstrações financeiras, de forma clara e fidedigna, para facilitar a análise, avaliação do desempenho e controle das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (COSIF, 2019).

Logo, as instituições financeiras, nacionais e estrangeiras instaladas no Brasil, seguem critérios adotados e repassados por meio da Cosif para a elaboração de suas demonstrações.

2.2.2 CPC 27 – Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é definido como um bem tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, no qual se espera utilizar por mais de um período, conseqüentemente, podendo gerar benefício econômico futuro, risco e controle (CPC, 2009).

Seguindo a normatização vigente, devem constar nas demonstrações contábeis os critérios de mensuração do valor contábil bruto, métodos de depreciação, as vidas úteis ou taxas de depreciação, valor contábil bruto e líquido, depreciação acumulada (incluindo as perdas por redução ao valor recuperável acumulada), a conciliação entre os valores contábeis iniciais e finais, demonstrando as mutações em notas explicativas (CPC, 2009).

Quando dispuser, também constarão os dados como as restrições de garantias (hipotecas, alienação fiduciária e outras), compromissos advindos da aquisição, indenizações por parte de terceiros, as mudanças nas estimativas que tenham efeito no resultado corrente ou em resultados futuros e os ativos adquiridos por meio de arrendamento mercantil (CPC, 2009).

Ademais, é sugerido – para a apreciação dos *Stakeholders* – que haja divulgações sobre os ativos que estejam temporariamente ociosos, totalmente depreciados (mas ainda em uso), ativos fora de uso que não sejam mantidos à venda e o valor justo do imobilizado quando materialmente diferente do valor contábil (CPC, 2009).

2.2.3 CPC 04 (R1) – Ativo Intangível

Ativo intangível é definido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade como um ativo não monetário, identificável, sem substância física, que demanda controle e seja gerador de benefícios econômicos futuros, sendo exemplos deles, marcas, softwares, licenças, direitos autorais e patentes (CPC, 2010).

Para a sua divulgação, é necessário constar nas demonstrações contábeis, entre outras coisas, a distinção entre ativos gerados internamente e os demais, se a vida útil é definida, ou não, e, se caso seja definida, os prazos de vida útil e os métodos de amortização, valor contábil bruto e líquido, amortização acumulada (incluindo as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável). Caso não seja definida, devem-se divulgar o valor contábil e os motivos que fundamentam essa avaliação, a rubrica da demonstração do resultado, a conciliação entre os valores contábeis iniciais e finais demonstrando as mutações em notas explicativas (CPC, 2010).

Se houver casos descritos como métodos de reavaliação, compromissos advindos da aquisição, as mudanças nas estimativas que te-

nham efeito no resultado corrente ou em resultados futuros, intangíveis adquiridos por subvenção ou assistências governamentais (inicialmente reconhecidos ao valor justo) e gastos com pesquisa e desenvolvimento também deverão ser evidenciados (CPC, 2010).

De forma facultativa, podem ser divulgadas as seguintes informações: descrição dos ativos que estejam totalmente depreciados, mas ainda em operação, e a descrição dos ativos significativos, controlados pela entidade, que não atendam aos critérios de enquadramento ou foram adquiridos/gerados antes do vigor do pronunciamento vigente (CPC, 2010).

2.3 Pesquisas Empíricas

Silva, Silva e Laurencel (2016) buscaram analisar o nível de evidenciação das demonstrações financeiras divulgadas no ano de 2012 pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA (atual B3). Para isso, foi criado um índice denominado pelos autores de Índice de Não Divulgação (IND). O principal achado da pesquisa indica que as empresas da amostra não divulgam cerca de 32,9% dos índices obrigatórios para o ativo imobilizado. Além disso, a partir de teste de

Médias, os autores encontram evidências de que a existência de *American Depositary Receipts* (ADR), auditoria, porte e segmento de mercado são fatores explicativos para o nível de evidenciação das informações para o ativo imobilizado.

Garcia, Legori, Sanches e Faia (2018) avaliaram as diferenças nas práticas de evidenciação dos ativos intangíveis, conforme especificações das IFRS, em empresas australianas e brasileiras. Na amostra da pesquisa, constam 6 companhias listadas na B3 e 10 empresas bolsa de valores da Austrália. Os procedimentos da pesquisa indicam que as empresas australianas da amostra apresentam um índice de evidenciação de 52,73%, enquanto as brasileiras, 43,18%. Pela classificação dos autores, o nível australiano pode ser identificado como bom, enquanto o brasileiro como regular.

Silva, Kutianski e Scherer (2018) objetivaram analisar as características do nível de evidenciação em notas explicativas sobre o ativo imobilizado em empresas de capital aberto brasileiras do setor de bens industriais. A base de dados foi formada por 33 empresas e os dados foram analisados do período de 2008 a 2013. Como principais resultados, os autores encontram evidências de que houve uma melhoria na qualidade da divulgação

“Ativo intangível é definido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade como um ativo não monetário, identificável, sem substância física, que demanda controle e seja gerador de benefícios econômicos futuros, sendo exemplos deles, marcas, softwares, licenças, direitos autorais e patentes (CPC, 2010).”

do ativo imobilizado. Além disso, a pesquisa encontra indícios de que o tamanho, o endividamento e o tipo de auditoria foram fatores importantes para a determinação do índice de evidência do ativo imobilizado para as empresas da amostra.

3. Metodologia

3.1 Delineamento Metodológico

A presente pesquisa pode ser classificada como: i) descritiva, pois busca analisar como o fenômeno da evidência das informações sobre o ativo imobilizado e intangível está sendo realizado para as empresas da amostra; ii) documental, pois utiliza as informações primárias referentes às demonstrações contábeis das empresas analisadas; e iii) quantitativa, pois cria um índice de evidência para as divulgações relacionadas com o ativo imobilizado e intangível das empresas da amostra e são realizados procedimentos estatísticos para análise (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

3.2 Amostra da Pesquisa

A população do estudo contempla as empresas listadas na B3 classificadas como Banco no setor de atuação Financeiro. Existiam, quando da realização da pesquisa, 26 entidades classificadas nesse ramo de atividade, conforme evidência o Quadro 1.

Para atingir o objetivo proposto pela pesquisa, foi construído um índice de evidência para o ativo imobilizado e para o ativo intangível para todas as observações da população da pesquisa. Para isso, foram coletadas e analisadas diretamente do site da B3 as notas explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2017 dos bancos apresentados no Quadro 1. A metodologia de cálculo do índice

Quadro 1 – Bancos listados na B3

Bancos	Pregão	Seguimento Governança Corporativa
ALFA HOLDINGS S.A.	ALFA HOLDING	TRADICIONAL
INTER S.A.	BANCO INTER	N1
BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	BANESTES	TRADICIONAL
ABC BRASIL S.A.	ABC BRASIL	N2
ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	ALFA INVEST	TRADICIONAL
AMAZÔNIA S.A.	AMAZONIA	TRADICIONAL
BRADERCO S.A.	BRADERCO	N1
BANCO DO BRASIL S.A.	BRASIL	NM
BTG PACTUAL S.A.	BTGP BANCO	TRADICIONAL
BANESE - BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	BANESE	TRADICIONAL
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	BANPARÁ	TRADICIONAL
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL	N1
INDUSVAL S.A.	INDUSVAL	N2
MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.	MERC INVEST	TRADICIONAL
MERCANTIL DO BRASIL S.A.	MERC BRASIL	TRADICIONAL
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	NORD BRASIL	TRADICIONAL
PAN S.A.	BANCO PAN	N1
PATAGÔNIA S.A.	PATAGÔNIA	DR3
PINE S.A.	PINE	N2
SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR	TRADICIONAL
SOFISA S.A.	SOFISABM	TRADICIONAL
BANCO DE BRASÍLIA S.A.	BRB BANCO	TRADICIONAL
CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S.A.	CCBBM	TRADICIONAL
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITAUUNIBANCO	N1
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	ITAUSA	N1
PARANÁ BANCO S.A.	PARANÁ	TRADICIONAL

de evidência, por sua vez, seguiu as determinações dos normativos contábeis atualmente em vigor (CPC 27 e CPC 04 (R1)) e, ainda, de índices estruturados por pesquisas anteriores (PRAZERES; ARAÚJO; ARAÚJO; LIMA; LAGIOIA, 2016; SILVA; SILVA; LAURENCEL, 2016; GARCIA; LEGORI; SANCHES; FAIA, 2017; SILVA; KUTIANSKI; SCHERER, 2018). Na apresentação dos resultados, foram criados nomes fictícios para as instituições analisadas, com o intuito de não infringir questões éticas relacionadas à pesquisa.

3.2.1 Criação do Índice de Evidência

Para responder ao problema de pesquisa estipulado pelo estudo, foram construídas duas metodologias de análise. Ambas tiveram

como ponto de partida as normas contábeis que regem a divulgação dos ativos imobilizados e intangíveis, a saber o CPC 27 e o CPC 04 (R1), respectivamente. A primeira metodologia foi denominada Tolerante e contou com os itens fundamentais dos referidos normativos. A partir da análise das determinações do CPC 27, os pesquisadores identificaram os itens 73a, 73b, 73c, 73d, 73e-vii, 75a e 75b como sendo aqueles referentes a eventos que estão comumente no grupo de contas do ativo imobilizado de uma instituição financeira. Já os itens do CPC 04 (R1) utilizados para o cálculo do índice Tolerante foram 118a, 118b, 118c, 118d, 118e-vi, 122b. Assim como para o índice do imobilizado, os itens selecionados foram considerados como essenciais e comumente presentes no grupo de ativos intangíveis de uma instituição financeira.

A segunda metodologia, por sua vez, denominada Rigorosa utilizou todos os itens dos normativos cuja divulgação apresenta natureza obrigatória, assumindo, nesse caso, que todos os eventos ocorreram na entidade. Nesse caso, portanto, foram considerados todos os itens apresentados como necessários de divulgação dos respectivos normativos. A partir da análise dos pesquisadores, para o CPC 27, foram identificados, além dos itens apresentados anteriormente para o índice Tolerante, os seguintes itens para a construção do índice Rigoroso: 73e-i, 73e-ii, 73e-iii, 73e-iv, 73e-v, 73e-vi, 73e-viii, 73e-ix, 74a, 74b, 74c, 74d, 77a, 77b, 77e, 77f, 78, 79a, 79b, 79c e 79d. Para o CPC 04 (R1), os itens utilizados para o índice Rigoroso, em adição aos já mencionados anterior, foram: 118e-i, 118e-ii, 118e-iii, 118e-iv, 118e-v, 118e-vii, 118e-viii, 120, 122a, 122c-i, 122c-ii, 122c-iii, 122d, 122e, 124a-i, 124a-ii, 124a-iii, 124b, 126, 127a e 127b.

Tanto para o índice Tolerante quanto para o Rigoroso foi utilizado o racional apresentado pela Fórmula 1 estabelecida a seguir.

$$\text{Índice}_i = \frac{\Sigma \text{Ítems Presentes na Demonstração}_i}{\Sigma \text{Total de Ítems do Índice}} \times 100 \quad (01)$$

Conforme apresentado na Fórmula 1, para se obter o índice da empresa *i*, o denominador representa o total de itens considerados para a composição do índice, conforme destacado anteriormente. Já o numerador representa o total de itens identificados na demonstração financeira da referida entidade. Caso o item considerado pelo índice estivesse presente, atribuiu-se o valor 1 (um) e caso estivesse ausente 0 (zero). O resultado dessa divisão, ao ser multiplicado por 100, retorna um valor em percentual para o indicador de evidenciação.

A partir dos índices construídos, que podem variar de 0% a 100%, construiu-se uma análise descritiva, buscando identificar o nível de *disclosure* dos bancos em relação aos seus ativos imobilizados e intangíveis. Para a análise da qualidade das informações, adotou-se a metodologia de Garcia, Legori, Sanches e Faia (2018), apresentada no Quadro 2.

Conforme evidenciado no Quadro 2, a análise dos índices, de acordo com os autores supracitados, se dá por quartis (divisão de 100% em quatro partes). O primeiro quartil, portanto, apresenta os casos em que o índice de evidenciação apresentou valor de 0% até 25%. Já o segundo quartil apresenta os casos em que o índice apurado mostrou valor de 25,1% até 50%. O terceiro quartil, por sua vez, apresenta os índices que foram apurados entre 50,1% até 75%. Por fim, o quarto e último quartil apresenta os índices que atingiram o sal-

do de 75,1% até 100%. Ressalta-se, ainda, que quanto maior o quartil apresentado pela instituição no índice criado, melhor será considerada a sua evidenciação, independentemente da metodologia apresentada.

Quadro 2 – Classificação do nível de *disclosure*

Bancos	Pregão	Seguimento
1º	0%-25%	Ruim
2º	25,1%-50%	Regular
3º	50,1%-75%	Bom
4º	75,1%-100%	Ótimo

Fonte: Garcia, Legori, Sanches e Faia (2018).

A análise dos índices construídos contou, ainda, com a estimação de correlações entre os índices construídos pela pesquisa. A Fórmula 2 apresenta o detalhamento do cálculo realizado nesse tipo de procedimento.

$$r = \frac{\Sigma_{i=1}^n (X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y})}{\sqrt{[\Sigma_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2][\Sigma_{i=1}^n (Y_i - \bar{Y})^2]}} \quad (02)$$

Em que:

r é a correlação obtida entre os índices

X_i é o valor do primeiro índice apresentado pela entidade *i*

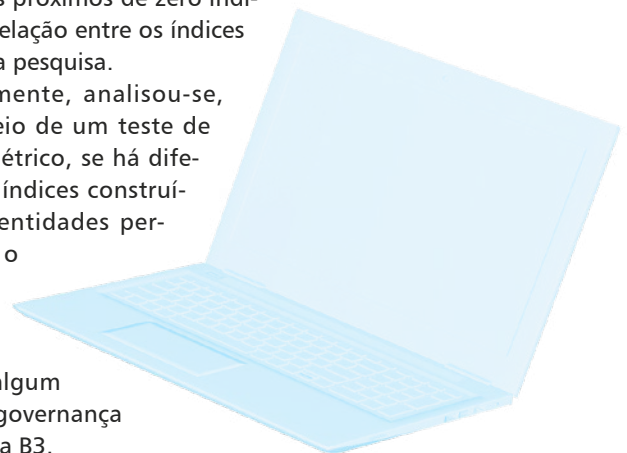
Y_i é o valor do segundo índice apresentado pela entidade *i*

X representa a média obtida para a amostra para o primeiro índice

Y representa a média obtida para a amostra para o segundo índice

Por meio da Fórmula 2, a correlação é um número que pode variar entre -1 e +1. Quanto mais próximo das extremidades, mais forte tende a ser a correlação entre os índices. O valor positivo indica uma correlação diretamente proporcional, enquanto um valor negativo indica uma correlação inversamente proporcional. Já valores mais próximos de zero indicam fraca correlação entre os índices calculados pela pesquisa.

Adicionalmente, analisou-se, ainda, por meio de um teste de médias paramétrico, se há diferença para os índices construídos entre as entidades pertencentes ao seguimento tradicional e aquelas vinculadas a algum dos níveis de governança corporativa da B3.



4. Síntese dos Resultados

Inicialmente, foram calculados, para todas as empresas classificadas como Banco no setor Financeiro da B3, os índices de evidência do imobilizado e intangível. Esses índices foram denominados Tolerante, de acordo com a metodologia descrita no Capítulo 3 do artigo. Esses valores estão apresentados na Tabela 1. O nome das instituições foi substituído de forma aleatória, visando respeitar as questões éticas da pesquisa. Conforme explicitado na metodologia do estudo, esse índice considera apenas os itens fundamentais para a divulgação das informações exigidas pelo CPC 27 e CPC 24 (R1).

Como é possível perceber pela análise da Tabela 1, a média do índice de evidência Tolerante do ativo imobilizado foi igual a 86,61% e, para o intangível, 82,69%. Segundo a metodologia de classificação de Garcia, Legori, Sanches e Faia (2018), apresentada no Quadro 2, esses dois valores podem ser classificados como Ótimo, uma vez que estão localizados no 4º quartil. Além disso, quando analisado individualmente, é possível constatar que das 26 instituições financeiras analisadas, 21 atingiram o valor máximo do índice Tolerante para o imobilizado e um total de 22 estão localizadas no 4º quartil desse índice, ou seja, são classificadas como Ótimo. De forma similar, 20 empresas atingiram o valor máximo para o índice Tolerante para o intangível e 21 estão no 4º quartil. A correlação entre os dois índices do tipo Tolerante, conforme metodologia apresentada no Capítulo 3 do artigo, foi igual a 0,8752, indicando que os bancos que apresentam boa evidência a realizam para os dois itens, e aqueles com *disclosure* ruim o faz tanto para o imobilizado quanto para o intangível.

Tabela 1 – Resultados do Índice Tolerante

Banco	Índice Tolerante Imobilizado (Em %)	Índice Tolerante Intangível (Em %)
B1	100	100
B2	100	100
B3	100	100
B4	100	100
B5	100	100
B6	100	100
B7	100	100
B8	100	100
B9	100	100
B10	100	100
B11	100	100
B12	100	100
B13	100	100
B14	100	100
B15	100	100
B16	100	100
B17	100	100
B18	100	100
B19	100	100
B20	85,71	100
B21	100	83,33
B22	42,86	33,33
B23	100	16,67
B24	28,57	16,67
B25	0	0
B26	0	0
MÉDIA	86,81	82,69



O índice Rigoroso, por sua vez, conforme explicado no Capítulo 3 do artigo, considera os itens obrigatórios de divulgação que devem ser apresentados por todas as empresas. Nesse cenário, esse índice assume a existência de todos os fenômenos que geram divulgação, de acordo com as normas contábeis vigentes. A Tabela 2 contém os valores do índice Rigoroso para cada uma das entidades analisadas pelo estudo. É necessário frisar que o nome fictício apresentado na Tabela 1 foi mantido na Tabela 2.

Pelo caráter mais exigente, era esperado que os índices do tipo Rigoroso do imobilizado e intangível fossem menores do que os do tipo Tolerante. Como foi possível perceber, a média para o índice Rigoroso do imobilizado foi igual a 51,24% e, para o intangível, 36,61%. Esses resultados colocam o índice de evidenciação dos bancos como Bom, para o ativo imobilizado, e Regular para o ativo intangível, de acordo com a classificação de Garcia, Legori, Sanches e Faia (2018). A correlação entre os índices do tipo Rigoroso do ativo imobilizado e intangível foi igual a 0,8715, indicando, mais uma vez, que quanto melhor/pior a divulgação sobre o ativo imobilizado melhor/pior tende a ser a divulgação sobre o intangível.

Calculou-se, ainda, o índice Médio obtido a partir da média do índice Tolerante e Rigoroso para cada uma das empresas da amostra. O objetivo desse terceiro índice é encontrar um valor que esteja entre a metodologia Tolerante e Rigorosa. A Tabela 3 contém os resultados obtidos para o índice Médio para o imobilizado.

Conforme evidenciado na Tabela 3, os bancos com melhor índice de evidenciação Médio foram B6, B18 e B16. No total, 16 bancos apresentaram um nível de divulgação que pode ser classificada como Ótimo, de acordo com a metodologia de Garcia, Legori, Sanches e Faia (2018). Outros 6 (seis) bancos apresentaram um índice classificado como Bom e 4 entidades mostraram nível Regular ou Ruim.

Tabela 2 – Resultados do Índice Rigoroso

Banco	Índice Rigoroso Imobilizado (Em %)	Índice Rigoroso Intangível (Em %)
B6	89,29	70,37
B16	85,71	62,96
B5	78,57	62,96
B18	89,29	59,26
B10	50,00	59,26
B2	78,57	55,56
B11	78,57	51,85
B13	64,29	51,85
B12	53,57	51,85
B19	50,00	48,15
B9	64,29	44,44
B1	57,14	40,74
B4	42,86	37,04
B15	64,29	33,33
B8	39,29	33,33
B20	35,71	33,33
B14	78,57	29,63
B17	57,14	29,63
B7	50,00	29,63
B3	42,86	25,93
B21	32,14	22,22
B22	10,71	11,11
B23	32,14	3,7
B24	7,14	3,7
B25	0	0
B26	0	0
MÉDIA	51,24	36,61

Tabela 3 – Índice Médio para o Imobilizado

Ranking	Banco	Índice Médio Imobilizado (Em %)
1	B6	94,64
1	B18	94,64
3	B16	92,86
4	B2	89,29
4	B5	89,29
4	B11	89,29
4	B14	89,29
8	B9	82,14
8	B13	82,14
8	B15	82,14
11	B1	78,57
11	B17	78,57
13	B12	76,79
14	B7	75,00
14	B10	75,00
14	B19	75,00
17	B3	71,43
17	B4	71,43
19	B8	69,64
20	B21	66,07
20	B23	66,07
22	B20	60,71
23	B22	26,79
24	B24	17,86
25	B25	0,00
25	B26	0,00
MÉDIA		69,02

A Tabela 4 apresenta o resultado do cálculo do índice Médio para o ativo intangível das empresas analisadas pelo estudo. Como é possível notar, as instituições B6, B16 e B5 apresentaram os maiores índices de *disclosure*. Nove empresas apresentaram um índice classificado como Ótimo, 12 como Bom e 4 como Regular ou Ruim. A correlação entre os índices do tipo médio foi igual a 0,9064, em consonância com as correlações estabelecidas para as duas metodologias anteriores.

Os resultados encontrados para as instituições financeiras para o ano de 2017 estão em linha com o achado de pesquisas anteriores realizadas para outros setores e amostras (SILVA; SILVA; LAURENCEL, 2016; GARCIA; LEGORI; SANCHES; FAIA, 2018; SILVA; KUTIANSKI; SCHERER, 2018).

Para todos os índices, foram estimados testes de Diferença de Médias entre os bancos pertencentes a algum dos níveis de governança corporativa da B3 (n=11) e aquelas estabelecidas no mercado tradicional (n=15). Esse tipo de análise permite identificar se grupos independentes apresentam médias que provêm de uma população com distribuição estatisticamente igual. Na presente pesquisa, utilizou-se o teste T de Student, assumindo variância diferente para os grupos. A hipótese nula do teste consiste na afirmação de que os grupos analisados apresentam médias iguais. A hipótese alternativa de um teste Bicaudal, portanto, é a de que as médias são diferentes. O resultado do teste, se significativo ao nível de, pelo menos, 5% permite a rejeição da hipótese nula em favor da hipótese alternativa. Caso contrário, se o nível de significância for maior do que 5%, não se pode rejeitar a hipótese nula do teste.

Assim, para os dados da pesquisa, foi possível, considerando todos os índices criados, rejeitar a hipótese nula de que as médias obtidas para os dois grupos são iguais (ao nível de

Tabela 4 – Índice Médio para o Intangível

Ranking	Banco	Índice Médio Intangível (Em %)
1	B6	85,19
2	B16	81,48
2	B5	81,48
4	B18	79,63
4	B10	79,63
6	B2	77,78
7	B11	75,93
7	B13	75,93
7	B12	75,93
10	B19	74,07
11	B9	72,22
12	B1	70,37
13	B4	68,52
14	B15	66,67
14	B8	66,67
14	B20	66,67
17	B14	64,81
17	B17	64,81
17	B7	64,81
20	B3	62,96
21	B21	52,78
22	B22	22,22
23	B23	10,19
23	B24	10,19
25	B25	0,00
25	B26	0,00
MÉDIA		59,65

Tabela 5 – Teste de médias para a Governança Corporativa

Índice	Empresas do mercado tradicional (N=15)	Empresas com nível de GC (N=11)	P-valor (teste bicaudal)
ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DO IMOBILIZADO (TOLERANTE)	77,14	100,00	0,0373
ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DO INTANGÍVEL (TOLERANTE)	71,11	98,48	0,0272
ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DO IMOBILIZADO (RIGOROSO)	40,95	65,26	0,0121
ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DO INTANGÍVEL (RIGOROSO)	28,64	47,47	0,0141
ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DO IMOBILIZADO (MÉDIO)	59,05	82,63	0,0141
ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DO INTANGÍVEL (MÉDIO)	49,88	72,98	0,0146

significância de 5%). Esse resultado indica que as empresas pertencentes a algum dos níveis de governança corporativa apresentam melhores índices de divulgação, uma vez que a média desse grupo foi maior para os seis índices criados, conforme apresenta a Tabela 5.

O resultado em questão está em linha com pesquisas anteriores, que mostram que empresas com governança corporativa apresentam melhores divulgações e transparência (EDWARDS; SOARES; LIMA, 2013; MACÊDO; MOURA; DAGOSTINI; HEIN, 2013).

5. Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo identificar de que forma as principais instituições financeiras no Brasil estão divulgando as informações sobre os ativos imobilizados e intangíveis ao mercado de capitais. Para isso, foram analisadas as demonstrações contábeis do ano de 2017 de todas as companhias registradas na B3 e classificadas como Banco no setor de atuação Financeiro.

A partir da revisão da literatura, foram construídas duas metodologias de análise, tendo como base as normas contábeis que regem a divulgação dos ativos imobilizados e intangíveis, a saber: CPC 27 e o CPC 04 (R1), respectivamente. A primeira metodologia foi denominada Tolerante e contou com os itens fundamentais dos referidos normativos. A segunda metodologia, por sua vez, denominada Rigorosa, utilizou todos os itens dos normativos cuja divulgação apre-

senta natureza obrigatória, assumindo, nesse caso, que todos os eventos ocorreram na entidade.

Pelos procedimentos adotados na pesquisa, foi possível identificar que os Bancos listados na B3 apresentam, em sua maioria, níveis de evidenciação para os ativos imobilizados e intangíveis que podem ser classificados como Bom ou Ótimo, corroborando os achados de pesquisas anteriores realizadas para outros setores e amostras. Os resultados da pesquisa indicam, ainda, que o índice de divulgação (para as duas metodologias criadas) foi melhor para as entidades pertencentes a algum dos níveis de governança corporativa da B3, o que está em linha com a literatura existente que define que a transparência aumenta com a melhoria das práticas de governança corporativa.

Os achados do presente estudo precisam ser analisados à luz das limitações metodológicas da investigação. Apesar de serem apresentadas

duas metodologias para a análise da evidenciação, é importante considerar que outros fenômenos podem impactar a divulgação, ou não, das informações contábeis, o que não foi captado pelo estudo, principalmente na metodologia Rigorosa. É importante destacar, ainda, que índices foram construídos a partir de análises da completude das demonstrações contábeis das entidades analisadas. Para minimizar possibilidades de erro e viés nesse processo de avaliação, adotaram-se procedimentos de conferência entre os pesquisadores envolvidos no projeto.

Para pesquisas futuras, sugere-se a análise das características relacionadas às empresas que podem explicar o índice de evidenciação para os ativos analisados. Além disso, torna-se necessário comparar os achados no país com outras localidades, tendo em vista o processo de convergência ao padrão internacional de contabilidade.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF)*. Brasília: [2019]. <https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif/completo>

CARDOSO, R. L.; SOUZA, F. S. R. N.; DANTAS, M. M. Impactos da adoção do IFRS na acumulação discricionária e na pesquisa em gerenciamento de resultados no Brasil. *Revista Universo Contábil*, v. 11, n. 2, p. 65-84, 2015. <https://doi.org/10.4270/ruc.2015212>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. *Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado*. Brasília: 2009. http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2013.pdf

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. *Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível*. Brasília: 2010. http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2013.pdf

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro*. Brasília: 2019. [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)

COSTA, F. N.; DEOS, S. S. Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira. *Revista Análise Econômica*, v. 19, n. 36, p. 23-44, 2002. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10689>

DYE, R. A. An evaluation of "Essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 181-235, 2001. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00024-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00024-6)

EDWARDS, M.; SOARES, R. O.; LIMA, G. S. A relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organização*, v. 7, n. 19, p. 27-39, 2013. <https://doi.org/10.11606/rco.v7i19.55509>

GARCIA, E. L. M.; LEGORI, L. P.; SANCHES, S. L. R.; FAIA, V. S. Evidenciação de ativos intangíveis no Brasil e na Austrália sob a perspectiva da teoria da relevância cultural da Contabilidade. *Revista Evidenciação Contábil e Finanças*, v. 6, n. 1, p. 6-23, 2017. <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/35640/18622>

HORTON, J.; SERAFEIM, G.; SERAFEIM, I. Does mandatory IFRS adoption improve the information environment? *Contemporary Accounting Research*, v. 30, n. 1, p. 388-423, 2013. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2012.01159.x>

DAYANANDAN, A.; DONKER, H.; IVANOF, M.; KARAHAN, G. IFRS and accounting quality: legal origin, regional, and disclosure impacts. *International Journal of Accounting & Information Management*, v. 24, n. 3, p. 296-316, 2016. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-11-2015-0075>

OLIVEIRA, L. C. S.; SOARES, G. F. Gestão de riscos operacionais e controles internos: o caso de uma instituição bancária. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 12, n. 1, p. 227-249, 2018. <http://dx.doi.org/10.9771/rc-ufba.v12i1.18313>

MACÊDO, F. F. R. R.; MOURA, G. D.; DAGOSTINI, L.; HEIN, N. Evidenciação ambiental voluntária e as práticas de governança corporativa de empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Contabilidade Gestão e Governança*, v. 16, n. 1, p. 3-18, 2013. <https://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/441/pdf>

MACEDO, M. A. S.; KELLY, V. L. A. Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. *Revista Evidenciação Contábil e Finanças*, v. 4, n. 2, p. 82-96, 2016. <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20160206>

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. *Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

PRAZERES, R. V.; ARAÚJO, J. G.; ARAÚJO, J. G. N.; LIMA, M. D. X.; LAGIOIA, U. C. T. Relações entre nível de divulgação dos ativos intangíveis e imobilizados e as características empresariais das companhias do setor de construção e transporte. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, v. 3, n. 2, p. 92-109, 2016. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/GECONT/article/viewFile/2934/2396>

RAPINE, M. S. *Sistemas financeiros e o financiamento à inovação: algumas reflexões para o Brasil* [Universidade Federal de Minas Gerais Texto para Discussão nº 367]. Faculdade de Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 2009. <https://core.ac.uk/download/pdf/6227026.pdf>

REIS, J. C. D.; GOMES, J. S.; DALBEM, M. Controle de gestão os maiores bancos múltiplos brasileiros: o impacto da internacionalização e da convergência contábil sobre os sistemas de controle. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 9, n. 2, p. 6-21, 2014. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufri/article/view/2256/1962>

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio sobre a teoria da Divulgação. *Brazilian Business Review*, v.2, n. 1, p. 53-70, 2005. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/20541/ensaio-sobre-a-teoria-da-divulgacao>

SILVA, J. S.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. Nível de evidenciação obrigatória nas empresas de capital aberto: uma análise do CPC 27. *Pensar Contábil*, v. 18, n. 65, p. 40-50, 2016. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2665/2210>

SILVA, M. C.; KUTIANSKI, S.; SCHERER, L. M. Fatores explicativos do nível de evidenciação de informações sobre o ativo imobilizado: um estudo nas empresas do setor de bens industriais listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Finanças Aplicadas*, v. 9, n. 1, p. 34-56, 2018. <http://financasaplicadas.net/index.php/financasaplicadas/article/view/223/pdf>

SOUZA, L. O.; BRESSAN, V. G. F. Gerenciamento de resultados em bancos: indícios relacionados à aversão a divulgação de prejuízos. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 6, n. 1, p. 83-100, 2018. <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20180105>

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)



A atuação da mulher contabilista e seu perfil empreendedor frente às organizações contábeis do Município de Ji-Paraná (RO)

A Contabilidade foi por muito tempo considerada uma profissão masculina, e essa realidade só veio a mudar há algumas décadas. No Brasil, em 2004, conforme dados obtidos no site do Conselho Federal de Contabilidade, as mulheres representavam 34,03% dos profissionais da área, já em 2016 elas representavam 42,97%. O objetivo desta pesquisa visa analisar a atuação das mulheres contabilistas, bem como identificar seu perfil empreendedor frente às organizações contábeis do Município de Ji-Paraná (RO). A metodologia utilizada quanto ao problema classifica-se como quali/quantativa e quanto aos objetivos classifica-se como descritiva. Os procedimentos técnicos desta pesquisa basearam-se em bibliográfica e pesquisa de campo. Por meio da pesquisa realizada, foi possível observar que 65% dos profissionais da contabilidade que atuam nas organizações contábeis de Ji-Paraná (RO) são mulheres e que elas apresentam inúmeras características, como proativas, facilidade para trabalhar em equipe, autoconfiança, entre outras, que resultam em um perfil profissional empreendedor, atribuindo-lhes um diferencial como profissionais da área. Dessa maneira, conclui-se que o aumento de mulheres na área contábil não é um fenômeno que vem ocorrendo ao acaso, mas que tem sido justificado por sua dedicação em aperfeiçoar-se para alcançar o crescimento profissional almejado.

Ariane Cristina Roath Würschke

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário São Lucas, Ji-Paraná (RO). Especialista em Gestão e Legislação Tributária pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mail: arianewurschke@gmail.com

Hellen Cristiany dos Reis Gasparotto

Agente Financeiro Junior no grupo Cometa Hyundai. cursando MBA em Auditoria e Perícia Contábil Financeira pela Unijipa - Grupo Athenas. Bacharela em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná. Técnica em Apontador de Produção pelo Senai. E-mail: crys.hellen19@gmail.com

Professora Marlene Muniz Oliveira Pileghy

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia. Possui Mestrado em Administração e Gestão de Negócios - AVEC/Unir. É pós-graduada em Administração e Contabilidade e em Metodologia do Ensino Superior. Atualmente é professora do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas. Participa do projeto Integrador: Inserção a Profissão Contábil. E-mail: marlenepileghy@yahoo.com.br

Alex Fabiano Bertollo Santana

Professor Assistente da Universidade Federal de Sergipe. Doutorando em Engenharia Industrial e Sistemas pela Universidade do Minho, Guimarães - Portugal; Mestre em Ciências Contábeis - Unisinos. Especialista em Gestão Financeira pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal. E-mail: alexbertollo@ufs.br

1. Introdução

As transformações que ocorrem no mundo são constantes, e uma das áreas em que mais ocorrem transformações é no mercado de trabalho, onde os profissionais enfrentam grandes dificuldades para se adequarem às mudanças, vendo-se cada vez mais obrigados a exigirem de si mesmos uma constância em esforços que os traga qualificação e experiência.

Sejam decorrentes da tecnologia, de novos métodos, entre outros, as mudanças que ocorrem no mundo contábil são frequentes, o que faz com que o profissional da área contábil enfrente desafios constantes no exercício de sua função.

Santos et. al. (2006) afirmam que o modelo contábil antigo não atende mais às necessidades dos gestores, que agora demandam informações gerenciais dinâmicas e ágeis, tanto sobre os aspectos relativos à própria empresa, como do ambiente em que ela está inserida.

Para atender às necessidades dessa profissão, tem sido cada vez mais exigido dos profissionais um perfil inovador e flexível às mudanças, de maneira que atendam às necessidades das empresas atuais. As características exigidas desse profissional estão associadas às características que traçam o que se chama de “perfil empreendedor”. Segundo Dornelas (2005), os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, e que querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas.

Juntamente com o avanço da humanidade, em diversos aspectos, houve também um avanço na inserção das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades. Atualmente, conforme dados obtidos pelo censo 2018 do CFC disponibilizado em site próprio, as mulhe-



res representam quase metade dos profissionais graduados em Contabilidade no Brasil.

Pode-se dizer que, com a criação do projeto Mulher Contabilista, em 1991, mantido pelo CFC, elas vêm contribuindo para o empreendedorismo e com uma importante participação no contexto político, social e econômico, estabelecendo, assim, lideranças corporativas de alto nível para a igualdade da classe (DIAS, 2018). Portanto, diante da capacidade de inovação, de tomada de decisões e de outras atribuições da profissional da contabilidade, questiona-se: **Quais as características empreendedoras apresentadas pela mulher contabilista, sua atuação e sua representatividade frente às organizações contábeis do Município de Ji-Paraná (RO)?** O objetivo principal é identificar o perfil empreendedor da mulher contabilista e sua representatividade frente às organizações contábeis no Município de Ji-Paraná (RO), de modo que seja demonstrado seu

potencial para assumir responsabilidades e cargos de relevância inerentes ao ramo contábil.

2. Referencial Teórico

No século XIX, segundo Mota e Souza (2013), quando as mulheres passavam da tutela dos pais para o marido, tinham sob sua responsabilidade a formação dos filhos e a administração da casa. Contudo, conforme destaca Probst (2003), com o acontecimento da primeira e da segunda Guerras Mundiais, a mulher começou a ganhar espaço no mercado de trabalho, pois com a ida dos homens para as frentes de batalhas, restou às mulheres assumir os negócios da família e suprir as necessidades do lar.

2.1 A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho

Na antiguidade, mais exatamente na Grécia Antiga, as mulheres nem eram consideradas cidadãs, pois esse posto era apenas ocupado pelo sexo masculino, atuantes politicamente na polis, afastando as mulheres dos estudos e da participação na sociedade desde a sua infância, apenas cabendo às cortesãs receberem alguma instrução (NOVAIS, 2005).

Segundo Sussekind (2005, p. 30), [...] os espartanos consideravam a mulher uma raça forte, educando-a para que gerassem filhos belos e sadios, participando inclusive, do treinamento militar em decorrência de Esparta ser uma sociedade belicosa. Contudo, tal fato não alçava as mulheres à condição de cidadã plana da polis, especialmente porque se depreende que a figura feminina ainda estava estritamente atrelada à função de reproduzir novos guerreiros.

Devido ao lugar secundário da mulher na sociedade, para conquistar seus direitos, a mulher teve que lutar muito; muitas pagaram com a própria vida e apesar de sua participação na evolução da humanidade, sua importância foi negada, devido à cultura machista que emperrou por séculos (AZEVEDO, 2007).

Para Teixeira (2008, p. 3), os primeiros debates acerca das desigualdades entre homens e mulheres tiveram início entre o século XVIII e XIX, um período de transição e reestruturação da realidade social, ligado ao processo de industrialização. Na análise do trabalho assalariado produzido pelos economistas clássicos, não existia nenhuma discussão em torno das raízes da segregação por sexo e tampouco se questionava o porquê de os salários das mulheres serem mais baixos. Para eles, o emprego feminino era considerado circunstancial e complementar.

Para Silvera (2003, p. 155), com a presença irreversível das mulheres no mercado de trabalho, incluindo a ocupação de alguns postos qualificados até então reservados aos homens, bem como as transformações das estruturas familiares, a referência ao salário familiar masculino se tornou menos explícita, mas parte das desigualdades continua sendo justificada por preconceitos sociais, tais como pressuposição quanto à menor disponibilidade e ao menor engajamento das mulheres no trabalho e menos obrigações de ordem financeira e material no caso das mulheres.

Nesse sentido, Teixeira (2008, p. 38) destaca que [...] os salários mais baixos eram entendidos como resultado das suas necessidades de subsistência que eram menores, uma vez que não tinham obrigações familiares. Trata-se de uma construção ideológica, já que não havia bases materiais que comprovassem

isso. Neste conceito está implícita a ideia de mulher como força de trabalho secundária.

Corroborando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam 21,7% dos cargos no setor público. Elas ganham em média 76% do salário dos homens em cargos de gerência e na direção esse número cai para 68% (SANTOS, 2018). Mesmo diante de tantas barreiras, as mulheres foram conquistando seu espaço na sociedade, como o direito de voto e a igualdade de direitos e deveres trabalhistas assegurados com a instituição da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

2.2 A atuação da mulher na profissão contábil

A Contabilidade foi por muito tempo considerada uma profissão masculina, e essa realidade só veio a mudar há algumas décadas. Segundo Boniatti (2014, p.22), [...] os homens sempre predominaram na área contábil, porém, com o passar dos anos, as mulheres foram adquirindo espaço. No Brasil, no ano de 2004, conforme informações obtidas no *site* do Conselho Federal

de Contabilidade, as mulheres significavam 34,03% dos trabalhadores da área; já, em 2016, elas representavam 42,97%. Segundo Mota e Souza (2013), a mulher contabilista atua em diversas áreas da Contabilidade, exercendo sua profissão como sócias e funcionárias, atuando na controladoria, na consultoria, na contabilidade geral, no setor financeiro, na área tributária, entre outros.

Para Coser (2005), para a grande maioria dessas profissionais, a área contábil oferece perspectivas favoráveis, e quanto maior o período de sua atuação na atividade contábil, maior é a sua ascensão profissional. Moreno (2005) diz que na profissão contábil existe um leque de possibilidades em que a mulher pode atuar, desde dentro de sua própria residência a grandes indústrias, um dos motivos pelos quais seu interesse pela profissão aumentou, pois ela poderá conciliar trabalho, estudo, casa e família.

A mulher, segundo Coser (2005), vem superando obstáculos na busca pelo seu espaço e reconhecimento nas diversas profissões em que atua ou deseja atuar. E os desafios a serem enfrentados são muitos, apesar das conquistas já obtidas. Apesar de a mulher ter adquirido seu espaço no mercado de trabalho, elas ainda enfrentam preconceitos, pois têm de conciliar à profissão a dedicação à sua família e a outras obrigações, tendo mais que uma dupla jornada de trabalho. Cabe às mulheres exercerem, ao longo do dia, tanto o trabalho produtivo, em esfera pública, quanto o trabalho reprodutivo, na esfera privada. Por conta dessa carga duplicada de trabalho, elas possuem uma jornada consideravelmente maior do que a dos homens. Ainda segundo ele, ao longo de 30 anos de vida produtiva, a diferença atinge o patamar de quase 7.500 horas (HIGA e VIEIRA, 2013).



“A Contabilidade foi por muito tempo considerada uma profissão masculina, e essa realidade só veio a mudar há algumas décadas. Segundo Boniatti (2014, p.22), [...] os homens sempre predominaram na área contábil, porém, com o passar dos anos, as mulheres foram adquirindo espaço.”

A mulher tem buscado sempre um melhor preparo para se tornarem boas profissionais, o que tem sido muito valorizado nas empresas de diversos segmentos, bem como o contábil. Em relação à dedicação e melhor preparo, Mota e Souza (2013) afirmam que, as últimas três edições do Prêmio Professor Hilário Franco, um prêmio que prestigia as melhores pesquisas científicas do setor contábil, foram vencidas por mulheres.

3. Metodologia

Nesta pesquisa, o método utilizado foi o dedutivo, pois teve a finalidade de identificar o perfil das mulheres contabilistas atuantes nas organizações contábeis de Ji-Paraná (RO), bem como demonstrar sua representatividade dentro dessas organizações por meio dos cargos ocupados e o percentual que atingem entre os profissionais com formação contábil atuantes nos escritórios e contabilidade.

Por se tratar de uma pesquisa de campo, que buscou identificar características de uma determinada população, a abordagem desta pesquisa classificou-se como qualitativa para a análise dos resultados. Para Flick (2009, p. 37), “a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de

casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”. Para apuração e demonstração dos resultados obtidos, obteve-se o auxílio da abordagem quantitativa de pesquisa, pois foram utilizados dados estatísticos por meio da apresentação de gráficos.

Tomando como base o objetivo deste estudo, que foi identificar e demonstrar o perfil empreendedor das mulheres contabilistas e sua representatividade frente às organizações contábeis, a natureza desta pesquisa é descritiva. De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas têm por objetivo estudar as características de um grupo, como idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde, entre outros, e ressalta que algumas pesquisas descritivas aproximam-se das pesquisas exploratórias, pois, em muitos casos, vão além de uma simples existência de relações entre variáveis, mas busca também determinar a natureza dessa relação.

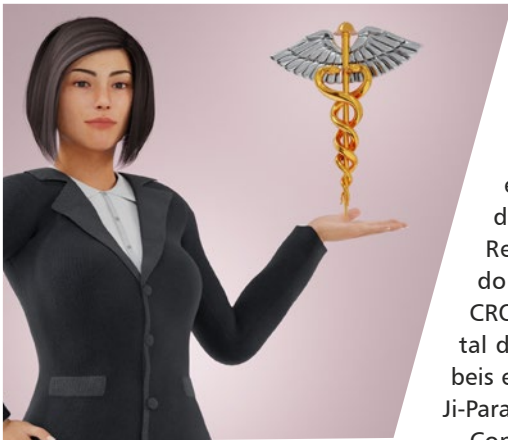
Podem-se definir procedimentos técnicos como aqueles que se referem às etapas que orientam a organização do material obtido. Os procedimentos técnicos utilizados para atingir os objetivos deste trabalho foram baseados em pesquisa biblio-

gráfica e pesquisa de campo. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato com o que já foi dito sobre o assunto em questão.

A pesquisa de campo, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 59), “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los”. Desta forma, o principal método para a coleta de informações do que se pretende demonstrar nesta pesquisa foi a pesquisa de campo que se instrumentalizou na forma de questionários.

3.1 Coleta de dados e instrumentos

Para a realização da pesquisa, os dados foram coletados por meio de questionários. Lakatos e Marconi (1999) acrescentam que questionário é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador. Gil (2008)



afirma que os questionários consistem na tradução de objetivos da pesquisa em questões específicas, as quais proporcionarão respostas cujos dados descreverão as características da população pesquisada.

Nesta pesquisa foram utilizados 2 (dois) questionários, sendo um destinado aos profissionais da contabilidade do sexo feminino e outro para os profissionais do sexo masculino, sendo ambos profissionais que atuam nas organizações contábeis do Município de Ji-Paraná (RO). O primeiro é composto de 12 (doze) questões objetivas e o segundo de 6 (seis) questões também de natureza objetiva. Nesse tipo de questionário, os pesquisados apresentam suas respostas de acordo com as alternativas preestabelecidas.

A realização desta pesquisa deu-se por meio de uma amostragem da população de escritórios contábeis existentes no Município de Ji-Paraná (RO). O método de amostragem foi o escolhido para viabilização desta pesquisa, pois, de acordo com Stevenson (1981, p. 158), “a finalidade da amostragem é fazer generalizações sobre todo um grupo sem precisar examinar cada um de seus elementos”. Segundo Gil (2002, p.67), uma amostra é definida como sendo o subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as caracte-

rísticas desse universo ou população.

Para a definição do tamanho da amostra a ser utilizada, este estudou valeu-se de dados obtidos no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia (CRCRO), que apresentou um total de 58 organizações contábeis existentes no Município de Ji-Paraná (RO).

Conforme Gil (2008, p.97), a fórmula utilizada para a obtenção do número da amostra é dada por:

$$n = \frac{\sigma^2 * p * q * N}{e^2 * (N - 1) + \sigma^2 * p * q} \quad (01)$$

Onde:

n = Tamanho da amostra

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = Percentagem complementar

N = Tamanho da população

e^2 = Erro máximo

Para a aplicação da fórmula, estabeleceu-se o número de dois desvios-padrão, possuindo um nível de confiança de 95%, e também correspondente a uma área em relação à sua média de 95%. O nível de confiança visa demonstrar a certeza de que a informação buscada está dentro da margem de erro permitida. Por não se ter conhecimento da quantidade de pesquisados que possuem as características buscadas neste trabalho, a porcentagem do fenômeno será de 50. Neste sentido, Gil (2008, p. 97) define que “[...] adota-se o valor máximo de p , que é 50”. Desta forma, são a porcentagem com a qual o fenômeno se verifica (p) com o valor de 50 e a porcentagem complementar (q) com o valor de 50.

O tamanho da população da pesquisa dado por (N) é de 58 escritórios existentes no Município de Ji-Paraná (RO), conforme dados obtidos no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia (CRCRO). O erro máximo permitido (e^2) é utilizado, conforme Gil (2002, p. 124), “[...] para determinar a amplitude de uma amostra tirada de uma população finita com margens de erro de 1%, 2%, 3%, 4%, 5% e 10%”. A margem de erro é o intervalo no qual se espera encontrar o dado que se quer medir no universo, nesse caso os dados serão proporcionais. De acordo com Gil (2008, p. 96), “[...] nas pesquisas sociais trabalha-se usualmente com uma estimativa de erro de 3 a 5%”. Desta forma, utilizou-se nesta pesquisa o erro máximo permitido (e^2) de 5%.

Sendo assim, o cálculo da amostra com base em Gil (2008) deu-se da seguinte forma:

$$n = \frac{2^2 * 50 * 50 * 58}{5^2 * (58 - 1) + 2^2 * 50 * 50} \quad (02)$$

$$n = \frac{580.000}{11.425} \quad (03)$$

$$n = 50,76 \cong 51$$

Desta forma, sendo o tamanho da população (N) correspondente a 58 escritórios contábeis existentes no Município de Ji-Paraná (RO), conforme informações obtidas no CRCRO, a quantidade da amostra (n) calculada correspondeu a 51 escritórios contábeis com 73 respondentes mulheres e 40 respondentes homens, nos quais foram aplicados os questionários desta pesquisa no período entre abril e maio de 2019. Esses dados foram analisados utilizando-se da abordagem qualitativa de pesquisa para análise dos resultados, com o auxílio da abordagem quantitativa por sua representação estatística por meio de gráficos.

4. Análise dos resultados

A pesquisa teve por objetivo identificar a atuação da mulher contabilista, seu perfil empreendedor e sua representatividade frente às organizações contábeis do Município de Ji-Paraná (RO). Para a aplicação da pesquisa, mesmo havendo a determinação da quantidade da amostra a ser utilizada, optou-se por utilizar toda a população de escritórios apresentada pelo CRCRO, tendo em vista não ser uma população de grande número e a possibilidade de nem todos responderem ou serem encontrados, visando alcançar um resultado com a menor margem de erro.

Desta forma, com a execução da pesquisa com relação aos escritórios existentes no Município de Ji-Paraná (RO), pode-se verificar que, da população apresentada pelo CFC, 83% são escritórios ativos, onde foi possível a aplicação dos questionários; 1% não existe, pois consta como inativo ou sem atividade; 14% não foram localizados, pois os endereços e telefones de contato não condizem com a realidade encontrada; e apenas 2% não responderam, sendo esses dados coletados entre abril de maio de 2019.

Para a obtenção dos resultados, no que diz respeito ao perfil dos respondentes, perguntou-se o nível de formação profissional na área contábil, com o intuito de identificar o grau de instrução dos profissionais da contabilidade pesquisados. Verificou-se que 83% dos profissionais da área contábil existentes em Ji-Paraná (RO) possuem formação de nível superior. Na população de mulheres contabilistas, nota-se que 22% com formação técnica, sendo, portanto, 78% das mulheres graduadas. Já os homens, 12% são técnicos e 88% possuem o nível superior em Contabilidade.

Com relação à idade das respondentes, verifica-se que 54% das contabilistas têm idade entre 20 e

30 anos; 27% apresentam idades entre 31 e 40 anos; 12% tem idades entre 41 e 50 anos; e 7% das mulheres entrevistadas entre 51 e 60 anos, não havendo nenhuma respondente com idade superior a 60 anos. Com isso, pode-se dizer que a busca pela profissão contábil entre as mulheres tem aumentado nos últimos anos, pois a maior parte das entrevistadas é jovem.

Para se ter maior conhecimento a respeito das mulheres contabilistas quanto às suas demais responsabilidades e compromissos fora da profissão, buscou-se saber seu estado civil e, conforme respostas, 35% das entrevistadas afirmaram ser solteiras; 55% responderam que são casadas; 3% possuem união estável; e 7% são divorciadas. Percebe-se que a maioria das mulheres entrevistadas é casada.

Neste sentido, a respeito das responsabilidades extraprofissionais, buscou-se saber a quantidade de filhos que as mulheres possuem. Conforme se pode verificar, 48% das mulheres respondentes afirmaram não terem filhos, sendo este percentual a maioria; por sua vez, 31% disseram ter apenas 1 filho; e 21% afirmaram ter 2 filhos. Os dados apresentados mostram que as mulheres têm procurado se qualificar profissionalmente, antes de terem filhos, pois a maioria das respondentes é jovem, com idades entre 20 e 30 anos e ainda não possuem filhos.

Após identificar de forma mais abrangente o perfil das mulheres contabilistas entrevistadas, buscou-se averiguar sua atuação e seu perfil profissional dentro nas organizações contábeis de Ji-Paraná (RO), aplicando-lhes perguntas a respeito de sua atuação e representatividade entre os profissionais da área que trabalham no mesmo estabelecimento.

Com relação à quantidade de homens profissionais da contabilidade que trabalham em escritório contábil nos quais as mulheres

entrevistadas trabalham, 64% das mulheres contabilistas entrevistadas afirmaram que trabalham uma média de 1 a 2 homens. Nota-se que a maior parte dos escritórios de Ji-Paraná possui uma quantidade pequena de homens profissionais, sem contar que 11% das mulheres afirmaram não existirem profissionais da contabilidade do sexo masculino no estabelecimento em que trabalham.

Dessa forma, perguntou-se às entrevistadas a quantidade de mulheres contabilistas presentes nos escritórios em que trabalham. Conforme verificado, 26% das mulheres entrevistadas responderam existir de 1 a 2 mulheres com formação contábil no escritório em que trabalham, percentual este menor que o alcançado pelos homens; 18% disseram haver 3 mulheres; 4% responderam 4; e 14% afirmaram existirem 5. O maior percentual alcançado pela mulher nesse sentido foi de 38%, quando responderam que há mais de 5 mulheres contabilistas, ao contrário do que foi respondido com relação à existência de homens, que foi de 1% para esta quantidade.

Em busca de saber a respeito do reconhecimento das mulheres na profissão contábil em relação à remuneração recebida, foi questionado às mulheres contabilistas se elas ganham salário equivalente ao dos homens profissionais que exercem a mesma função. Conforme os resultados, 37% das entrevistadas afirmaram que são remuneradas de forma equivalente aos profissionais da contabilidade do sexo masculino que exercem a mesma função. Porém, 30% afirmam que não; e 33% não souberam responder. Considerando somente as respostas de conhecimento sobre as remunerações em relação aos homens, em um total de 67%, chegou-se à conclusão que, destes, apenas 45% disseram que não recebem salário equivalente ao dos homens.

Na intenção de se conhecer a atuação da mulher contabilista dentro da organização contábil em que trabalha, foi questionado o cargo que ocupa, conforme apresentado pelo Gráfico 1.

Por meio do Gráfico 1, verificou-se que 53% das entrevistadas são auxiliar ou assistente, 23% ocupam cargos de chefe ou gerente de departamento; 17% são proprietárias ou sócio-administradoras; e 7% ocupam outros cargos diversos não especificados. Mesmo com a maioria das entrevistadas exercendo cargos de auxiliares ou assistentes, percebe-se que 40% são gerentes ou proprietárias da organização contábil em que trabalham, e isso demonstra um avanço da mulher com relação ao seu crescimento profissional.

Ainda com relação à atuação das mulheres contabilistas, foi questionada a área de atuação dentro das organizações, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Percebe-se, de acordo com o Gráfico 2, que 38% das entrevistadas atuam no setor Fiscal; 17% responderam que atuam no setor de Pessoal; e 23%, atuam no setor Contábil. Do total de mulheres entrevistadas, 22% responderam que atuam em outra área não especificada. Os setores onde mais as mulheres têm se destacado são no Fiscal e Contábil.

Ainda com relação à atuação da mulher na profissão contábil, foi perguntado se houve ascensão profissional, mudança de cargo, promoção durante a sua trajetória na profissão, conforme apresenta; 36% das mulheres contabilistas tiveram mudança de função ou promoção durante sua trajetória profissional na área contábil. Contudo, 64% das entrevistadas responderam que não houve mudança de função ou promoção. Entre essas mulheres que não receberam promoção, constatou-se que várias iniciaram sua carreira diretamente em

cargos importantes, principalmente as que responderam trabalhar no setor Fiscal.

Para que fosse possível analisar o perfil profissional das mulheres contabilistas dentro das organizações contábeis, foram feitas perguntas de modo que as respondentes atribuíssem uma nota a cada característica que julgam ter como

profissionais, de acordo com o grau de importância.

Conforme as respostas, foi possível perceber que a maioria das mulheres considera-se proativa, sendo que 34% delas avaliaram ter um grau de proatividade excelente; 37% classificaram como bom; 21% como regular; e apenas 5% e 3% como fraco e insuficiente, respectivamente.

Gráfico 1 – Atuação/cargo da mulher contabilista

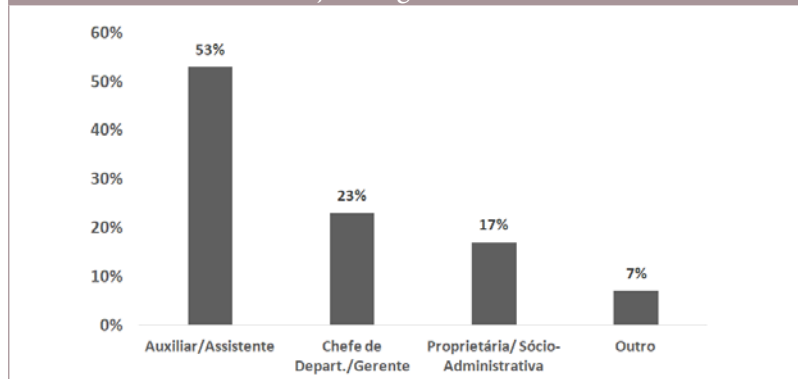


Gráfico 2 – Área de atuação da mulher contabilista

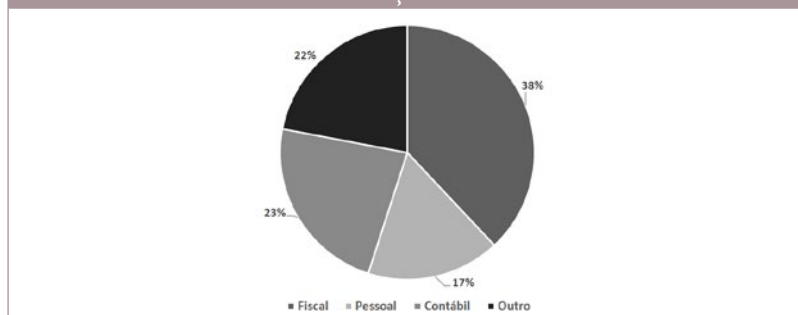


Tabela 1 – Perfil profissional das mulheres contabilistas dentro das organizações contábeis

Grau de importância	Excelente	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
Proatividade	34%	37%	21%	5%	3%
Habilidade em se adaptar a mudanças	38%	37%	18%	6%	1%
Não é convencional; Estrategista	18%	33%	38%	8%	3%
Facilidade para trabalhar em equipe	49%	29%	18%	4%	0%
Proatividade das mulheres contabilistas sob a ótica dos homens	50%	28%	22%	0%	0%
Facilidade das mulheres em se adaptar a mudanças sob a ótica dos homens	33%	28%	28%	8%	3%
Comportamento não convencional, estrategista da mulher contabilista sob a ótica dos homens	14%	31%	31%	19%	5%
Facilidade das mulheres contabilistas para trabalhar em equipe sob a ótica dos homens	30%	31%	36%	0%	3%

Fonte: dados da Pesquisa.

A seguir, as respostas dadas pelas mulheres quanto à habilidade de se adaptar a mudanças, verificou-se que 38% das entrevistadas afirmaram possuir um grau excelente a respeito da habilidade de se adaptar a mudanças; outros 37% disseram ser bom; 18% responderam regular; 6% fraco; e apenas 1% insuficiente. Nota-se, a partir das respostas das mulheres contabilistas entrevistadas, que a maioria é hábil para se adaptar às mudanças, o que é necessário para o exercício da profissão contábil, que passa por constantes mudanças e atualizações.

A respeito da característica de não ser convencional, mas sempre ter uma estratégia, 18% das mulheres atribuíram um grau de excelência para esta característica que afirmaram possuir; 33% disseram ser bom; 38% afirmaram ser regular; e apenas 8% e 3% disseram ser fraco e insuficiente, respectivamente.

Questionou-se ainda a respeito da facilidade para trabalhar em equipe, por ser uma característica necessária para o bom desenvolvimento dentro de uma organização, principalmente no setor contábil, que requer dos profissionais um bom relacionamento não só com os colegas de trabalho que atuam consigo diariamente, mas também com sócios, diretores e funcionários das empresas para as quais prestam os serviços contábeis. A resposta dada a respeito da nota atribuída para esta característica mostra que 49% das entrevistadas disseram apresentar um grau excelente dessa característica de facilidade para trabalhar em equipe; outras 29% consideram ser bom; 18% regular; e 4% apenas responderam apresentar um grau fraco. Nenhuma das respondentes disse possuir um grau insuficiente dessa característica. Nota-se que as características apresentadas pelas mulheres contabilistas são características que definem, conforme Coser (2005) e Mota e Souza (2013), um

perfil profissional empreendedor, o que vem sendo muito buscado no mercado de trabalho, em diversas áreas, principalmente na contábil, decorrente dessa nova percepção da profissão contábil atual.

Ainda, buscando identificar as características apresentadas pelas mulheres contabilistas nas organizações contábeis, buscou-se saber a opinião dos profissionais contabilistas do sexo masculino que com elas trabalham. Utilizou-se, portanto, as mesmas questões e com o mesmo método das que foram aplicadas às mulheres, em que os homens contabilistas atribuíram uma nota a cada característica apresentada pelas mulheres contabilistas, de acordo com o grau de importância. Este procedimento foi aplicado para se conhecer a visão de um público externo, que não fosse o próprio público objeto da pesquisa, mas que atuasse em um mesmo ambiente, de modo a contribuir para a conclusão do perfil das mulheres contabilistas nas organizações em que trabalham.

Em relação à proatividade das mulheres contabilistas, 50% dos entrevistados responderam que o grau de proatividade das mulheres é excelente; outros 28% disseram ser bom; e 22%, regular. Percebe-se que as notas atribuídas pelos profissionais homens que trabalham no mesmo estabelecimento que as mulheres contabilistas, foram ainda melhores do que a nota atribuída por elas mesmas quando se autoavaliaram, pois, na avaliação deles, não houve índices como fraco e insuficiente como houve na das mulheres.

A seguir, apresenta-se a opinião dos homens quanto à facilidade das mulheres em se adaptarem às mudanças. Quanto a essa característica, observa-se que 33% dos homens entrevistados atribuíram um grau de excelência para as mulheres; 28% disseram ser bom; outros 28% julgaram ser regular; 8% responderam que é fraco; e 3% julgaram ser insuficiente.

Ao analisar as respostas das mulheres contabilistas a respeito dessa mesma característica, pode-se perceber que estão parecidas com as respostas dos homens, pois 93% das mulheres afirmaram possuí-la; e 89% dos homens entrevistados disseram a mesma coisa.

Conforme perguntado às mulheres, questionou-se aos homens a sua opinião quanto à característica de inovação presente nas mulheres, apresentada na forma de estratégias constantes. Observa-se que 14% dos homens acreditam que as mulheres apresentam um grau excelente dessa característica, ou seja, sempre têm uma estratégia; 31% julgaram como bom, empatando com outros 31% que disseram ser regular; 19% responderam que é fraco; e 5% julgaram ser insuficiente. Percebe-se que tanto a resposta das mulheres quanto a dos homens ultrapassaram 75%, se somados os percentuais atingidos pelos graus “excelente”, “bom” ou “regular”, atingindo essa soma de 76% na opinião dos homens e de 89% nas respostas das mulheres.

Ainda para se fazer a comparação da resposta entre homens e mulheres a respeito da facilidade que as mulheres contabilistas possuem para trabalhar em equipe, perguntou-se aos homens a nota que eles atribuem às contabilistas que com eles trabalham, para este tipo de comportamento por elas apresentado. Conforme os homens contabilistas entrevistados, 30% atribuíram o grau “excelente” para a característica da facilidade para trabalhar em equipe; 31% classificaram como bom; 36%, como regular, e 3%, como insuficiente. Nenhum entrevistado respondeu “fraco”. Nota-se que a nota atribuída pelas mulheres quando se autoavaliaram foi muito próxima à dos homens, pois 97% delas julgaram apresentar essa característica de forma excelente, boa ou regular; e 96% dos homens afirmaram o mesmo.

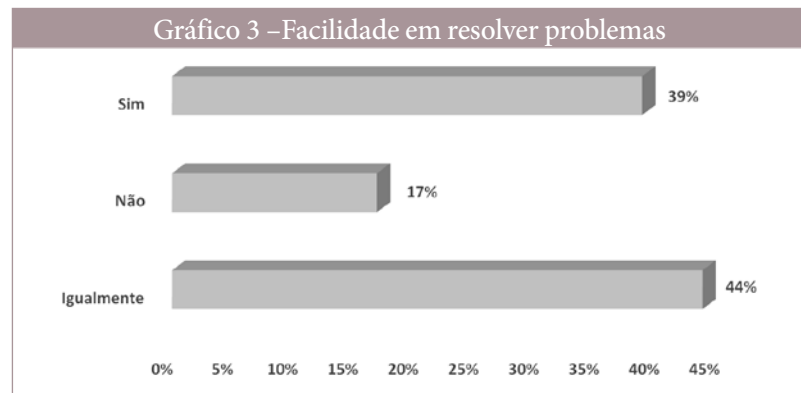
Com relação a todas as respostas a respeito das características apresentadas pelas mulheres contabilistas, pode-se perceber que elas apresentam um perfil profissional marcado por características empreendedoras, as quais puderam ser identificadas por meio de suas próprias respostas e também pela opinião do profissional homem.

Na intenção de saber a opinião dos homens profissionais da contabilidade quanto às atitudes das mulheres no ambiente de trabalho, foi-lhes questionado se elas lidam com mais facilidade com os problemas do dia a dia com relação aos homens. A resposta dada por eles está representada no Gráfico 3.

Conforme o Gráfico 3 apresenta, 39% dos homens entrevistados disseram que sim, as mulheres lidam com os problemas do dia a dia com mais facilidade que os homens; 17% deles responderam que não; e 44% responderam que lidam igualmente. Percebe-se que, entre os 56% dos respondentes que opinaram “sim” ou “não”, pouco mais de 2/3 disseram que as mulheres contabilistas se sobressaem nesse sentido.

Buscou-se ainda saber se há preferência entre os homens em trabalhar com mulheres contabilistas. Neste sentido, buscou-se saber o percentual de mulheres e homens entre o total de profissionais da área contábil atuantes nos escritórios de Ji-Paraná (RO). Conforme resultados, 65% dos profissionais da contabilidade presentes nas organizações contábeis de Ji-Paraná (RO) são mulheres e apenas 35% são homens. Percebe-se que o número de mulheres contabilistas é quase o dobro do número de homens, comprovando assim o crescimento das mulheres na área contábil.

Ainda com relação à representatividade das mulheres contabilistas nas organizações contábeis de Ji-Paraná (RO), anotaram-se todos os escritórios que não tinham mulheres



para que se pudessem obter os resultados. Averiguou-se que 91% dos escritórios pesquisados contam com a presença de mulheres exercendo a profissão contábil e apenas 9% não possui mulheres contabilistas.

5. Considerações finais

Por meio da presente pesquisa, foi possível demonstrar uma realidade social a respeito da representatividade das mulheres na área contábil no Município de Ji-Paraná (RO). Em resposta aos objetivos desta pesquisa, constatou-se que a quantidade de mulheres contabilistas presentes nas organizações contábeis deste município é significativamente maior do que a quantidade de homens. Pôde-se apurar que as mulheres contabilistas estão presentes em 91% dos escritórios pesquisados. Além disso, averiguou-se que a maioria das mulheres atuantes nessas organizações possui características empreendedoras, como proatividade, habilidade de se adaptar a mudanças, habilidade para criar estratégias e facilidade para trabalhar em equipe.

Essas características são o que traçam um perfil profissional empreendedor, o que pode ser o fundamento da sua inserção no mercado de trabalho e crescimento profissional, principalmente na área contábil, que, na atualidade, dife-

rente do que se exigia há algumas décadas onde o profissional da contabilidade deveria saber administrar apenas números, exige, além disso, profissionais capacitados para gerenciar negócios, capazes de sugerir ideias para as organizações e auxiliar nas tomadas de decisões.

Com relação aos principais cargos e setores em que trabalham, percebe-se que a maioria das mulheres ainda ocupa cargos de assistente ou auxiliar, porém 40% delas são chefes de departamento ou proprietárias dos escritórios em que atuam e, considerando que a maior parte das respondentes tem idades entre 20 e 30 anos, há uma grande possibilidade de ascensão profissional, podendo esse percentual aumentar nos próximos anos. A maior atuação das contabilistas de Ji-Paraná (RO) é no setor Fiscal, sendo este, um dado surpreendente, pois, na antiguidade, a mulher jamais seria considerada apta para profissões que envolvessem números ou que precisassem de maior raciocínio. Já hoje representam boa parte dos profissionais da contabilidade e com grande atuação no setor Fiscal.

A respeito da remuneração das entrevistadas, esta pesquisa mostrou que, apesar de muitas receberem bons salários, se comparados com a média salarial da profissão na cidade de Ji-Paraná (RO), conforme dados obtidos no site www.salario.com.br, ainda

existe diferença salarial com relação ao gênero, pois, das mulheres que souberam responder se ganhavam ou não salário equivalente ao do profissional homem com mesma função, 45% afirmou que não. Essa é uma realidade que vem se modificando com o passar do tempo, assim como a ascensão da mulher no mercado de trabalho, e tende a diminuir com a busca cada vez maior das mulheres por sua capacitação profissional.

Diante do que foi apresentado, o resultado desta pesquisa atingiu o seu objetivo, demonstrando sua relevância tanto em nível acadêmico como social, pois mostra a realidade de uma sociedade sobre a atuação e crescimento das mulheres na área contábil, o tipo de perfil profissional encontrado na mulher que atua neste ramo, bem como sua contribuição na construção da imagem do profissional da contabilidade exigido no mercado de trabalho. Com

isso, podem-se sugerir outras pesquisas relacionadas à profissão contábil exercida por mulheres, como, por exemplo, uma comparação do crescimento das mulheres na área contábil com relação a outras áreas ou, até mesmo, uma análise da atuação de mulheres contabilistas nas empresas de médio e grande porte no Município de Ji-Paraná (RO), tendo em vista a sua atuação em cargos de grande responsabilidade, como demonstrado na presente pesquisa.

Referencial Bibliográfico

AZEVEDO, Sirlei Machado de. *Do princípio da igualdade com fulcro no artigo 5º. 1 da constituição federal em relação a mulher*. 2007. 30 f. Trabalho de Curso (Graduação em Direito) – Curso de Direito, Instituto Luterano de Ensino Superior - ILES, Ji-Paraná.

BONIATTI, Amanda Oliveira; VELHO, Andriele Souza; PEREIRA, Anelise; PEREIRA, Bárbara Boff; Oliveira, Sandra Maria de. A evolução da mulher no mercado contábil. *Revista Gedecon, ver cidade*, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 3.384 de 28 de Abril de 1958. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3384.htm> Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf - Acesso em 02 mar. 2018)

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. www.cfc.org.br. Acesso em 23. Out. 2019.

COSER, Clair. *A atuação da mulher contabilista nas organizações contábeis de Florianópolis*. 2005, 59 f Monografia. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CRCRO, Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, www.crcro.org.br. Acesso em 22. Out. 2019.

DIAS, Elaine Deiss. A Inserção e Atuação no mercado, das Mulheres egressas em Ciências Contábeis do Ano de 2010 a 2017 da UFGD. Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados. 2018. 48 p.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 2.ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HIGA, Flávio da Costa. Vieira, Regina Stela Corrêa. Proteção ou discriminação? passando a limpo algumas normas de tutela do trabalho da mulher. *Rev. TST*, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013. Disponível em: < https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55986/003_higa_vieira.pdf?sequence=1> Acesso em 25 mar. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.

MORENO, Márcia Moreira; SANTOS, Flávia Viana dos; SANTOS, Cristina Barbosa dos. *O Fortalecimento da Mulher na Área Contábil - Crescimento e Valorização Profissional*. Estudos. Goiânia, 2015.

MOTA, Érica Regina Coutinho Ferreira. SOUZA, Marta Alves de. *A evolução da mulher na Contabilidade: Os desafios da profissão*, *Convibra*, 2013.

MOTA, E. R.C.F.; SOUZA, M. A. de. *A evolução da mulher na contabilidade: os desafios da profissão*, Novembro/2011. Disponível em: < http://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2013/11/artigo_mulher_contabilista_completo.pdf> Acesso em: 20/04/2018

NOVAIS, Denise Parsello Valente. *Discriminação da mulher e o direito do trabalho. Da proteção à promoção da igualdade*. São Paulo: LTr, 2005.

PROBST, Elisiana Renata. *A evolução da mulher no mercado de trabalho*. Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG. *Gestão Estratégica de Recursos Humanos*. 2003. Revista 2: jan-junho/2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2.ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2018.

SALÁRIO. www.salario.com.br. Acesso em 22. Out. 2019.

SANTOS, Getúlio. Zanatta dos; MAUSS, César Volnei; BLEIR, Claudécir; BONATTO, Aline; Oliveira, Camila Silva de; *A evolução da contabilidade e seus objetivos*. Rio Grande do Sul: ULBRA 2006.

SANTOS, F. O empoderamento das mulheres na contabilidade mar. 2018. Disponível em < <https://cfc.org.br/noticias/o-empoderamento-das-mulheres-na-contabilidade/>> Acesso em: 10 set. 2020.

SILVERA, Rachel. Os salários: mantidas as condições desiguais? In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (orgs.) *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003. p.151-164.

STEVENSON, William J. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

SUSSEKIND, Arnaldo e tal. *Instituições de direito do trabalho*. 22.ed., São Paulo: 2005.

TEIXEIRA, Marilane O. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. *Gênero. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, v. 9, n. 1, pp. 32-45, 2º semestre 2008.

2247 – Recebido em 12/08/2020. Distribuído em 14/08/2020. Pedido de revisão em 22/09/2020. Resubmetido pelo autor em 28/09/2020. Aprovado em 13/10/2020, na segunda rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição setembro - outubro. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.





Um estudo do Sistema de Acompanhamento de Gestão (SAG) do Exército Brasileiro como ferramenta de controle interno

Para garantir a legitimidade e correta utilização dos recursos públicos, o Exército Brasileiro (EB) estruturou um sistema de controle interno. O objetivo da pesquisa foi verificar a utilidade do Sistema de Acompanhamento de Gestão (SAG) como ferramenta de controle interno pela perspectiva de seus usuários. Utilizou-se a norma ISO/IEC 25010 como base norteadora para elaboração dos construtos de sistemas de informação a serem avaliados. A estratégia utilizada foi um estudo de caso com usuários do SAG de unidades do Exército, e o principal instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada por meio da técnica de análise de conteúdo. Constatou-se que o sistema apresenta a possibilidade de atingir a totalidade das atividades de execução orçamentária, financeira e patrimonial e a capacidade de otimizar o tempo de seus usuários. As seguintes variáveis foram observadas com a implantação do SAG: efetividade, eficiência, satisfação, liberdade de risco, amplitude contextual, adequação funcional, eficiência no desempenho, usabilidade, compatibilidade, confiabilidade, segurança, portabilidade, utilização e aceitação.

Amon Ravazzano José de Castro

Contador. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: amonravazzano@hotmail.com

Márcia Maria dos Santos

Bortolucci Espejo

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Professora-pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: marcia.bortolucci@ufms.br

Natália Fernandes

Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora-pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: nataliafernandessilveira@gmail.com

* Agradecimentos

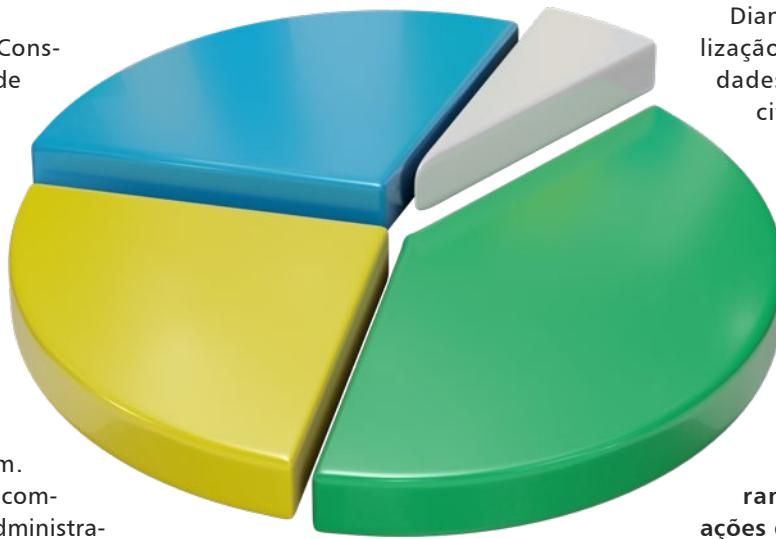
Os autores agradecem à Capes pelo financiamento da pesquisa.

1. Introdução

O Art. 142 da Constituição Brasileira de 1988 impõe como destinação das Forças Armadas, entre as quais o Exército Brasileiro (EB), a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais bem como a garantia da lei e da ordem. Para tanto, ao EB compete valer-se da administração pública para o cumprimento de sua missão constitucional. A mesma Constituição, em seu Art. 37, submete a administração pública, entre outros princípios, ao princípio da legalidade. Sobre o sistema de controle interno, a constituição estabelece, por meio de seu Art. 74, que é dever dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manter um sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

No âmbito do Exército, o sistema de controle interno é composto do Centro de Controle Interno do Exército Brasileiro (CCIEx), diretamente ligado ao Comando do Exército, que coordena as Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx) que são as unidades responsáveis por executar a fiscalização e auditoria nas suas unidades gestoras vinculadas (ALENCAR & FONSECA, 2016; CANHA, 2004; NASCIMENTO, 2015).

A Seção de Conformidade dos Registros de Gestão nas diversas unidades gestoras do Comando do Exército é responsável pela verificação dos atos e fatos administrativos praticados pelos agentes e sua conformidade com as normas e legislações vigentes. A seção deve ser encarada então como o con-



trole interno no âmbito das unidades, sendo subordinada diretamente ao Ordenador de Despesas (NASCIMENTO, 2015).

É neste contexto que, no ano de 2014, surge o Sistema de Acompanhamento de Gestão (SAG), desenvolvido por um Major do Exército, com o objetivo de prover informações gerenciais sobre a gestão dos recursos utilizados pela Força Terrestre por intermédio de modernas técnicas de cruzamento de dados com o auxílio da tecnologia da informação, possibilitando a detecção de falhas que antes dificilmente seriam observadas em sua totalidade. A partir de 2016, o SAG passou a ser adotado como uma ferramenta por todas as unidades gestoras do Exército, mas, não, como um Sistema Corporativo. Tal sistema tem se destacado, uma vez que proporciona uma otimização no tempo a ser gasto, buscando tanto informações gerenciais quanto investigando indícios de falha na execução orçamentária, financeira e patrimonial. Nesse sentido, o SAG, visto como ferramenta de controle interno do EB, exerce um papel relevante na constante busca pela eficiência econômica do setor público e probidade administrativa (ZIEMBA&OBLAK, 2014).

Diante da crescente utilização do SAG pelas unidades gestoras do Exército Brasileiro e pelo estudo para tornar este um Sistema Corporativo (SC) desta Força Armada, surge a seguinte questão de pesquisa: **O Sistema de Acompanhamento de Gestão (SAG) é uma ferramenta útil para as ações de controle interno nas Unidades Gestoras do Comando do Exército, na percepção de usuários do sistema?**

Para responder a essa pergunta, realizou-se uma pesquisa de campo em Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro (EB). O trabalho de campo envolveu entrevistas com um auditor da Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), um encarregado do setor financeiro e um encarregado da conformidade dos registros de gestão. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo evidenciar a contribuição do Sistema de Acompanhamento de Gestão como ferramenta de controle interno utilizado pelo Exército Brasileiro, segundo a percepção de agentes da administração.

Tal pesquisa justifica-se pelo desenvolvimento do SAG e sua gradual utilização do sistema pelas Organizações Militares (OM), bem como a ausência de pesquisas sobre o referido sistema, somado ao fato de o sistema estar em estudo para tornar-se um Sistema Corporativo do Comando do Exército e, posteriormente, para toda a administração pública federal, o que compõe um ambiente atrativo para um estudo científico verificar a utilidade do SAG no Sistema de Controle Interno do Exército Brasileiro.

“Sobre o sistema de controle interno, a constituição estabelece, por meio de seu Art. 74, que é dever dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manter um sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial.”

2. Referencial teórico

Com a finalidade de proporcionar os conhecimentos básicos para a compreensão do sistema em estudo e sua aplicabilidade como ferramenta de controle interno, a seção será dividida nos seguintes tópicos: Controle Interno na Administração Pública, Sistema de Controle Interno do Exército Brasileiro e Sistemas de Informação.

2.1 Controle interno na administração pública

De acordo com Monteiro (2015), na administração pública onde cotidianamente há uma preocupação no tocante à boa utilização dos recursos públicos e em seguir os princípios de regulação e legalidade, é fundamental a visão da função do controle interno como forma de apoiar os gestores em sua administração, bem como subsidiar o controle externo. Assim, o conceito de controle interno transcende uma simples função da administração.

O Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, tem a finalidade de dispor sobre a organização da Administração Federal, bem como estabelecer as diretrizes para a Re-

forma Administrativa. No tocante ao controle interno, tem-se:

CAPÍTULO V DO CONTROLE

Art. 13 O controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo, particularmente:

- a) o controle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;
- b) o controle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;
- c) o controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

Art. 14. O trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco (BRASIL, 1967).

Com a transição do modelo de administração pública burocrático para o modelo gerencial, houve

uma mudança da fiscalização que antes tinha um viés de repreensão e, após a transição, adotou um viés mais preventivo e de orientação (ALENCAR & FONSECA, 2016).

Oliveira (2011) define o controle interno como sendo a ferramenta criada pelo constituinte originário com a finalidade de, além de exercer o controle sobre as contas públicas, prevenir a contaminação da administração pública. O controle interno na administração pública é também denominado como autocontrole ou controle administrativo, sendo a ferramenta pela qual a administração realiza internamente por meio dos componentes de sua própria estrutura, fiscaliza os atos e fatos sujeitos ao seu controle (SOARES & SCARPIN, 2013).

Segundo Alves e Moraes Júnior (2016), a administração pública pode estimular a implantação de sistema de controle interno em sua própria esfera, como forma de autocontrole, auxiliando o gestor público e otimizando a utilização dos recursos. Desta maneira, o controle interno é ferramenta que confere capacidade de autoavaliação à gestão pública, por meio do desenvolvimento de mecanismos que correlacionam as rotinas administrativas com as normas e legislação aplicável. Para Mazulo (2011), os

administradores públicos devem dar destaque aos sistemas de controle interno, objetivando uma utilização mais eficiente dos recursos públicos, minimizando erros, fraudes e desperdícios.

2.2 Sistema de controle interno do Exército Brasileiro

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 70 determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, bem como das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Em seu Art. 74, apresenta como finalidade do sistema de controle interno a ser mantido pelos três poderes, entre outras atribuições, comprovar a legalidade de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O Decreto n.º 3.591 (Brasil, 2000), em seu Art. 8 e inciso III, normatiza como unidades setoriais da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa as unidades de controle interno dos comandos militares, ou seja, “Compete às unidades setoriais de controle interno, [...], assessorar o Comandante das Forças Armadas nos assuntos de competência do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal” (Brasil, 2000, Art. 12 § 2º).

Segundo Nascimento (2015), o Centro de Controle Interno do Exército Brasileiro (CCIEEx) é o órgão central do siste-

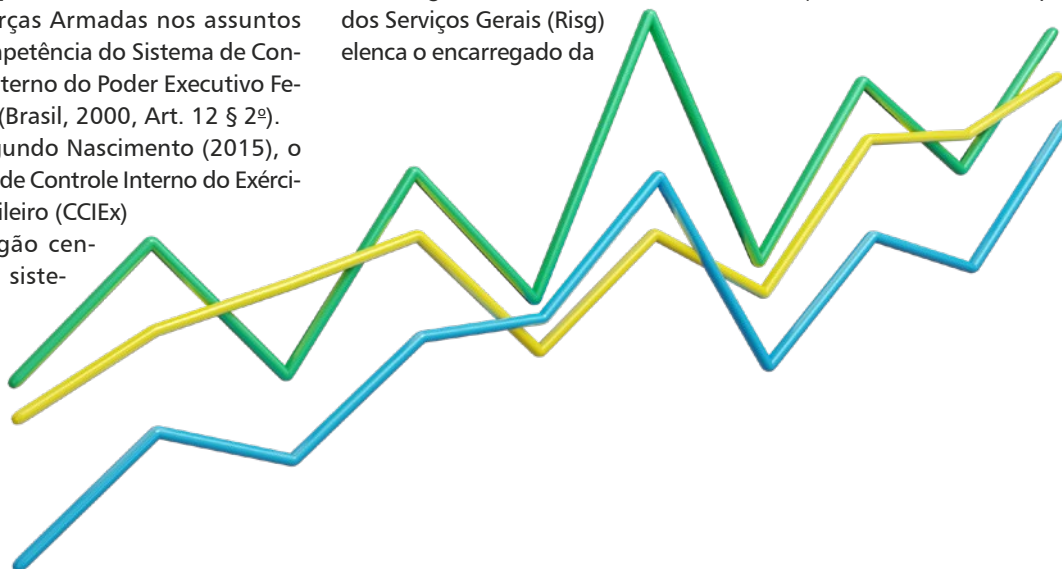
ma de controle interno do Exército Brasileiro (EB) e tem por missão coordenar e realizar as atividades de controle interno no âmbito do Comando do Exército, ao qual é diretamente subordinado. As Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (IC-FEx) são os órgãos descentralizados pelas Regiões Militares (divisão geográfica própria do Exército Brasileiro), que têm a missão de colocar em prática as determinações do CCIEEx, a quem são diretamente subordinadas, e executar uma fiscalização mais atuante, pela proximidade em relação a cada órgão.

Com base nos estudos de Alencar e Fonseca (2016) sobre o controle interno na Marinha do Brasil e no estudo de Nascimento (2015) sobre o controle interno no EB, é possível estabelecer que houve uma reestruturação semelhante no sistema de controle interno destas Forças Armadas. O Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx) advém do reposicionamento e a transformação da então Diretoria de Auditoria (D Aud), organização militar responsável por desempenhar as tarefas de fiscalização e auditoria do EB, antes subordinada à Secretaria de Economia e Finanças do Exército (SEF) (ALENCAR; FONSECA, 2016; CANHA, 2004; NASCIMENTO, 2015).

O Regulamento Interno dos Serviços Gerais (Risg) elenca o encarregado da

conformidade de suporte documental como agente executor direto da administração responsável pela certificação e correção dos documentos comprobatórios das operações relativas aos atos e fatos de gestão praticados por Unidade Gestora, bem como pelo arquivamento de toda a documentação administrativa emitida pela unidade, sendo subordinado diretamente ao ordenador de despesas, no desempenho de suas funções (Brasil, 2003). A Portaria n.º 18-SEF apresenta a figura do Conformador dos Registros de Gestão, responsável por conferir se os atos e fatos administrativos praticados pelos agentes da administração estão em conformidade com as normas em vigor (BRASIL, 2013).

Pela natureza de suas atribuições e sua subordinação direta ao ordenador de despesas, que lhe confere independência funcional em relação ao objeto auditado, pode-se constatar que o encarregado da conformidade dos registros de gestão atua como controle interno no âmbito da Unidade Gestora (SILVA, 2002). Tal constatação culmina na assertiva comumente observada nas documentações de auditoria, posicionando a seção de conformidade dos registros de gestão como um “braço do Controle Interno no interior das Unidades Gestoras do EB” (NASCIMENTO, 2015, p. 34).



2.3 Sistemas de informação

Um dos maiores aliados a um bom de sistema de controle interno é o sistema de informação. Segundo O'Brien e Marakas (2007, p. 4), um sistema de informação pode ser um software que armazena, recupera, transforma e disponibiliza informação em uma organização. O uso de Sistemas de Informação (SI) está entre os avanços empresariais que têm tornado os processos administrativos mais eficientes (REIS, LÖBLER, CAMPOS & RAMOS, 2012). Segundo Moresi (2000), Sistemas de Informação têm sido desenvolvidos com o intuito de otimizar o fluxo de informação, proporcionando um processo de conhecimento, tomada de decisão e intervenção na realidade. Existe ainda um consenso no sentido de que os Sistemas de Informação devem ser estratégicos no gerenciamento e processamento de grandes volumes de dados, contribuindo para o alcance dos objetivos organizacionais (STEGAROIU, 2016).

A pesquisa de Cardoso e Pedron (2013) evidenciou que o contexto organizacional, bem como o apoio da alta administração pode ser extremamente relevante para o comprometimento dos usuários e, concomitantemente, para alcançar os benefícios esperados do SI.

A série de normas ISO/IEC 25000:2014 (*Software Quality Requirements and Evaluation - SQuaRE*) foi criada para padronizar, internacionalmente, as características de implementação e avaliação da qualidade de software. O principal objetivo da criação do SQuaRE foi consolidar uma norma organizada, enriquecida e unificada de maneira lógica, cobrindo dois principais processos: a especificação dos requisitos de qualidade do sistema e a avaliação da qualidade do sistema, por meio de um processo de mensuração da qualidade do sistema (BRAGA, GUIDI & SILVA, 2015; MORAIS & LIMA JUNIOR, 2017).

A norma ISO/IEC 25010:2011, que é uma das que compõe a série de normas anteriormente mencionada, trata de modelos de qualidade de sistemas e softwares. Primeiramente, a norma apresenta um modelo de qualidade na utilização, que analisa o grau em que o sistema pode ser usado por usuários específicos para suprir suas necessidades de cumprir metas específicas com efetividade, eficiência, sem risco e com satisfação em contextos específicos de utilização.

O modelo explanado é composto por cinco características: efetividade, que é a precisão e a integridade com as quais o usuário atinge objetivos específicos; eficiência, que são os recursos gastos em relação à precisão e à integridade com as quais os usuários atingem seus objetivos; satisfação, que é o grau com que as necessidades dos usuários são satisfeitas quando um sistema é usado em um contexto es-

pecífico; liberdade de risco, que é o grau com que um sistema mitiga os riscos potenciais ao *status* econômico, à vida e à saúde humanas ou ao ambiente e à amplitude contextual, que é o grau em que um sistema pode ser usado com efetividade, eficiência, sem risco e com satisfação tanto em contextos especificados quanto em contexto, além dos inicialmente identificados explicitamente. Algumas características são subdivididas em subcaracterísticas, conforme Tabela 1.

O segundo modelo proposto pela ISO/IEC 25010 é o de qualidade do produto, formado por meio de oito características (depois desmembradas em subcaracterísticas) de qualidade relacionadas a atributos internos e externos do sistema. A adequação funcional é o grau com que o sistema fornece funções que atendem às necessidades declaradas e sugeridas sobre condições especificadas.

Tabela 1 – Características e Subcaracterísticas da Qualidade na Utilização

Característica	Subcaracterística	Definição da subcaracterística
Efetividade	-	-
Eficiência	-	-
Satisfação	Utilidade	Grau em que o usuário é satisfeito com sua percepção de realizar objetivos pragmáticos, incluindo os resultados e as consequências da utilização.
	Confiança	Grau em que o usuário ou o <i>stakeholder</i> tem confiança que o sistema vai se comportar como o esperado.
	Prazer	Grau em que o usuário obtém prazer por ter cumprido suas necessidades pessoais.
Liberdade de risco	Conforto	Grau em que o usuário é satisfeito com conforto físico
	Mitigação de risco econômico	Grau em que o sistema mitiga o risco potencial ao status financeiro, operação eficiente, propriedade comercial, reputação ou outros recursos nos contextos de uso pretendidos.
	Mitigação de risco de saúde e segurança	Grau em que o sistema mitiga risco potencial a pessoas nos contextos de uso pretendidos.
Amplitude contextual	Mitigação de risco ambiental	Grau em que um sistema mitiga o risco potencial a propriedade ou ao ambiente no contexto de uso pretendido.
	Integridade Contextual	Grau em que um sistema pode ser usado com efetividade, eficiência, sem risco e com satisfação em todos os contextos de uso especificados.
	Flexibilidade	Grau em que um sistema pode ser usado com efetividade, eficiência, sem risco e com satisfação em contextos além dos inicialmente especificados nos requisitos.

Fonte: ISO/IEC 25010:2011, tradução nossa.

A eficiência de desempenho se refere ao desempenho em relação ao volume de recursos utilizados sobre uma condição definida. A compatibilidade é o grau em que um sistema pode trocar informações com outros programas e desempenhar suas funções requeridas enquanto estiver compartilhando o mesmo ambiente de hardware ou software. A usabilidade é o grau em que um sistema pode ser usado por determinados usuários para alcançar objetivos específicos de efetividade, eficiência e satisfação em um contexto de utilização especificado. A confiabilidade é o grau em que um sistema desempenha determinadas funções sobre determinadas condições por um período de tempo definido. A segurança é o grau em que um sistema protege a informação e os dados para que pessoas ou sistemas tenham o grau de acesso de dados apropriado para seu tipo e nível de autorização. A capacidade de manutenção é o grau de efetividade e eficiência com o qual um sistema pode ser modificado para as manutenções previstas. A portabilidade é o grau de efetividade e eficiência com o qual um sistema pode ser transferido de um hardware, software ou outro sistema operacional ou ambiente de utilização para outro (ISO/IEC 25010, 2011). Conforme mencionado, a Tabela 2 apresenta o desmembramento das características do modelo de qualidade em subcaracterísticas.

Tabela 2 – Características e Subcaracterísticas do Modelo de Qualidade do Produto

Característica	Subcaracterística	Definição da subcaracterística
Adequação funcional	Integridade funcional	Grau em que o conjunto de funções atende às tarefas e aos objetivos específicos do usuário.
	Correção funcional	Grau em que o sistema fornece os resultados corretos e com o grau de precisão necessário.
	Aderência funcional	Grau em que as funções facilitam a realização de tarefas e objetivos específicos.
Eficiência de desempenho	Comportamento temporal	Grau em que o tempo de resposta e processamento e a taxa de transferência de um sistema, quando desempenhando suas funções, atendem aos requisitos.
	Utilização de recursos	Grau em que o volume e tipo de recursos utilizados pelo sistema, quando desempenhando suas funções, atendem aos requisitos.
	Capacidade	Grau em que o limite máximo de um parâmetro do sistema atende aos requisitos.
Usabilidade	Reconhecimento de aderência	Grau com que o usuário é capaz de reconhecer se o sistema é apropriado para suas necessidades.
	Capacidade de aprendizado	Grau em que um sistema pode ser usado por usuários específicos para alcançar metas específicas de aprendizado para utilizar esse sistema com efetividade, eficiência, sem risco e com satisfação em um contexto específico de uso.
	Operacionalidade	Grau em que um sistema possui atributos que facilitam sua operação e controle.
	Proteção de erro do usuário	Grau em que um sistema protege os usuários de cometer erros.
	Estética da interface do usuário	Grau em que a interface possibilita interação agradável e satisfatória para o usuário.
Compatibilidade	Acessibilidade	Grau em que o sistema pode ser usado por pessoas com diversas características e habilidades para alcançar objetivos específicos em um contexto específico de utilização.
	Coexistência	Grau em que um sistema pode desempenhar suas funções com eficiência enquanto compartilha ambiente e recursos com outros sistemas, sem impactos prejudiciais a nenhum outro sistema.
Confiabilidade	Interoperabilidade	Grau em que dois ou mais sistemas podem trocar informação e utilizar essa informação.
	Maturidade	Grau em que um sistema atende às necessidades de confiabilidade sobre condições normais de operação.
Segurança	Disponibilidade	Grau em que um sistema é operacional e acessível quando requerido para uso
	Tolerância a falhas	Grau em que um sistema opera como deveria apesar da presença de falhas de hardware ou software.
	Capacidade de recuperação	Grau em que, na ocorrência de uma interrupção ou falha, o sistema possa recuperar os dados diretamente afetados e reestabelecer o estado desejado do sistema.
Segurança	Confidencialidade	Grau em que um sistema garante que os dados são acessíveis somente para aqueles autorizados a ter o acesso.
	Integridade	Grau em que o sistema previne acesso ou modificação não autorizados de dados ou programas.
	Não negação	Grau em que ações ou eventos podem ser comprovados para que as ações ou eventos não possam ser negados posteriormente.
	Accountability	Grau em que as ações de uma entidade podem ser traçadas unicamente para a entidade.
	Autenticidade	Grau em que a identidade de um sujeito ou recurso pode ser provada ser a requerida.
Capacidade de manutenção	Capacidade de modularização	Grau em que um sistema é composto de componentes distintos de forma que uma mudança em um componente tenha o mínimo impacto nos outros componentes.
	Capacidade de reutilização	Grau em que um componente pode ser usado em mais de um sistema ou na construção de outro componente.
	Capacidade de análise	Grau de efetividade e eficiência com que é possível avaliar o impacto de uma mudança intencional em um sistema em uma ou mais de suas partes, ou diagnosticar as deficiências ou causas de falha, ou para identificar partes a serem modificadas.
	Capacidade de Modificação	Grau em que um sistema pode ser efetivamente e eficientemente modificado sem introduzir defeitos ou degradar a qualidade do sistema.
	Capacidade de teste	Grau de efetividade e eficiência com o qual critérios de teste podem ser estabelecidos para um sistema e testes podem ser aplicados para determinar se os critérios foram satisfeitos.
Portabilidade	Adaptabilidade	Grau em que um sistema pode efetivamente e eficientemente ser adaptado para diferente ou mais avançado hardware, software ou outro sistema operacional ou ambiente de uso.
	Instalabilidade	Grau de efetividade e eficiência com o qual um sistema pode ser instalado com sucesso e/ou desinstalado em um ambiente especificado.
	Substituibilidade	Grau em que um sistema pode substituir outro para o mesmo propósito no mesmo ambiente.

Fonte: ISO/IEC 25010:2011, tradução nossa.

Isto posto, os sistemas de informação são sistemas que buscam coletar e transmitir dados e transformá-los em informações úteis para o processo de tomada de decisões. A série de normas ISO/IEC 25000:2014 trazem uma normatização internacionalmente reconhecida dos requisitos e características a serem analisadas para a avaliação de sistemas de informação. A ISO/IEC 25010:2011 avalia tanto a qualidade na utilização do SI quanto a qualidade do próprio sistema.

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa é um estudo de caso e classifica-se como descritiva uma vez que pretende estudar a percepção de um determinado grupo sobre a funcionalidade do SAG como uma ferramenta de controle interno no âmbito do Exército Brasileiro. Quanto à abordagem, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, uma vez que os dados coletados foram analisados em profundidade pelos pesquisadores, com a finalidade de fazer considerações sobre as questões de estudo. A pesquisa utiliza-se da observação participante uma vez que um dos autores desta pesquisa utiliza o SAG em suas atividades laborais.

A coleta de dados foi realizada em dois momentos. No primeiro momento, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental (sites, legislação) com a finalidade de embasar o referencial teórico e contribuir para a formulação de um roteiro de entrevistas a ser aplicado quando da pesquisa de campo, possibilitando um conhecimento mais aprofundado sobre a questão pesquisada.

No segundo momento, foi feita uma pesquisa de campo, na qual foram feitas entrevistas, no mês de novembro de 2017, baseando-

-se em um roteiro semiestruturado, com servidores públicos vinculados ao Exército Brasileiro, com atuação direta nas organizações militares analisadas. As entrevistas foram aplicadas a servidores atuantes de funções distintas: ordenador de despesas, conformador dos registros de gestão de diferentes unidades gestoras do Comando do Exército, chefe de Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx) e auditor de ICFEx. Tais entrevistas totalizaram aproximadamente duas horas.

A escolha pela elaboração de uma entrevista semiestruturada baseou-se na pesquisa de Alencar (2016) em que ele apresenta o conceito de Pádua (2007, p. 70), em que o pesquisador elabora um conjunto de questões sobre o tema a ser estudado, mas permite que o entrevistado faça uma associação livre de ideias sobre assuntos que vão surgindo como desmembramentos do tema principal. As questões do roteiro de entrevistas foram dispostas de maneira que estimulassem o entrevistado a analisar e tomar suas próprias conclusões acerca da efetividade do SAG como

ferramenta de controle interno no âmbito do Exército Brasileiro.

Por meio da triangulação de fontes, quais sejam documentação, entrevistas e observação participante, foi possível analisar os atributos evidenciados pela utilização do SAG como sistema de informação de apoio às ações de controle interno, bem como elencar suas vantagens e desvantagens. Tais atributos foram observados a partir da percepção dos agentes entrevistados.

Entendeu-se por “Qualidade na utilização do SI na perspectiva do Controle Interno” o conjunto de características que avaliam a qualidade na utilização do SAG como ferramenta de controle interno no âmbito das Unidades Gestoras do Exército Brasileiro. Já em “Qualidade do produto na perspectiva do Controle Interno”, foi considerado o arcabouço de características que mensuram a qualidade do SAG como um SI utilizado como ferramenta de controle interno. Por fim, em “Questionamentos complementares ao SAG”, foram elencadas características julgadas pertinentes pelos autores para o enriquecimento desta pesquisa científica.

Tabela 3 – Relação das Variáveis com as Perguntas do Roteiro de Entrevistas

Constructos	Variáveis	Perguntas
Qualidade na utilização do SI na perspectiva do Controle Interno	Efetividade	04
	Eficiência	05
	Satisfação	06
	Liberdade de risco	07
	Amplitude contextual	08
Qualidade do produto na perspectiva do Controle Interno	Adequação funcional	09
	Eficiência no desempenho	10
	Usabilidade	11,12,13 e 14
	Compatibilidade	15 e 16
	Confiabilidade	17
	Segurança	18
	Capacidade de Manutenção	Esta variável não foi testada por ser de conhecimento técnico
Questionamentos complementares ao SAG	Portabilidade	19
	Utilização	01,02 e 03
	Normatização	20 e 25
	Aceitação	21 e 22
	Pontos fortes e oportunidades de melhoria	23 e 24

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

4. Resultados e discussões

4.1 Perfil dos respondentes

Foram realizadas três entrevistas com militares que utilizam o SAG em suas atividades laborais e cujas funções possibilitam tal utilização. Na Tabela 4, os respondentes são identificados como S1, S2 e S3 visando garantir seu anonimato. O S1 desempenha a função de encarregado do setor financeiro de uma UG; o S2 desempenha a de adjunto da seção de auditoria e fiscalização de uma ICFEx e auditor de algumas UG; e o S3, que é encarregado da conformidade dos registros de gestão de uma UG.

Ressalta-se que o S1 e o S2 utilizam o SAG há 2 anos, portanto, puderam observar a mudança da rotina nas respectivas funções ocasionada pela adoção do sistema uma vez que ambos desempenham as mesmas atividades há 5 anos, ao passo que o S3 só começou a utilizar o SAG ao assumir a função, há 10 meses.

4.2 Sistema de Acompanhamento de Gestão (SAG)

Devido ao recente desenvolvimento do SAG, não foi possível encontrar nenhuma publicação científica que mencionasse o sistema e, haja vista a não oficialização do sistema como um Sistema Corporativo do Exército, não foi encontrada nenhuma legislação referente ao sistema. Somente foram encontradas informações sobre o SAG nas páginas institucionais da 5ª ICFEx e da 11ª ICFEx. Segundo a 5ª ICFEx, em 2014 a 2ª ICFEx desenvolveu o SAG, com o objetivo de facilitar o acompanhamento da execução dos recursos públicos utilizados pelas UGs, de forma simples e intuitiva, sem a necessidade de conhecimentos contábeis aprofundados.

	Idade	Grau de Instrução	Tempo ou experiência (em anos)			
			No Exército	Na função	Na administração pública	Utilizando o SAG
S1	51	EM completo	31	5 (chefe) e 18 (auxiliar)	28	2
S2	42	Pós-graduado	18	5	18	2
S3	44	ES em curso	25	10 meses	18	10 meses

Fonte: elaborado pelos autores (2017)

A 5ª Inspetoria afirma ainda que o sistema possibilita o aperfeiçoamento do controle interno administrativo pelas UGs, facilitando o acompanhamento, fiscalização e controle, evitando a incidência de irregularidades administrativas por meio da verificação da ocorrência de impropriedades na execução financeira, contábil e patrimonial.

Em 23 de novembro de 2016, foi elaborada a Diretriz do Secretário de Economia e Finanças – Sistema de Acompanhamento de Gestão, que trouxe como finalidade: “Orientar as atividades da Secretaria de Economia e Finanças para a expansão e melhoria do Sistema de Acompanhamento da Gestão (SAG), com o intuito de torná-lo um Sistema Corporativo do Comando do Exército”. É esclarecido que o Major Intendente Manfrini foi o desenvolvedor do SAG e que ele trabalhava individualmente, por mais de três anos no sistema, possuindo então o conhecimento técnico para extração, importação, integração, armazenamento, tratamento e oferta de dados.

A Diretriz informa ainda que a atualização é realizada por um servidor adquirido exclusivamente para o sistema, localizado na 2ª ICFEx em São Paulo (SP). Como oportunidade de melhoria, a Diretriz estabelece que o sistema pode ser utilizado para uma gama maior de pesquisas e cruzamento de informações, após a obtenção de dados de diversos órgãos públicos que podem ser solicitados institucionalmente.

Como medida para a melhoria do sistema, a Diretriz informa que o desenvolvedor foi transferido para o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx) com a finalidade de, com o suporte deste órgão, consolidar o sistema no âmbito do Comando do Exército bem como viabilizar a implantação do SAG como um Sistema Corporativo do Exército Brasileiro.

4.3 SAG como ferramenta de controle interno nas Unidades Gestoras do Comando do Exército

Quanto ao seu **conceito e funcionamento**, o S1 define o SAG como uma ferramenta auxiliar na parte administrativa e no gerenciamento das informações, buscando informação em várias transações do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), formando um banco de dados. O S2 corrobora o conceito definindo o SAG como uma ferramenta gerencial e de controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Agrega ainda que o SAG busca as informações em vários sistemas e as compila apresentando ao usuário no dia seguinte ao de sua produção. O S3 agrega que o sistema acusa alguns erros que podem ocorrer na confecção dos documentos pelo Siafi. Quando são detectados esses erros, o próprio S3 verifica se é o caso de fazer alguma anulação, pois, algumas vezes, a ocorrência não exige sua anulação, mas, sim, seu acompanhamento.

No **desempenho de suas funções**, o S1 utiliza o SAG para acompanhar a execução patrimonial, bem como na identificação dos recursos descentralizados e para a geração de relatórios gerenciais. Tanto o S2 quanto o S3 utilizam o módulo de auditoria do sistema, tendo o S2 evidenciado, que também faz outras consultas complementares.

Quanto ao **objetivo na utilização**, o S1 utiliza o SAG no levantamento de informações gerenciais para dar suporte à tomada de decisão para o comando da unidade e acompanhar as metas de liquidação impostas pelo Exército. O S2 tem o objetivo de identificar possíveis impropriedades na execução orçamentária, financeira e patrimonial das UGs vinculadas. O objetivo do S3 é utilizá-lo como suporte para registrar a conformidade dos registros de gestão de sua unidade.

Quanto à **efetividade** observada, o S1 considera que o SAG necessita de melhorias para seu objetivo uma vez que, ocasionalmente, apresenta distorções, como na conciliação dos saldos do Sistema de Controle Físico (Siscofis) com os saldos do Siafi, mas mesmo assim contribui para seu objetivo. O S2 também observa algumas falhas em suas consultas, mas adiciona que cabe ao auditor investigar se a informação disponibilizada é coerente. O S3 considera o sistema preciso e íntegro para seu objetivo.

Todos os entrevistados consideram o SAG um sistema **eficiente**; o S2 complementa que, como foi desenvolvido por um militar, o sistema possui baixo custo, e a relação custo-benefício mostra-se interessante para a instituição.

Os entrevistados concordam que o sistema **satisfaz às suas necessidades**; o S1 fez um paralelo com outro sistema, o Tesouro Gerencial, e considera o SAG mais fácil de ser

consultado e gerar relatórios, apesar de apresentar as divergências anteriormente mencionadas.

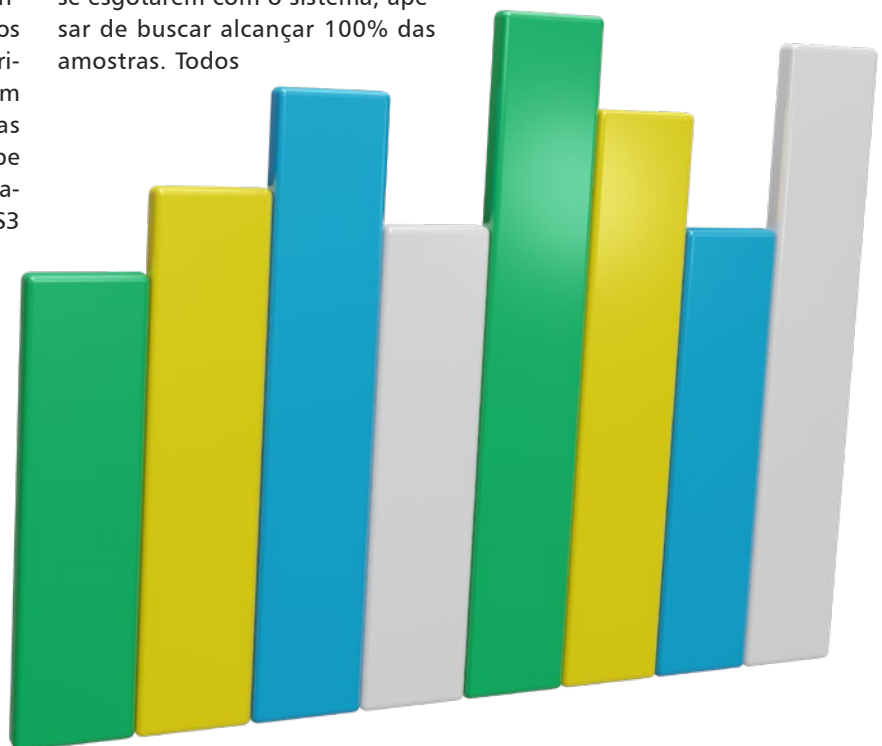
Os entrevistados concordam que o sistema **minimiza os riscos**, porém o S2 chama atenção para o fato que, se o estágio da despesa tiver sido concluído em um dia, não poderá ser sanada a eventual falha, mas como a possibilidade da conclusão do estágio da despesa em um dia é remota, na maioria dos casos, é possível proteger a instituição e os usuários.

A **amplitude contextual** do SAG foi observada pelos entrevistados pela ampla gama de informações disponibilizadas pelo sistema, que possibilitam sua utilização tanto para pesquisa e consultas gerenciais quanto para fins de auditoria, no âmbito da administração pública.

Os entrevistados consideram **adequadas as funções fornecidas pelo SAG em relação às necessidades do controle interno**, tendo o S2 concordado em parte haja vista as atividades de auditoria e controle serem amplas e não se esgotarem com o sistema, apesar de buscar alcançar 100% das amostras. Todos

os entrevistados relataram que o SAG facilita a realização das rotinas de controle interno.

Analisando o comportamento temporal e a consequente **eficiência no desempenho**, foi observado que o SAG não apresenta as informações em tempo real, porém, o próprio Siafi, que é uma de suas fontes de informação, não apresenta suas informações em tempo real. Levando em consideração suas atribuições funcionais, o S2 não considera o SAG totalmente tempestivo, partindo do pressuposto que a tempestividade é a possibilidade de reverter a falha e haver a possibilidade da execução completa da despesa em um dia, não sendo oportuna sua identificação posterior para fins de prevenção. Já o S3 considera o sistema tempestivo, pois o prazo para a certificação dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, atividade inerente à sua função, é de três dias úteis.



A **capacidade de aprendizado** por meio do SAG foi constatada pelos entrevistados, por meio das afirmações onde consideram o sistema intuitivo e autoinstrucional, tendo sido observado inclusive a existência de videoaulas que auxiliam o usuário nas primeiras utilizações. O S2 ressaltou que o sistema requer conhecimento prévio do usuário no tocante à execução orçamentária e à administração pública. Em contrapartida, o S1 observa que os usuários que sabem utilizar o Sifiterão facilidade no manuseio do SAG.

Quanto à **proteção ao erro do usuário**, o S1 observou que o SAG protege o usuário por meio do módulo de auditoria, que é limitado a dois usuários por UG. Já o S2 esclarece que o SAG não protege o usuário de cometer o erro mas, sim, identifica o erro e permite que o usuário o corrija, entendimento compartilhado pelo S3.

Todos os entrevistados perceberam a **interface do SAG** como de fácil utilização e controle, porém o S2 observou ter conhecimento de solicitações de agentes de outras unidades para que seja feito um manual específico para as consultas que podem ser feitas no sistema; o S3 ponderou ser oportuna a existência de um manual.

Por meio da resposta dos entrevistados, o sistema se mostrou **acessível a usuários** com outros objetivos que não os de controle interno, bem como a usuários de distintos níveis de conhecimento. O S2 indicou a existência do módulo gerencial que disponibiliza uma série de consultas gerenciais que foram constatados pelo S1 como facilitadas pela existência do sistema.

Quanto à **coexistência** do sistema, não foi observada pelos usuários já que não utilizam o SAG concomitantemente a outro sistema. Já quanto à sua **interoperabilidade** foi observado que o SAG busca informações do Siafi, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), do Siscofise dos subsistemas do ComprasNet, ambiente de compras do Governo federal.

O SAG foi observado como um sistema **confiável**, levando em consideração sua facilidade e rapidez de acesso, cabendo ressaltar que o sistema somente é utilizado internamente na intranet, no caso a Ebnet.

O SAG proporciona **confidencialidade às suas informações e aos seus dados** uma vez que seu acesso é permitido somente a usuários devidamente cadastrados com login e senha individual. Além disso, o sistema é escalonado em diferentes níveis de acesso, proporcio-

nando um acesso diferente à SEF, ao CCIEx, às ICFEx e às unidades gestoras de acordo com suas necessidades, de forma que o usuário só tenha acesso aos ambientes a que for autorizado. Em adição, o perfil de auditoria é limitado a dois usuários por UG.

Há divergências quanto à **portabilidade** do SAG na percepção dos usuários. O S1 acredita que o SAG pode substituir o Tesouro Gerencial uma vez que fornece praticamente as mesmas informações, já os outros entrevistados discordam, tendo o S2 declarado que o SAG é um sistema complementar uma vez que busca as informações de outros sistemas, facilitando os trabalhos de auditoria.

Foi observado pelo S2 que o SAG é **amplamente utilizado pelos usuários do sistema de controle interno do Exército**, haja vista não só a diretriz emitida pela SEF anteriormente mencionada, mas também a economia de tempo que o sistema gerou para seus usuários. Tal observação foi corroborada pelo comentário do S1, que, por vezes, recebe diligências da ICFEx alegando que, após a consulta ao SAG, foi constatado algum indício de irregularidade, solicitando à unidade verificar a ocorrência. O S3 alegou não ter conhecimento sobre a difusão do sistema.

“A capacidade de aprendizado por meio do SAG foi constatada pelos entrevistados, por meio das afirmações onde consideram o sistema intuitivo e autoinstrucional, tendo sido observado inclusive a existência de videoaulas que auxiliam o usuário nas primeiras utilizações.”

Tabela 5 – Observações das Variáveis

Variáveis testadas	Foi observada?
Efetividade	Sim, com algumas falhas que não comprometem sua finalidade.
Eficiência	Sim.
Satisfação	Sim.
Liberdade de risco	Sim, com uma remota possibilidade de não correção de eventuais falhas.
Amplitude contextual	Sim.
Adequação funcional	Sim.
Eficiência no desempenho	Sim, com divergências entre os entrevistados, haja vista o sistema não disponibilizar as informações em tempo real.
Usabilidade	Sim.
Compatibilidade	Sim.
Confiabilidade	Sim.
Segurança	Sim.
Portabilidade	Houve divergência entre o S1 e o S2.
Utilização	Sim.
Aceitação	Sim.

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

Quanto à **utilização do sistema como ferramenta de controle interno** pelos agentes da administração de suas respectivas organizações militares (organizações militares auditadas no caso do S2) foi observada, sobretudo, a utilização do sistema pelo encarregado da conformidade dos registros de gestão como controle interno no âmbito da unidade, bem como pelo encarregado do setor financeiro. Não foi observada resistência alguma dos militares para a utilização do SAG; o que foi levantado pelo S1 foi o descontentamento de alguns militares com a limitação do módulo de auditoria a somente dois usuários por UG. O S2 explicou que esta limitação é justamente para proteger as informações e seus usuários, não no sentido de blindar as informações, mas, sim, para evitar que as informações sejam utilizadas de forma indevida, não sendo assim interessante, em seu ponto de vista, que todos visualizem os problemas que acontecem na UG.

Como **pontos fortes**, foram observadas: a otimização de tempo que o SAG proporcionou, ao poupar os usuários de várias consultas que são compiladas em um só sistema; a for-

ma como o sistema fornece as informações, de maneira fácil e rápida; e a possibilidade de alcançar a totalidade das amostras das atividades executadas, que é uma dificuldade de auditoria. O único **ponto fraco** observado foi o fato de o sistema não fornecer as informações em tempo real, o que se deve à forma de alimentação de dados do sistema. O S2 ressaltou ainda que, se um usuário quiser cometer uma ilegalidade e conseguir burlar o sistema, é possível que o SAG não identifique, o que não seria uma falha do sistema propriamente dito, mas uma condição inerente à existência humana. Então o risco está em cima disso, da possibilidade de o ser humano burlar o sistema.

Todos os entrevistados perceberam melhora no desempenho e economia de tempo no exercício de suas funções ao adotar o SAG, sobretudo o S1 nas consultas e elaboração dos relatórios gerenciais e o S2 e S3 na detecção de falhas e, posteriormente, de sua correção. Foi unânime entre os entrevistados a percepção de que o SAG deve ser institucionalizado e se tornar um Sistema Corporativo do Exército e até da administração pública em geral.

5. Conclusões

Pela presente pesquisa e pela percepção dos entrevistados, pode-se concluir que o Sistema de Acompanhamento de Gestão é um sistema inovador que contribui para o desenvolvimento das atividades de controle interno das unidades gestoras do Comando do Exército Brasileiro. O referido sistema possibilita alcançar a totalidade das atividades de execução orçamentária, financeira e patrimonial das UGs auditadas e proporciona ainda otimização do tempo de seus usuários. Sem limitar sua utilização ao controle interno, o sistema apresenta um ambiente que disponibiliza uma série de consultas gerenciais de forma prática e a possibilidade de gerar relatórios gerenciais que suportem a tomada de decisão pelo comando da unidade. Cabe ressaltar ainda que houve divergência, por parte dos entrevistados, sobre a possibilidade de o SAG substituir outro sistema já existente. Pela análise das entrevistas e da Diretriz do Secretário de Economia e Finanças sobre o SAG, pode-se afirmar que o sistema vem sendo aprimorado e está em vias de se tornar um Sistema Corporativo do Exército.

A pesquisa foi limitada pela escassez de documentos e informações sobre o SAG, bem como a ausência de pesquisa anterior sobre o referido sistema e a escassez de dados que possam mensurar a melhora proporcionada pelo sistema. Limitou-se ainda ao âmbito do Exército Brasileiro por ser a única instituição que utiliza o sistema.

Como sugestão para futuras investigações, sugere-se que seja feito um estudo quantitativo, por meio de questionário on-line, buscando identificar a percepção de usuários de todo o território nacional. O assunto permite ainda buscar a percepção da utilização do SAG para fins gerenciais, como sistema de apoio e suporte à tomada de decisão.

Referências

ACESSO DE USUÁRIOS (2017). 5ª *Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército*. Recuperado de <http://www.5icfex.eb.mil.br/index.php/satt-acesso-usuarios-menu>.

de Alencar, C. O., & da Fonseca, A. C. P. D. (2016). Excelência na Gestão Pública: a contribuição do Controle Interno da Marinha do Brasil. *REGE-Revista de Gestão*, 23(2), 172-184.

BRAGA, V. C., & GUIDI, R. R. (2015). *Avaliação da qualidade de um sistema de gestão do armazém: quicksupply system* (Monografia de Especialização em Análise e Gestão de Sistemas de Informação). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

CANHA, C. A. (2004). *A estrutura do sistema de controle interno do Ministério da Defesa e sua influência na avaliação da gestão efetuada pelo TCU* (Monografia de Especialização em Controle Externo). Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Brasília, DF, Brasil.

CARDOSO, I. R., & Pedron, C. D. (2013). O comprometimento dos usuários na implementação de um sistema de informação: o papel do comprometimento da alta gestão e do contexto organizacional. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde-RGSS*, 2(1), 03-25.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. Constituição do Brasil: promulgada em 5.10.88. D.O.U de 05 de outubro de 1988.

DECRETO-LEI N.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 -Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm

DECRETO N.º 3.591, de 06 de setembro de 2000-Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm

DECRETO N.º 42.018, de 09 de agosto de 1957 -Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42018.htm

ISO/IEC 25000 (2014).Software engineering - System and software Quality Requirements and Evaluation (SQuaRE).

ISO/IEC 25010 (2011).Software engineering - System and software Quality Requirements and Evaluation (SQuaRE) - System and software quality models.

MAZULO, E. S. (2011)*Imagem e o desempenho percebido do controle interno no Exército Brasileiro: uma abordagem utilizando análise fatorial e regressão múltipla* (Dissertação de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial). Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

MONTEIRO, R. P. (2015). Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 159-188.

MORAES, M. H. B. M., & Junior, F. R. L. (2017). Proposição e aplicação de uma metodologia baseada no AHP e na ISO/IEC 25000 para apoiar a avaliação da qualidade de softwares de gestão de projetos. *Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas*, 12(2), 239.

MORESI, E. A. D. (2000). Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ciência da informação*, 29(1), 14-24.

NASCIMENTO, M. E. C. T. C. do. (2015)*O Controle Interno das Unidades Gestoras do Exército Brasileiro: Análise da contribuição da seção de conformidade de registros de gestão para a administração militar*(Dissertação de Mestrado em Ciências Militares). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

O'BRIEN, J. A. & MARAKAS, G. M. (2007). *Introduction to Information Systems*. (13th ed.) New York: McGraw-Hill/Irwin.

OLIVEIRA, L. O. de. (2011). *O Uso do Controle Interno como Meio de Prevenção da Improbidade Administrativa na Administração Pública Municipal* (Monografia de Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Telêmaco Borba, PR, Brasil.

PORTARIA N.º 018-SEF, de 20 de dezembro de 2013. Normas para Prestação de Contas dos Recursos Utilizados pelas Unidades Gestoras do Exército Brasileiro (EB90-N-08.002), 2ª Edição, 2013. Boletim do Exército. Brasília-DF, 10 de janeiro de 2014. Recuperado de http://www.dcont.eb.mil.br/images/custos/legislacao/port_18-sef_2013_eb90-n-08.002.pdf

PORTARIA N.º 816-Cmt Ex, de 19 de dezembro de 2003. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R-1). Boletim do Exército. Brasília-DF, 19 de janeiro de 2013. Recuperado de http://portallegislacao.dgp.eb.mil.br/upload/PortCmtExNr816_19DEZ03.pdf

REIS, E. dos, LÖBLER, M. L., de Campos, S. A. P., & Ramos, M. S. (2012). Uso de um sistema de informação em uma instituição pública: um estudo de caso. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 11(1), 11-25.

SILVA, P. G. K. da (2002). O papel do controle interno na administração pública. *ConTexto*, 2(2).

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO (SAG). 11ª inspetoria de contabilidade e finanças do exército. Recuperado de <http://www.11cfex.eb.mil.br/index.php/orientar-e-controlar/Art.sorientarecontrolar/87-ordenadores-de-despesa/449-sistema-de-acompanhamento-da-gestao-sag>.

SOARES, M., & SCARPIN, J. E. (2013). Controle interno na administração pública: avaliando sua eficiência na gestão municipal. *Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais*, 14(1).

SOUSA ALVES, A. G. de, & de Moraes Júnior, V. F. (2016). O sistema de controle interno da gestão pública do poder executivo do município de Patos/PB. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(3), 56-71.

STEGAROIU, C. E. (2016). The Importance Of Information Systems In The Management And Processing Of Large Data Volumes In Public Institutions. *Annals-Economy Series*, 1, 140-143.

ZIEMBA, E., & OBLAK, I. (2014). The Survey of Information Systems in Public Administration in Poland. *Interdisciplinary Journal of Information, Knowledge & Management*.



Aceitação a mudanças nos processos da área de contabilidade entre as diferentes gerações

Este estudo teve como objetivo analisar como ocorre a aceitação às mudanças nos processos de contabilidade nas diferentes gerações. Para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa por meio da aplicação de questionários destinados a profissionais da contabilidade atuantes ou que atuaram em escritórios de contabilidade no Estado do Paraná, obtendo-se a uma amostra válida de 88 respondentes. Os resultados obtidos foram analisados por meio de estatística descritiva e indicam que a maior parte dos respondentes não possui dificuldades na realização de diversas tarefas ao mesmo tempo e que o Sped tem se apresentado como uma das maiores dificuldades em termos de adaptação dos profissionais da contabilidade. Em relação às gerações, percebeu-se que as gerações iniciais (*Baby Boomers* e *X*) e finais (gerações *Y* e *Z*) cumprem com facilidade as normas da empresa e são flexíveis a elas e que não há diferenças significativas entre os comportamentos apresentados em relação à aceitação e à adaptação a mudanças. Apesar disso, houve relatos de respondentes que presenciaram dificuldades de adaptação a novas tecnologias por pessoas com idades mais avançadas e, que pertencem, portanto, a gerações que não foram iniciadas no mundo da tecnologia. Assim, entende-se que, apesar das diferenças nas características das gerações, não foram identificadas diferenças em relação à aceitação as mudanças nos processos contábeis entre as diferentes gerações.

Juliana Santos Luiz

Aluna de Graduação do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Modelo (Facimod)
E-mail: juliana.artestofamentos@gmail.com

Letchele Hammes Tavares

Aluna de Graduação do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Modelo (Facimod)
E-mail: letchele.lht@gmail.com

Loíde Gonçalves de Oliveira

Aluna de Graduação do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Modelo (Facimod)
E-mail: loideoliveira74@gmail.com

Fabiana Frigo Souza

Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora do curso de Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade Modelo (Facimod)
E-mail: proffabianafrigo@gmail.com

1. Introdução

As discussões que permeiam a área tratam da importância das inovações para o crescimento e melhoria dos processos dentro das organizações, incluindo as empresas de serviços contábeis. Apesar disso, pouco se sabe sobre como as pessoas recebem essas mudanças e quanto tempo levam para atualizarem-se e adaptarem-se, dado que uma organização é constituída de pessoas, com suas características próprias e de várias gerações.

Apesar das diferenças pessoais, sabe-se que a interação entre estes se torna fundamental para a obtenção do resultado final. Sabe-se, ainda, que cada uma das gerações possui comportamentos e características diferentes no ambiente de trabalho, considerando a forma de pensar e proceder, os propósitos e os valores de cada uma delas. Segundo Smith (2008) e Tolbize (2008) *apud* Carrara, Nunes e Sar-sur (2013), um aspecto que pode ser considerado um desafio para as organizações relaciona-se com a existência de profissionais de várias gerações coexistindo em um mes-

mo ambiente de trabalho, com a existência de um ambiente

multigeracional. Essas pessoas precisam interagir e integrar-se para o bom desempenho organizacional.

Nas mudanças ocorridas na contabilidade, onde houve otimizações de processos evidenciadas por meio de tarefas que anteriormente eram realizadas de forma manual e passaram a ser desenvolvidas por sistemas, evitando o uso de papéis na empresa, por exemplo (PADOVEZZE, 2000), diferentes gerações podem ter sido afetadas. Assim, considerando a importância da temática, torna-se relevante entender como as pessoas que trabalham na área contábil procuram adaptar-se às mudanças ocorridas na área e que influenciaram suas carreiras. Além disso, torna-se importante entender de que forma indivíduos de diferentes idades e, conseqüentemente, gerações, conseguiram superar as mudanças na contabilidade.

Ademais, partindo do pressuposto de que cada geração tem sua característica, comportamento e perfil distintos umas das outras, e que algumas carregam consigo a maturidade e a experiência, enquanto outras são dotadas de habilidades e afinidades com a tecnologia, este estudo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: **Como ocorre a aceitação à mudança nos processos de contabilidade entre as diferentes gerações?** Para responder ao problema proposto, tem-se como objetivo analisar como ocorre a aceitação às mudanças nos processos de contabilidade nas diferentes gerações.

Ao longo do tempo, a história da Contabilidade foi marcada por inovações tecnológicas que afetaram a forma de atuação das empresas contábeis e também dos profissionais. Assim, este estudo justifica-se ao refletir sobre as formas de adaptações que os funcionários bus-

cam diante dessas transformações, podendo ser utilizado para outros profissionais que queiram melhorar seu desempenho no trabalho, porém, que sintam dificuldades em lidar com as inovações.

Este trabalho justifica-se, ainda, por mostrar as diferenças entre as gerações e o quanto é importante conhecer as características e compreender comportamentos, propósitos e os valores de cada um, para que ocorram melhorias no ambiente de trabalho, respeitando o tempo de aprendizagem e desenvolvimento de cada indivíduo, independente da geração a qual pertence (PATI, 2016).

2. Referencial teórico

2.1 Inovações

O cenário econômico mundial tem passado por várias transições resultantes de fatores como a inovação tecnológica e a velocidade da informação, que promovem o avanço no que diz respeito a produtos, serviços ou processos, apresentando maior utilidade ou despertando o interesse do consumidor. Sabe-se que manter o olhar voltado para o futuro e enfrentar os desafios, buscando novas ideias para agregar valor ao produto/serviço pode ser um diferencial.

Neste sentido, a criatividade e a inovação são elementos relevantes no mundo dos negócios, em que as frequentes mudanças econômicas passaram a desenhar um ambiente de insegurança e imprevisibilidade, de forma que a inovação pode ser a diferença entre o sucesso ou o fracasso da organização. Neste ambiente, onde a inovação torna-se elemento necessário, "a criatividade desenvolve novas soluções para problemas percebidos e fornece matéria-prima para a inovação" (CHIAVENATO, 2003, p.274).



“A inovação em produto, segundo Rank, Emediato e Osório (2008), ocorre quando há mudança no que se faz, ou seja, desenvolvimento de novos produtos, os quais antes não existiam, ou melhoramento significativo de produtos já existentes, atendendo melhor às necessidades do mercado.”

Na definição de Moreira e Queiroz (2006) *apud* Andrade e Muyllder (2010), a inovação se apresenta como o processo pelo qual as organizações utilizam suas capacitações e seus recursos para desenvolver novos produtos, serviços, sistemas (operacionais ou de produção), formas de trabalho ou tecnologias para melhor atender às demandas de seus consumidores.

As inovações nas empresas podem ser classificadas em dois grupos principais: inovação em produto e inovação em processos. A inovação em produto, segundo Rank, Emediato e Osório (2008), ocorre quando há mudança no que se faz, ou seja, desenvolvimento de novos produtos, os quais antes não existiam, ou melhoramento significativo de produtos já existentes, atendendo melhor às necessidades do mercado. De acordo com Severo (2013) *apud* Decesaro et al. (2017), o ato de inovar agrega valor ao produto, ocasionando uma melhoria de *performance* organizacional e abrindo novos mercados.

Por outro lado, a inovação em processos é baseada na implementação de métodos de produção ou distribuição novos ou consideravelmente melhorados, assim como compreende mudanças significativas nas técnicas, equipamentos e/

ou softwares (OCDE, 2005). Para Rank, Emediato e Osório (2008), a inovação em processos ocorre quando há mudança no como se faz, aprimorando ou desenvolvendo novas formas de fabricação ou de distribuição de bens e novos meios de prestação de serviços.

2.2 Gerações

O termo gerações faz referência ao um grupo de pessoas que nasceram em um mesmo período histórico sob a presença de eventos culturais e sociais que influenciam comportamentos. Para esse estudo o ponto de partida escolhido foi a geração *Baby Boomers*, englobando até a geração *Alfa*.

2.2.1 Baby Boomers

A geração *Baby Boomers*, segundo Fava (2009) *apud* Indalécio e Ribeiro (2017), são os nascidos entre os anos de 1945 e 1960. Essa geração, segundo Oliveira (2010), iniciou-se a partir da Segunda Guerra Mundial, recebendo este nome por causa da explosão de natalidade ocorrida quando os soldados voltaram para suas casas. Os *Baby Boomers* constituem uma geração

reconhecida como “pós-guerra” e são os indivíduos que as compõem nasceram e se desenvolveram em frente à televisão e, atualmente, são as pessoas da terceira idade (OLIVEIRA, 2010).

Os indivíduos nascidos nesta época eram comprometidos com as empresas onde trabalhavam, cumpriam rigorosamente os horários, não gostavam de faltar e muitos acabavam tendo um único emprego em toda sua vida, na mesma empresa até se aposentarem, pois cultivavam a estabilidade profissional. Segundo Zemke (2000, p. 51-55.), “a aprendizagem e o desenvolvimento garantem o estilo de vida que desejam, além da busca por crescimento de carreira nas organizações”.

Como vieram de uma geração pós-guerra, em que os pais eram rígidos e tradicionalistas, essa geração teve muita dificuldade para se adaptar às mudanças da época. Fazendo uma ligação com a área da Contabilidade e suas mudanças, essas pessoas poderiam ter dificuldade de adaptação às novas demandas.

2.2.2 Geração X

A geração X é formada por pessoas nascidas entre os anos de 1961 e 1982 (FAVA, 2014 *apud*



INDALÉCIO; RIBEIRO, 2017) e alguns autores a definem como uma incógnita, por não entenderem o que seriam capazes de fazer.

Esta geração cresceu em um contexto de mudanças econômicas e sociais que influenciaram seus comportamentos e a maneira de viver. Neste período, as mulheres começaram a integrar o mercado de trabalho e adquirir independência financeira, por consequência as taxas de divórcio praticamente dobraram. Esses eventos colaboraram para que os integrantes desta geração na maioria crescessem em um ambiente familiar onde as mães trabalhavam fora e boa parte deles eram filhos de pais divorciados (CONGER, 1998).

A geração X foi criada sob a influência da tecnologia. O primeiro computador surgiu no início dos anos 50, mas foi, a partir de 1970, que a Intel criou o microprocessador, dando oportunidades as pessoas de acessar tal tecnologia. Nessa época, surgiram os computadores de mesa, o que permitiu o contato dessa geração com essa tecnologia ainda na adolescência (CONGER, 1998).

Segundo, Carrara, Nunes e Sar-sur (2013) apud Rocha et al. (2018, p. 84), a geração X “foi impactada pela turbulência social e eco-

nômica, tornando-a menos otimistas, porém mais confiante”. São profissionais comprometidos com o trabalho, flexíveis às mudanças e se adaptam facilmente a novos processos e tecnologias, mas não gostam de prazos estabelecidos e rejeitam a supervisão rigorosa (MONTEIRO; RIBEIRO; SÔNIA, 2016). Segundo Zemke (2008, p. 53), “o mercado os quer, quase luta por eles, e eles têm desejo natural de viajar, estimulados pela oportunidade e pela necessidade de agregar experiência e competência em seus portfólios pessoais”.

Analisando pelo ponto de vista da contabilidade, essa geração tende a não ter tanta dificuldade de aprendizagem por pertencer a um grupo

de pessoas que apresentam afinidades com a tecnologia e são flexíveis as mudanças, conseguindo adaptar-se facilmente a novos processos.

2.2.3 Geração Y

A geração Y, também conhecida como geração Millennials (TOMAZ, 2013), é formada pelas pessoas nascidas entre os anos de 1983 e 2000 (INDALÉCIO; RIBEIRO, 2017). Comparada com as gerações anteriores, a Y é a primeira a ter um maior conhecimento relacionado à tecnologia (MALDONADO, 2005), por isso são adeptas às mudanças constantes nos meios de comunicação. A geração Y possui maior liberdade de expressão e preocupa-se com causas sociais, com o bem-estar e o enriquecimento pessoal (SILVA; ALMEIDA, 2018).

Conforme Monteiro, Ribeiro e Sônia (2016, p. 5), “estes indivíduos têm urgência imediata de alcançar os seus objetivos em um curto espaço de tempo e possuem forte tendência em não aguardar muito tempo para concretização de seus sonhos”. Assim, essa geração pode ser definida como imediatista e impaciente, porém são decididos no que querem e determinados para quando querem.

“A geração X foi criada sob a influência da tecnologia. O primeiro computador surgiu no início dos anos 50, mas foi, a partir de 1970, que a Intel criou o microprocessador, dando oportunidades as pessoas de acessar tal tecnologia. Nessa época, surgiram os computadores de mesa, o que permitiu o contato dessa geração com essa tecnologia ainda na adolescência (CONGER, 1998).”

Diferente da geração *Baby Boomers*, a Y não se prende ao emprego e pode trocá-lo facilmente por um cargo maior e mais remunerado, visando ao equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, pois o que ela quer é viver bem. Estão em busca de desenvolvimento profissional, desafios constantes, desejam uma boa imagem no mercado e bom ambiente no trabalho. Eles querem saber qual é a proposta de valor de uma empresa e não somente os salários e benefícios (ENDEAVOR, 2014).

Desse modo, essa geração Y tende a não ter tanta dificuldade de adaptação com as mudanças que as inovações trazem, principalmente por seu amplo conhecimento e habilidade com a tecnologia, conforme citado por Maldonado (2005). Assim, na contabilidade os membros da geração Y não encontrariam muitos obstáculos em se adaptar com as inovações que os processos contábeis vêm sofrendo ao longo da história.

2.2.4 Geração Z

Nascidos após os anos 2000 e antes de 2010, a geração Z recebeu este nome por apresentar o comportamento de mudar incesa-

santemente o canal da televisão ou a música no aparelho de som, ato que remete ao termo 'zapear' (VEEN; VRAKING, 2009 apud INDALÉCIO; RIBEIRO, 2017).

Os profissionais da geração Z começam a ingressar no mercado de trabalho trazendo novos desafios para as organizações. Os jovens Z iniciam a carreira profissional por meio de processos de estágios e *trainees*; são considerados multitarefas e preferem ter acesso imediato aos superiores (FARIA, 2016). Segundo Maurer (2013) apud Faria (2016, p. 19), em relação à profissão, "a Geração Z tem sido caracterizada pelo imediatismo, sendo que a hierarquia vertical não faz mais sentido para essa geração".

Esta geração surgiu juntamente com a expansão das novas tecnologias e acompanhou o mundo digital. Dessa forma, os jovens dessa geração são habilidosos e familiarizados em lidar com os recursos tecnológicos, e, possivelmente, a maioria não conhece um mundo sem equipamentos eletrônicos e a internet (INDALÉCIO; RIBEIRO, 2017).

Segundo Oliveira (2012, p. 20), esta "é uma geração que está mais adaptada à relação entre ser humano e tecnologia, a qual acabou por tornar-se parte essencial da vida dessa nova geração". Pode-se dizer que os jovens nascidos nessa época desenvolvem uma grande adaptação com a tecnologia e o uso cotidiano, porém, esse avanço proporcionou uma característica na geração: a dependência tecnológica (OLIVEIRA, 2012). Segundo Monteiro, Ribeiro e Sônia (2016, p. 6), "aos empresários, fica a opção de encarar essa mudança e atualizar seu negócio, criando novas formas liderança e motivação, ou lutar contra a maré e manter-se conservador frente às mudanças ocorridas nos últimos anos".

Analisando do ponto de vista da contabilidade, espera-se que as pessoas dessa geração não apresentem dificuldades com aprendizagens rápidas por terem afinidade com a tecnologia, sendo altamente adeptas a ela.

2.2.5 Geração Alfa

Nascidos após o ano 2010, a geração *Alfa*, ainda pouco estudada, é a terceira geração de Nativos Digitais. Apesar da tenra idade, seu futuro está começando a tomar forma, segundo McCrindle (2013) apud Indalécio e Ribeiro (2017).

Essa geração será ainda mais instável nos empregos, tendo uma média de seis carreiras em sua vida. Elas vão começar o ensino médio quando ocorre um aumento do envelhecimento da população, em que os custos com saúde, pensões e serviços a idosos criaram uma era de *déficits* estruturais (MCCRINDLE; WOLFINGER, 2009).

Essa geração tem muitíssima facilidade de aprendizagem, pois já está nascendo em uma era totalmente digital, onde eles podem levar horas ou minutos para aprender ou se atualizar em um processo dentro das empresas. Conforme mencionado por Duarte (2011) apud Monteiro, Ribeiro e Sônia (2016), essa geração não apresenta características bem definidas, e as barreiras do idioma serão superadas com maior conhecimento do inglês, gerando facilidade para acesso a outros países. São conhecidos como os "Avatares", substituindo professores, em um mundo cada dia mais conectado.

No âmbito da contabilidade, esta geração tende a não apresentar dificuldades com as mudanças e, por serem "Nativos Digitais", demonstram mais agilidade com o que se refere às tecnologias, porém, podem apresentar um perfil de instabilidade nas empresas.





3. Metodologia

Em relação aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois consiste na coleta de dados por meio de questionário com perguntas específicas. Conforme Gil (2002, p.42), as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Já os procedimentos para a coleta de dados caracterizam-se como levantamento. Gil (2002, p.50) afirma que eles “caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

A abordagem do problema utilizada é quantitativa, dada a utilização de questionário para a coleta de dados, bem como o seu tratamento o uso da estatística.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário elaborado pelos autores, onde os respondentes foram questionados sobre as dificuldades encontradas para adaptação frente às mudanças. O questionário foi alocado na plataforma *Google Forms* e enviado por *e-mail* e redes sociais. O público alvo da pesquisa foram os profissionais da contabilidade atuantes ou que já atuaram em escritórios de contabilidade no Estado do Paraná, sendo a amostra obtida por acessibilidade.

O questionário é composto de dois blocos, sendo que o primeiro buscava identificar o perfil do respondente com questões sobre a cidade, gênero, área de formação e o período em que nasceu, para a classificação das gerações. Salienta-se que, em função dos anos considerados para a geração *Alfa*, entende-se que ainda não estão inseridos no mercado de trabalho, por isso não foram incluídos na pesquisa.

No segundo bloco os respondentes deveriam expressar suas percepções sobre as mudanças ocorridas na contabilidade, a partir de questões que tinham o objetivo de levantar como ocorre a adaptação dos respondentes diante das mudanças nos processos de contabilidade e como eles reagem frente a essas mudanças.

O questionário foi aplicado a uma amostra de 107 pessoas durante um período de 20 dias entre os meses de maio e junho de 2019, com o objetivo de abordar profissionais que trabalham ou já trabalharam em escritório de contabilidade e moram no Estado do Paraná. Das 107 respostas obtidas, 9 foram excluídas por não pertencerem ao Estado do Paraná e 10 por não serem da área de contabilidade, restando, para a análise de dados, 88 respostas válidas.

Os dados referentes às 88 respostas válidas foram analisados com o auxílio do *Microsoft Excel* e com o uso de estatística descritiva.

4. Análise de dados

4.1 Caracterização dos respondentes

Entre os respondentes, 66% são do sexo feminino e 44%, masculino. Em relação às gerações as quais os respondentes pertencem, optou-se por fazer a separação entre dois grandes grupos: gerações iniciais (*Baby Boomers* e Geração X) e gerações finais (Geração Y e Z). Esta separação foi motivada pela diferenciação que há entre os grupos em que as gerações iniciais (*Baby Boomers* e X) não tinham contato com a tecnologia ou estavam sendo iniciadas nela, enquanto as gerações finais (Y e Z) já nasceram inseridas no ambiente da tecnologia e, portanto, possuem uma relação mais próxima com ela.

A partir dessa separação, identificou-se que 25% dos respondentes pertencem às gerações iniciais e 63%, às gerações finais.

4.2 Análises gerais

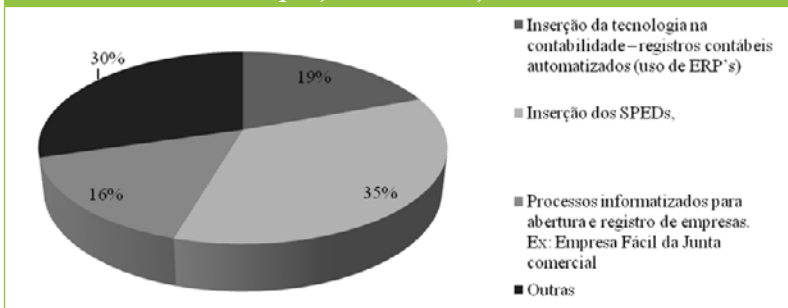
As análises gerais foram realizadas com base nos dados de todos os respondentes, dessa forma, considerando todas as gerações estudadas.

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, 56% dos respondentes demonstraram reagir tranquilamente quando precisam executar várias tarefas ao mesmo tempo, estando acostumados a serem multitarefas.



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Gráfico 2 – Adaptação às mudanças na contabilidade



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Além disso, apenas 4% indicou ter muita dificuldade para trabalhar sobre pressão. Isso indica que, apesar da diferença de gerações entre os respondentes, tem-se o profissional do mercado de trabalho contábil adaptado ao ambiente em que várias tarefas são executadas ao mesmo tempo, em que poucos profissionais encontram dificuldade efetiva na realização de diversas atividades de forma simultânea.

Em relação às mudanças ocorridas nos últimos anos e sua aceitação, a maior parte dos respondentes (35%) indicou que a maior dificuldade encontrada se relaciona à inserção dos SPEDs.

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, 19% responderam ter dificuldade também com a inserção da tecnologia na contabilidade e, além disso, alguns respondentes indicaram de forma específica que o eSocial tem sido uma inserção na contabilidade difícil de lidar. Porém, este fato pode não ter relação com a geração, mas com o fato de as empresas não estarem preparadas ou em função da forma como a ferramenta foi implementada.

Pode-se destacar que o projeto do eSocial sofreu várias alterações e está sendo alvo de boatos sobre sua extinção. Segundo Pupo (2019), o governo está planejando acabar com o eSocial e criar um novo sistema simplificado, já que o eSocial é complexo e acabou complicando a rotina dos empresários. Porém,

para Faxina (2019), a extinção está fora de cogitação, visto que o prejuízo seria muito grande para o Governo federal, que investiu na plataforma, e para as empresas que desenvolveram e compraram *softwares* compatíveis com o sistema.

Em relação aos respondentes terem presenciado alguma dificuldade de adaptação às mudanças, houve o relato sobre dificuldades enfrentadas por pessoas de mais idade para adaptar-se a novos processos informatizados. Além disso, um dos respondentes relatou que viu profissionais perderem oportunidades pelo fato de não estarem adaptados a novos processos e tecnologias.

Em relação às mudanças que ocorrem no ambiente de trabalho,

a maior parte dos respondentes (36,8%) disse que costuma procurar conhecimento com colegas de trabalho; e a segunda opção mais respondida foi buscar conhecimento em sites e blogs. Ainda em relação a esses dados, a geração Y se destaca mostrando-se interessada na busca por conhecimento, seja ele dentro ou fora do trabalho. Este fato coaduna com as características da geração Y, que está sempre em busca de desenvolvimento profissional, desafios constantes e desejam uma boa imagem no mercado e bom ambiente no trabalho.

Quando há uma inserção de um determinado produto ou serviço no ambiente de trabalho, 93% dos respondentes disseram que entendem como melhoria e se adaptam facilmente às mudanças. Em se tratando de quando há um colega com dificuldade, 78% dos respondentes disse ajudá-los de imediato. Durante o período de contato com a contabilidade, 77% responderam ter presenciado alguém com dificuldade em algum processo de adaptação que ocorreu na área. Ainda, segundo os respondentes, 27% tende a aceitar facilmente as mudanças ocorridas na contabilidade e 45% as aceitam com alguma facilidade.

Dessa forma, observa-se que há, entre os respondentes, uma aceitação em relação às mudanças.

4.3 Gerações iniciais

As análises apresentadas a seguir foram realizadas com base nos dados dos respondentes das gerações iniciais, portanto considerando apenas as gerações *Baby Boomers* e *X*.

De acordo com a análise dos dados das gerações iniciais, 56% dos respondentes demonstram tranquilidade ao cumprirem as normas da empresa, indicando serem flexíveis nesse aspecto.



O Gráfico 3 demonstra que 40% dos respondentes afirmam ter dificuldades, mas procuram se adaptar rapidamente. Isso mostra que as gerações iniciais apresentam um perfil conservador, quando os respondentes disseram não ter dificuldades em relação ao cumprimento das normas. Apenas 4% indicaram ter um pouco de dificuldade, mas também procuram se adaptar.

Conforme pode ser observado no Gráfico 4, 68% dos respondentes disseram reagir positivamente quanto à realização de trabalho em curto prazo, procurando executar as atividades e entregá-las dentro do prazo.

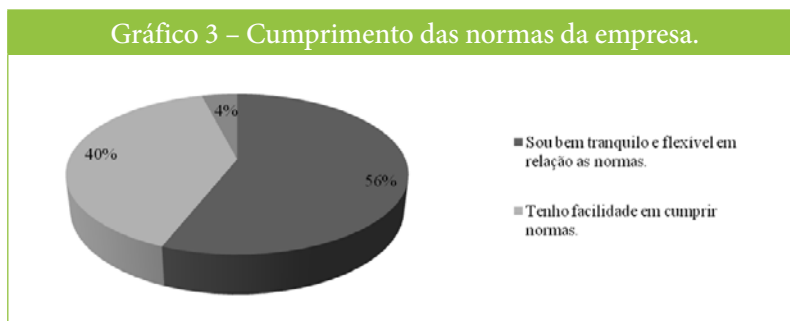
Além disso, 24% responderam que fazem o possível para entregar no prazo e apenas 8% tentam postergar a entrega.

A partir dessas análises, identifica-se, entre as gerações iniciais, um perfil flexível em relação ao cumprimento das regras e, ao mesmo tempo, adaptado às mudanças e ao mercado de trabalho contábil, em que prazos precisam ser cumpridos.

4.4 Gerações finais

As análises apresentadas a seguir foram realizadas com base nos dados dos respondentes das gerações finais, portanto considerando apenas as respostas das gerações Y e Z.

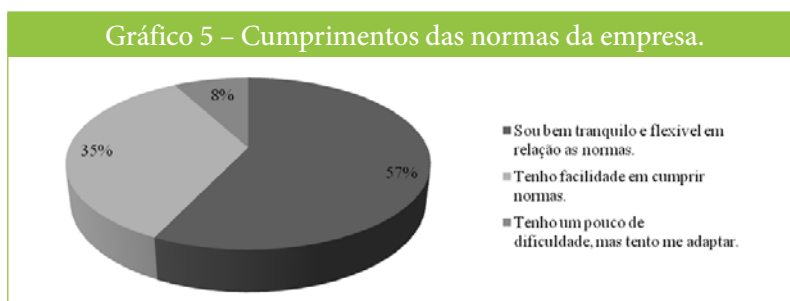
O Gráfico 5 evidencia como os respondentes pertencentes às gerações finais se sentem ao cumprir as normas da empresa. Sob a ótica da geração final, 57% dos respondentes revelaram que são tranquilos e flexíveis quanto às normas da organização, enquanto somente 8% disseram ter um pouco de dificuldade, embora tentem se adaptar. Isso evidencia que a geração final tem um grande percentual de profissionais da contabilidade que aceitam as normas das empresas e são flexíveis a elas; e, além disso, uma pequena parte que sente dificuldade no cumprimento das nor-



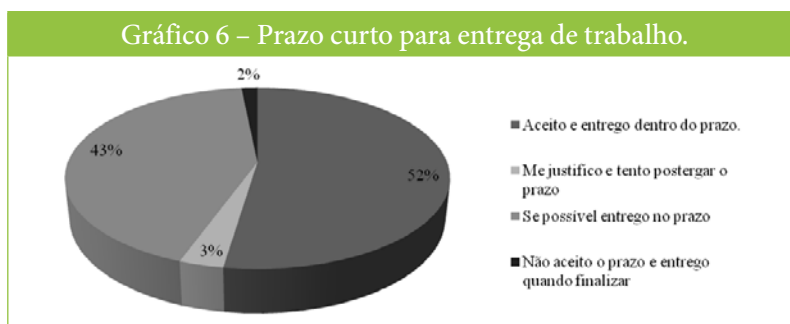
Fonte: elaborado pelos autores (2019).



Fonte: elaborado pelos autores (2019).



Fonte: elaborado pelos autores (2019).



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

mas, mas procuram se adaptar.

Examinando as respostas das gerações finais, observa-se que 52% dos respondentes aceitam os prazos de entrega estipulados, como pode ser visto no Gráfico 6.

Ademais, 43% dos respondentes tentam entregar no prazo que

foi solicitado. Percebe-se, portanto, que as gerações finais, assim como as iniciais, apresentam um perfil flexível em relação ao cumprimento das regras e, ao mesmo tempo, adaptado às mudanças e ao mercado de trabalho contábil, em que prazos precisam ser cumpridos.

5. Considerações finais

O objetivo do estudo foi analisar como ocorre a aceitação às mudanças nos processos de contabilidade nas diferentes gerações. Para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa em que foram obtidas 88 respostas válidas.

A partir da análise dos dados, considera-se que as dificuldades em adaptação existem em todas as gerações, porém cada uma com suas particularidades. As gerações *Baby Boomers* e *X* trazem a maturidade e a experiência, enquanto as gerações *Y* e *Z* trazem a afinidade com a tecnologia e a agilidade com os processos.

Identificou-se que todas as gerações são interativas dentro das empresas e, quando estão com alguma dificuldade, buscam, primeiro, os colegas da área para adquirir novos conhecimentos. Observou-se, também, que as dificuldades com o Sped e o eSocial são citadas por ambas as gerações e que essas dificuldades podem surgir pela forma que as ferramentas foram implementadas, além da falta de preparo das empresas e do governo por meio de treinamentos e software adequados.

Em relação às análises segregadas, identificou-se que as gerações iniciais apresentam resistência em relação à implantação de novas tec-

nologias e processos. No entanto, apesar das dificuldades, buscam se atualizar para ganhar espaço com as novas gerações.

Por outro lado, as gerações finais apresentam facilidade na área tecnológica, mas, em se tratando de certas mudanças na empresa ou na rotina, nem todos conseguem se adaptar com a mesma facilidade.

Percebeu-se que as gerações iniciais e finais cumprem com facilidade as normas da empresa e são flexíveis a elas. Quanto à aceitação das mudanças, identifica-se que não há diferenças significativas entre as gerações analisada, sendo que todas aceitam as mudanças sem muitas dificuldades.

A partir disso, entende-se que, apesar das diferenças entre as gerações, em decorrência das características que cada uma delas possui, não foram identificadas diferenças em relação à aceitação às mudanças nos processos contábeis entre as diferentes gerações. Portanto, tem-se que todas as gerações são importantes dentro do ambiente de trabalho, respeitando o tempo de aprendizado e de desenvolvimento de cada uma, com suas características, propósitos e valores.



Ao avaliar os resultados desta pesquisa, algumas limitações devem ser consideradas. Tais limitações podem indicar lacunas para futuras pesquisas acerca do tema. Assim, sugere-se que futuras pesquisas sejam realizadas com amostras diferentes, incluindo profissionais de todo o país, para considerar o aspecto cultural e regional, por exemplo. Além disso, sugere-se uma análise que englobe aspectos da formação dos respondentes, em que as gerações formadas com diferentes perfis educacionais podem apresentar percepções diferentes em relação aos processos de mudança.

“Percebeu-se que as gerações iniciais e finais cumprem com facilidade as normas da empresa e são flexíveis a elas. Quanto à aceitação das mudanças, identifica-se que não há diferenças significativas entre as gerações analisada, sendo que todas aceitam as mudanças sem muitas dificuldades.”

Referências

ALMEIDA, G. T. de; SILVA, C. A. R. da. Os desafios dos gestores na carreira contábil: A perspectiva das gerações Baby Boomer, X, Y e Z. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 37, n. 4, p. 105-120, 2018.

ANDRADE, J. A. B. de; MUYLDER, C. F. de. A relevância dos temas inovação e qualidade na pesquisa contábil: um estudo bibliométrico em eventos científicos no Brasil. *ABCustos Associação Brasileira de Custos*, v. 5, n. 3, p. 43-59, 2010.

CARRARA, T. M. P.; NUNES, S. C.; SARSUR, A. M. Retenção de talentos de diversas gerações em um mesmo contexto organizacional. *Encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho*, IV, Brasília, DF, 2013.

CHIAVENATO, I. *Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas*. São Paulo: Atlas, 2003.

CONGER, J. *Quem é a geração X*. *Hsm management*, v. 11, n. 1, p. 128-138, 1998.

DECESARO, L.; SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F. de; GIRARDI, G. A influência da geração X e Y na inovação de produto e processo na indústria metalmeccânica do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, v. 5, n. 2, p. 30-58, 2017.

DUARTE, I. F. *Geração X, Geração Y, Geração Z*. IFD, 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ifd.com.br/marketing/geracao-x-geracao-y-geracao-z>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

ENDEAVOR DO BRASIL (ORG.). *Recrutar é um talento*. 2014. Disponível em: <<http://info.endeavor.org.br/recrutar-e-um-talento>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

FARIA, B. P. *Fatores que motivam os jovens da Geração Z nas organizações*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2016.

FAXINA, A. *Auditor da Receita esclarece boataria sobre o fim do eSocial*. FENACON, 13 jun. 2019. Disponível em: <<http://fenacon.org.br/noticias/auditor-da-receita-esclarece-boataria-sobre-o-fim-do-esocial-4643/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

INDALÉCIO, A. B.; RIBEIRO, M. da G. M. Gerações Z e Alfa: os novos desafios para a educação contemporânea. *Revista Unifev Ciência e Tecnologia, Votuporanga*, v. 2, n. 2, p. 137-148, 2016.

MALDONADO, M. T. A geração Y no trabalho: um desafio para os gestores. *CJF/CEJ-BIGJus-Boletim de Informações Gerenciais da Justiça Federal*, ano III, n. 9, 2009.

MCCRINDLE, M.; WOLFINGER, E. *The ABC of XYZ: Understanding the global generations*. Sydney: University of New South Wales Press, 2009.

MONTEIRO, E. R.; RIBEIRO, P. E.; SÔNIA, F. A. P. A. Gestão de conflitos entre gerações: ampliação de um estudo. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). The measurement of scientific and technological activities. Proposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data. *Oslo Manual*. European Commission Eurostat, 2005.

OLIVEIRA, G. M. *Geração Z: uma nova forma de sociedade*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) - UNIJUÍ - Universidade Regional Do Noroeste Do Estado Do Rio Grande Do Sul, Ijuí - RS, 2012.

OLIVEIRA, S. *Geração Y. O Nascimento de uma nova versão de líderes*. São Paulo. Integreare. Editora, 2010.

PADOVEZE, C. L. *Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise*. São Paulo: Atlas, 2000.

PATI, C. *4 gerações trabalhando juntas. Um final feliz é possível?* Exame, 04 fev. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/4-geracoes-trabalhando-juntas-um-final-feliz-e-possivel/>> Acesso em: 17 de mar. 2019

PUPO, F. (2019). *Governo planeja acabar com eSocial e criar novo sistema*. Folha de São Paulo, 11 jun. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/governo-planeja-acabar-com-esocial-e-criar-novo-sistema.shtml>>. Acesso em: 22 de jun. 2019.

RANK, L.; EMEDIATO, G.; OSORIO, H. H. G. (coord.). *Manual de inovação*. Brasília: Movimento Brasil Competitivo, 2008.

ROCHA, V. K. O.; BITTENCOURT, I. M.; DESIDERIO, P. H.; SOBRINHO, C. A. Gerações e Estilo de Aprendizagem: Um Estudo com Alunos de Uma Universidade Pública em Alagoas. *Revista Economia & Gestão*, v. 18, n. 50, p. 80-96, 2018.

TOMAZ, R. A geração dos Millennials e as novas possibilidades de subjetivação. *Revista Comunicare*, v. 13, n. 2013, p. 99-110, 2013.

ZEMKE, R. O. Respeito às gerações. *Modernas práticas na gestão de pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 51-55, 2008.



Disclosure voluntário de informações ambientais pelas empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial

A evidenciação de informações de cunho ambiental tem sido um procedimento utilizado pelas empresas para transparecer sua atuação responsável perante o ambiente em que estão inseridas. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar se as empresas de energia elétrica listadas na ISE fazem *disclosure* voluntário de informações ambientais. Para tanto, foi realizada uma análise documental, descritiva e qualitativa nos Relatórios de Sustentabilidade disponibilizados pelas empresas no período de 2016 a 2018. Constatou-se que as empresas fazem o *disclosure* e que as categorias de informações mais evidenciadas foram “políticas ambientais”, “outras informações ambientais” e “educação, pesquisa e treinamento”. Já as categorias “Informações Financeiras Ambientais”, “Mercado de Crédito de Carbono” e “Políticas de Energia” foram as menos evidenciadas. Conclui-se que há uma tendência crescente de evidenciação, e que as empresas disponibilizaram percentuais significativos de informações.

Jerferson Freitas da Silva

Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN).
E-mail: jerfersonfreitas111@gmail.com

Francisco Felipe da Silva

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É servidor integrante do quadro permanente de servidores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ). Atua ainda como contador e perito contábil.
E-mail: ffelipes@outlook.com

1. Introdução

As atividades operacionais das empresas causam impacto no meio ambiente e isso tem sido cada vez mais percebido pela sociedade, que vem exigindo um posicionamento das empresas quanto a esse fato, o que impulsionou investimentos em programas e ações sustentáveis pelas empresas. Como resposta à sociedade, as empresas vêm fazendo cada vez mais a evidenciação dessas ações em relatórios de sustentabilidade e relatórios contábeis (CORREA et al. 2017).

Dessa forma, o *disclosure* ambiental é uma das formas que as empresas dispõem de transparecer suas ações e, conseqüentemente, reduzir a assimetria informacional entre a empresa e suas partes interessadas. Para Rahaman, Lawrence e Roper (2004), essa é uma maneira da qual a empresa utiliza para atender às exigências da sociedade, em busca de aceitação e legitimidade.

No Brasil, a disponibilização de informações ambientais por parte das organizações ainda não é obrigatória. No entanto, já existem algumas recomendações acerca da sua divulgação, como o Parecer de Orientação n.º 11, de 1887, da Comissão de Valores Mobiliários, a Norma e Procedimento de Auditoria n.º 11, do Instituto de Auditores Independentes, e a Norma Brasileira de Contabilidade n.º 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental (ROVER et al., 2012).

No entanto, embora as informações ambientais sejam objeto de divulgação voluntária, a partir da teoria da Legitimidade, pressupõe-se que a sua divulgação é uma técnica utilizada para que o comportamento da empresa seja visto como legítimo, e também para auxiliar nas decisões das partes interessadas (HUANG; KUNG, 2010). Segundo Correa, Marcus e Torres (2016), as empresas buscam legitimação para

suas atividades ambientais por meio do *disclosure* voluntário. A teoria da Agência e a teoria da Divulgação também justificam a divulgação dessas informações.

Neste contexto, o presente estudo propôs a seguinte questão de pesquisa: **As empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 realizam *disclosure* voluntário de informações ambientais?** Dessa forma, teve como objetivo geral analisar se as empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 evidenciam informações ambientais em seus relatórios de sustentabilidade referentes ao período de 2016 a 2018.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) trata-se de um índice vinculado à Bolsa de Valores do Brasil (B3), cujo objetivo é criar um ambiente íntegro, compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade. Assim são selecionadas para compor a carteira do ISE as empresas que demonstrem um melhor desempenho em diversas dimensões, entre elas, a ambiental (BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2005). Dessa maneira, pressupõe-se que as empresas que compõem a carteira do ISE estariam mais propensas à divulgação voluntária de informações ambientais.

O estudo se justifica por ser um tema atual e emergente, além de contribuir para toda a sociedade que anseia pela responsabilidade ambiental das organizações, bem como para os investidores de capital, que poderão fazer uma análise mais robusta, considerando também o tema aqui estudado, antes de fazer suas aplicações de recursos.



2. Referencial teórico

2.1 *Disclosure* de informações ambientais

O *disclosure* ou evidenciação é o resultado da divulgação de informações pelas empresas (MARQUEZAN et al., 2015). De acordo com Silva et al. (2013), compreende uma técnica utilizada pelas empresas para atender à demanda de informações pelos *stakeholders*, tais como fornecedores, clientes, comunidade, investidores, entre outros.

Por serem exigidas legalmente, nota-se que as empresas comumente divulgam informações econômicas e financeiras. No entanto, as mudanças mercadológicas têm exigido mais das organizações, que passaram a ser pressionadas pela evidenciação de informações que permitam a avaliação da relação entre a organização e o meio em que ela está inserida (ROSA et al. 2011). Entrou em pauta, então, a evidenciação de informações ambientais (MACHADO; OTT, 2015).

A evidenciação dessas informações ainda não é obrigatória no Brasil, havendo apenas algumas recomendações da Comissão de Valores Mobiliários, do Instituto de Auditores Independentes, e do Conselho Federal de Contabilidade. Dessa maneira, a evidenciação é meramente discricionária, ou seja, depende da vontade dos gestores ou dos proprietários das organizações. Por esse motivo, são disponibilizadas em diversos meios, como nas Demonstrações Financeiras Padronizadas, Balanço Social, relatório de Sustentabilidade e relatórios anuais (SILVA et al., 2013, ARAÚJO et al., 2018).

Segundo Machado e Ott (2015), a evidenciação de informações ambientais tem sido uma iniciativa das organizações aliada tanto no aspecto da transparência da gestão econômico e financeira como na gestão socioambiental, como meio de garantir a sua sustentabilidade perante o mercado competitivo em que atuam.

Do ponto de vista de Nossa (2002), a evidenciação ambiental decorre da necessidade de mostrar para os *stakeholders* que seus desempenhos e práticas ambientais não são danosos ao meio ambiente nem prejudicam a lucratividade da empresa. Assim, é uma forma de conseguir manter um bom desempenho

e lucratividade. Para Rafaelli (2014), Rosa e Ensslin (2010), a evidenciação dessas informações é realizada quando os gestores veem a possibilidade de influência na imagem da empresa, ou seja, quando é capaz de gerar retornos positivos para a organização, contribuindo para a captação de investidores e clientes, pois quanto mais transparente e melhor for a imagem da empresa perante a sociedade, mais atrativa ela será.

Nesse sentido, algumas teorias explicam o *disclosure* de informações, como a teoria da Agência, que relata a relação entre dois atores sociais, um denominado agente (administrador), e outro denominado principal (acionista). Nessa relação, o agente atua em nome do principal, porém, por possuírem interesses e expectativas diferentes, acaba gerando conflitos de interesses. Nesse sentido, a evidenciação de informações contribuiria para uma melhor interação entre os atores ao eliminar ou reduzir a assimetria informacional (JENSEN; MECKLING, 1976).

A teoria da Divulgação foca na busca dos motivos que impulsionam a divulgação de informações. Verrecchia (2001) descreve em seu estudo a divulgação sob a ótica de três categorias: divulgação baseada em associação, que analisa os efeitos da

divulgação no mercado acionário; divulgação baseada em julgamento, que analisa o que influencia o gestor a divulgar informações; e divulgação baseada em eficiência, que analisa quais informações são preferidas pelos agentes do mercado.

Na perspectiva da teoria da Legitimidade, a organização está inserida em um sistema social, e, portanto, deve agir de acordo com as expectativas da sociedade (BROWN; DEEGAN, 1998). A ideia central dessa teoria consiste em um contrato social formulado entre a organização e a sociedade, estruturado de acordo com as crenças e valores vigentes. Assim, as empresas buscam estabelecer suas metas e objetivos em consonância com os anseios da sociedade, como uma forma de se manterem legítimas, ao alinharem suas práticas às normas e aos padrões defendidos no ambiente em que estão estabelecidas (PLETSHC et al. 2015; HUANK; KUNG, 2010). Dessa forma, a empresa deveria operar de maneira que a sociedade perceba que as suas exigências estão sendo atendidas, pois as falhas ao operacionalizar suas atividades consistentes com as expectativas da sociedade podem prejudicar a imagem da empresa, deixando-a de ser vista como uma entidade legítima (DEEGAN; RANKIN; 1996).

“Por serem exigidas legalmente, nota-se que as empresas comumente divulgam informações econômicas e financeiras. No entanto, as mudanças mercadológicas têm exigido mais das organizações, que passaram a ser pressionadas pela evidenciação de informações que permitam a avaliação da relação entre a organização e o meio em que ela está inserida.”

3. Estudos empíricos anteriores

Considerando a importância do tema, é visível o crescente desenvolvimento de estudos acerca da evidência ambiental pelas empresas, conforme o Quadro 1.

De acordo com o quadro acima, percebe-se que vários estudos buscaram analisar o *disclosure* ambiental em diversas organizações. No entanto, o presente estudo diferencia-se dos demais por analisar as empresas de energia elétrica que permaneceram no Índice de Sustentabilidade Empresarial de 2016 a 2018.

4. Metodologia

Ao ter como objetivo analisar se as empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 evidenciam informações ambientais em seus relatórios de sustentabilidade referentes ao período de 2016 a 2018, este estudo classifica-se como descritivo quanto aos objetivos; documental em relação aos procedimentos; e qualitativo quanto à abordagem.

Quanto à amostra desta pesquisa, optou-se por analisar as empresas de energia elétrica por possuírem uma maior representatividade, em termos de quantida-

de, no índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, além de serem empresas cujas atividades estão intimamente ligadas ao meio ambiente. Para tanto, selecionaram-se aquelas que permaneceram no índice nos três anos, com vistas a viabilizar a comparação da evidência, resultando em um número de 7 empresas: Light, AES Tiete, CPFL Energia, EDP Energias BR, Engie, Eletropaulo e a Cemig. Contudo, ressalta-se que não houve a disponibilização do Relatório de Sustentabilidade da Eletropaulo no ano de 2018, inviabilizando a análise da evidência por esta empresa para este ano.

Quadro 1 – Estudos relacionados à evidência de informações ambientais

Autores	Amostra	Principais resultados
Rover et al. (2008).	58 empresas listadas na Bovespa e pertencentes aos setores de alto impacto ambiental no ano de 2006.	Há predominância da evidência sobre políticas ambientais. A segunda categoria de informação mais evidenciada foi a de informações financeiras ambientais. O setor que evidenciou o maior número de categorias ambientais foi o de Siderurgia e Minerais Metálicos, no entanto o setor com maior média de evidência foi o de Exploração, Refino e/ou Distribuição de Combustíveis. Das 58 empresas, 17 não evidenciaram informações ambientais.
Borges, Rosa e Ensslin (2010).	20 maiores empresas brasileiras de Papel e celulose no ano de 2006, segundo a edição anual do “Valor 1000”, publicada pelo Jornal Valor econômico em 2007.	Os itens que mais foram apresentados pelas empresas foram referentes à educação ambiental junto à comunidade e aos colaboradores, reserva natural, monitoramento para evitar os impactos ambientais, e sobre redução de emissões atmosféricas.
Fernandes (2012).	154 empresas brasileiras de capital aberto no período de 2006 a 2012, classificadas como de baixo, médio e alto impacto ambiental.	Mais da metade das informações encontradas se concentram em relatórios ambientais, com predominância de informações qualitativas. O <i>disclosure</i> ambiental concentrou-se na redução da poluição, sistema de gerenciamento ambiental, desenvolvimento sustentável, investimentos, financiamento e riscos. A maioria das informações é positiva.
Gubiani, Santos e Beuren (2012).	11 empresas de energia elétrica listadas na Bovespa no período de 2006 a 2008.	O índice de <i>disclosure</i> teve um aumento gradualmente no decorrer dos anos, porém apresenta-se insatisfatório, pois apenas uma das empresas apresentou um índice médio acima de 50%. As informações mais evidenciadas foram: conservação da biodiversidade, educação ambiental, investimentos ambientais, gestão ambiental e sustentabilidade ambiental.
Correa, Gonçalves e Moraes (2015).	6 empresas do seguimento de Exploração e/ou Refino do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Bovespa no período de 2011 a 2015.	As políticas ambientais e as informações financeiras ambientais foram as categorias mais evidenciadas pelas empresas. Das informações evidenciadas, predomina aquelas de caráter positivo, como vistas ao não comprometimento da imagem e reputação da empresa.
Pereira et al. (2017).	32 empresas que permaneceram no Índice de Sustentabilidade Empresarial de 2013 a 2015.	As categorias de informações mais evidenciadas foram as políticas ambientais, sistema de gerenciamento ambiental e educação, pesquisa, treinamento ambiental. Em oposição, a categoria de informações financeiras ambientais foi a menos evidenciada, porém apresentou evolução no decorrer dos anos.
Silva et al. (2018).	43 corporações listadas na Bovespa e classificadas como de alto impacto ambiental pela Lei n.º 10.165/2000.	As empresas segmentadas como de Papel e Celulose formam as que mais evidenciaram as informações ambientais. Em segundo lugar teve-se o segmento de Extração e Tratamento de Minerais. A categoria de outras informações ambientais foi a mais evidenciada, seguida de sistema de gerenciamento ambiental. Por outro lado, informações financeiras ambientais foram a categoria com menor evidência.
Forechiet al. (2020).	4 empresas do ramo de Papel e Celulose Listadas na Bovespa nos anos de 2015 e 2016.	As informações acerca de educação treinamento e pesquisa ambiental foram 100% evidenciadas em ambos os anos estudados. Sendo que no ano de 2016, além dessa categoria, as políticas ambientais e outras informações ambientais também atingiram esse nível de divulgação. A maioria das informações é evidenciada de maneira qualitativa.

Fonte: dados da Pesquisa.

A coleta ocorreu durante os meses de janeiro e fevereiro de 2019, por meio de um *checklist* (Quadro 2) adaptado de Rover et al. (2008), composto de oito cate-

gorias de informações, desdobradas em trinta e seis subcategorias. No entanto, por se tratarem de empresas de energia elétrica, optou-se pela exclusão de duas

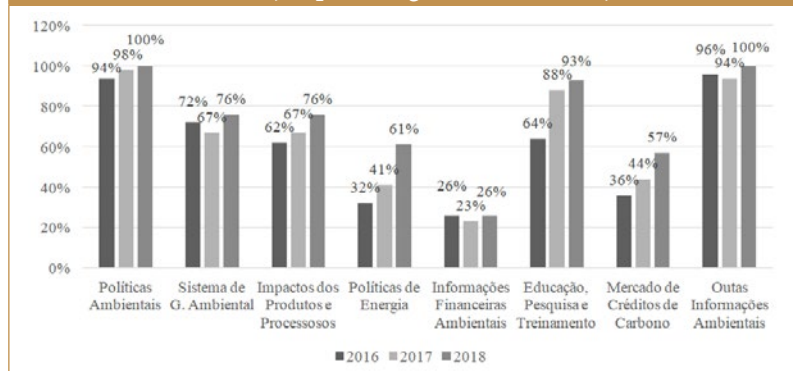
subcategorias: a de “Processo de acondicionamento” e a de “Desenvolvimento de produtos ecológicos”, resultando em 34 subcategorias de informações. Para tanto, procedeu-se a uma análise de conteúdo, na íntegra, dos relatórios de sustentabilidade disponibilizados nos *websites* das empresas de 2016 a 2018, explorando o significado dos itens de evidenciação.

Durante a coleta, os dados foram tabulados em planilha do *Microsoft Word Excel*. Para cada item do *checklist*, foi atribuído um ponto, quando evidenciado, e zero ponto quando do contrário. Para se chegar ao percentual de divulgação em cada categoria, foi realizada a divisão dos pontos checados pelo máximo de pontos possível para a categoria. Da mesma forma, quando da análise geral, dividiu-se o total de pontos evidenciados pelos 34 pontos possíveis.

Quadro 2 – Checklist de informações ambientais	
Categoria	Subcategoria
Políticas Ambientais	1. Declaração das políticas/práticas ambientais atuais e futuras
	2. Esclarecimentos de metas e objetivos ambientais
	3. Declaração de obediência às leis, licenças e órgãos ambientais
	4. Parcerias ambientais
	5. Prêmios e participações em índices ambientais
Sistemas de Gerenciamento Ambiental	6. ISOs 9.000 e/ou 14.000
	7. Auditoria Ambiental
	8. Gestão Ambiental
Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	9. Desperdícios/resíduos
	10. Reciclagem
	11. Impacto na área de terra utilizada
	12. Uso eficiente/reutilização de água
	13. Vazamento/derramamentos
Políticas de Energia	14. Reparos aos danos ambientais
	15. Conservação e/ou utilização mais eficiente de energia nas operações
	16. utilização de materiais desperdiçados na produção de energia
	17. Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia
Informações Financeiras Ambientais	18. Desenvolvimento de novas fontes de energia
	19. Investimentos ambientais
	20. Custos/despesas ambientais
	21. Passivos/provisões Ambientais
	22. Práticas contábeis de itens ambientais
	23. Seguro ambiental
Educação, Pesquisa e Treinamento	24. Ativos ambientais tangíveis e intangíveis
	25. Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)
Mercado de Crédito de Carbono	26. Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
	27. Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL)
	28. Créditos de Carbono
	29. Emissão de gases do efeito estufa (GEE)
Outras Informações Ambientais	30. Certificações de emissões reduzidas (CER)
	31. Qualquer menção sobre sustentabilidade
	32. Gerenciamento de florestas/reflorestamentos
	33. Conservação da biodiversidade
	34. Stakeholders

Fonte: adaptado de Rover et al. (2008).

Gráfico 1 – Evidenciação por categoria de informações ambientais.



Fonte: dados da Pesquisa (2020).

5. Resultados e discussões

5.1 Evidenciação por categorias de informações

O Gráfico 1 mostra a evidenciação por categoria de informações ambientais. Percebe-se que a categoria que apresenta maior evidenciação trata das “políticas ambientais”, mostrando uma propensão ao aumento de evidenciação, uma vez que demonstrou percentuais crescentes no decorrer dos anos analisados, com uma média percentual de 97,33%. Em seguida, também com percentuais crescentes de evidenciação, têm-se “outras informações ambientais”, “educação, pesquisa e treinamento”, “sistema de gerenciamento ambiental” e “impactos dos produtos e processos no meio ambiente”, com percentuais médios de 96,66%, 81,66%, 71,66% e 68,33, respectivamente.

Por outro lado, as categorias de “informações financeiras ambientais”, “mercado de créditos de carbono” e “políticas de energia” foram as que apresentaram menor evidência de informações ambientais. Vale enaltecer a categoria de políticas de energia, pois se notou um grande avanço na evidência dessa categoria, apresentando 61% de evidência em 2018, uma diferença positiva de 29 pontos percentuais em relação ao ano de 2016.

Esses resultados convergem com os achados de Rover et al. (2008) e Correa, Gonçalves e Moraes (2015) quanto à categoria com maior evidência, a de políticas ambientais, no entanto, diverge quanto à categoria menos evidenciada, uma vez que, no presente estudo, a categoria com menor evidência foi a de informações financeiras ambientais, sendo esta a segunda categoria mais evidenciada pelos autores citados. Contudo, isso pode ser explicado pelos instrumentos de pesquisa utilizados por eles, pois suas análises se deram a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), enquanto o presente estudo analisou apenas os relatórios de sustentabilidade. Assim, pressupõe-se que existe uma maior evidência de informações financeiras ambientais naquelas demonstrações.

Forechiet al. (2020), ao estudar as empresas de papel e celulose, bem como Pereira et al. (2017), ao analisar as empresas listadas no ISE de 2013 a 2015, também encontraram percentuais elevados de evidência das categorias “educação, pesquisa e treinamento” e “outras informações ambientais”, sugerindo ser uma preocupação das empresas a disseminação de conteúdos ambientais para a comunidade e colaboradores, bem como o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao meio ambiente.

Quanto à categoria de mercado de crédito de carbono, poucas foram as empresas que mencionaram informações, o que, conforme Gubiani, Santos e Beuren (2012), pode ocorrer por elas não possuírem projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

5.2 Evidência por subcategorias de informações

Começando a análise pelas subcategorias que compõem categoria de políticas ambientais (Gráfico 2), notou-se um elevado percentual de divulgação das subcategorias em todos os anos analisados, sendo que apenas duas empresas não esclareceram seus objetivos e metas ambientais no ano de 2016, e uma no ano de 2017. No entanto, em 2018, todas as empresas (Cemig, CPFL energia, Light, AES Tiete, EDP Energias e Engie) declararam informações acerca da referida subcategoria. Quanto às parcerias ambientais, apenas uma não fez menção a essa subcategoria em seus relatórios de sustentabilidade no ano de 2016. Já em 2017 e 2018, todas as empresas informaram sobre essa subcategoria.

Ressalta-se que todas as empresas apresentaram prêmios e parti-

cipações em índices ambientais ao pertencerem à carteira do ISE em todos os anos, além de algumas apresentarem outras premiações, como a AES Tiete, que ganhou o “Selo Ouro GHG Protocol”, pelo programa brasileiro *Greenhouse-gasprotocol*; a CPFL energia, que foi vencedora do “Prêmio Abradee 2018 – Categoria Socioambiental”; a EDP Energia BR, que venceu a 14ª edição do “Prêmio da Federação das Indústrias do estado do Ceará (FIEC) por desempenho ambiental - 2018”; a Engie, que ganhou o “Prêmio Brasil Ambiental – 2016 e 2017”, e também o “Prêmio Fritz Muller, com o projeto Matriz e Biodiversidade -2018; a Eletropaulo, com o “Prêmio Mérito Ambiental” em sua 23ª edição.



Gráfico 2 – Políticas Ambientais

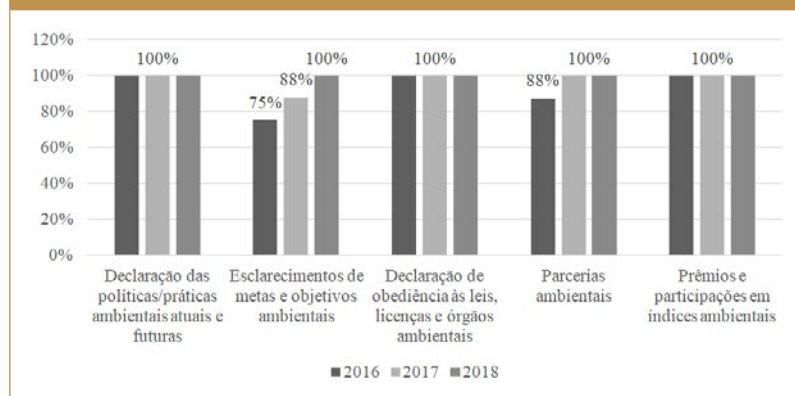
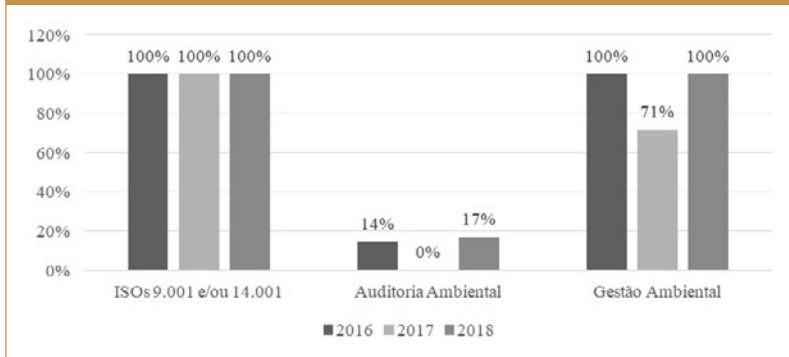
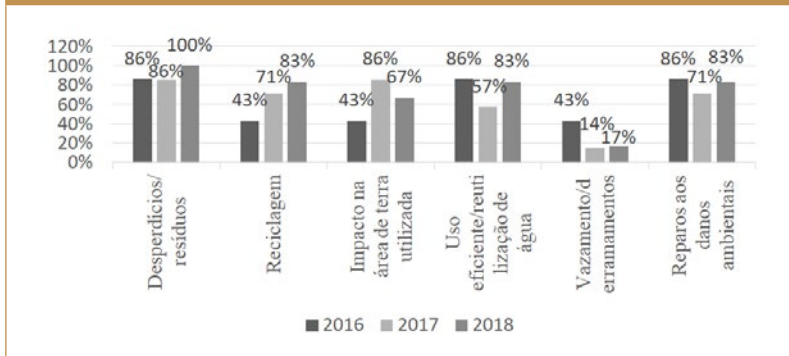


Gráfico 3 – Sistema de Gerenciamento Ambiental



Fonte: dados da Pesquisa (2020).

Gráfico 4 – Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente



Fonte: dados da Pesquisa (2020).

No Gráfico 3, demonstram-se as evidências acerca dos sistemas de gerenciamentos ambientais.

Observa-se no Gráfico 3 que todas as empresas informaram possuir certificações ISOs 9.001 ou 14.001. Também houve percentuais significativos acerca da gestão ambiental das empresas, pois apesar de um declínio no ano de 2017, teve-se um percentual médio de 90,33% de evidênciação. Por outro lado, percebe-se um baixo percentual de evidênciação da auditoria das informações ambientais, sendo que somente uma empresa informou sobre a auditoria de tais informações no ano de 2016 e 2017. Dessa forma, há indicativos de que as informações de natureza

ambiental não passam por auditorias, atribuindo menor credibilidade de tais informações aos seus usuários. Esse resultado vai ao encontro dos estudos de Rover et al. (2008), Gubiani, Santos e Beuren (2012) e Pereira et al. (2017).



O Gráfico 4 apresenta a evidênciação sobre o impacto dos produtos e processos no meio ambiente. A subcategoria que apresentou maior evidênciação foi a de desperdícios/resíduos, pois nos três anos analisados, apenas uma empresa foi omissa a essa subcategoria no ano de 2016 e 2017. A segunda subcategoria mais evidenciada foi sobre reparos aos danos ambientais, tendo apresentado um declínio no ano de 2017, seguida de um aumento de 12 pontos percentuais de evidênciação no ano de 2018. Dessa forma, percebe-se que, embora as empresas estudadas afetem o meio ambiente, a maioria delas reconhecem e mencionam informações acerca dos reparos efetuados, como forma de amenizar os impactos causados no meio ambiente.

Por outro lado, percebem-se (Gráfico 4) percentuais significativos de evidênciação sobre o uso da água, impacto na terra utilizada e reciclagem, pois, em quase todos os anos analisados, obtiveram-se percentuais acima de 50%, com exceção da subcategoria sobre o uso eficiente da água, que apenas 38% das empresas a evidenciaram no ano de 2017; e da subcategoria reciclagem, que apenas 47% das empresas a evidenciaram no ano de 2016.

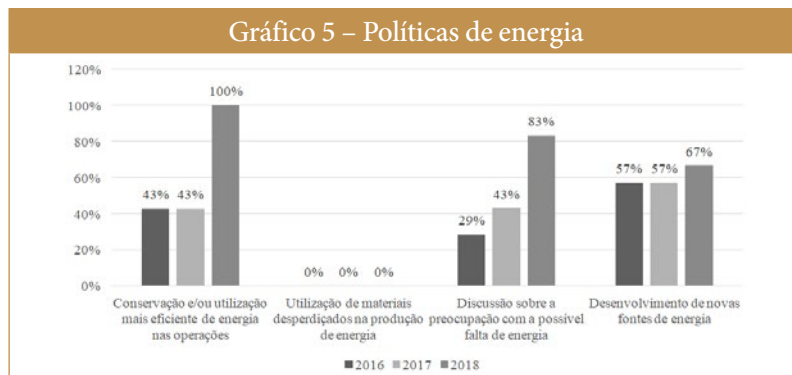
Quanto às informações acerca da subcategoria de vazamentos e derramamentos, foram poucas as empresas que a evidenciou. Somente três empresas fizeram menções a essas informações no ano de 2016, e uma em 2017 e 2018. De acordo com Rover et al. (2008) e Gubiani, Santos e Beuren (2012), essas informações são do tipo negativa para as empresas. Esse pode ser o motivo do baixo nível de evidênciação, como forma de manter uma imagem sólida da empresa.

No Gráfico 5, demonstra-se a evidenciação ambiental sobre as políticas de energia adotadas pelas empresas.

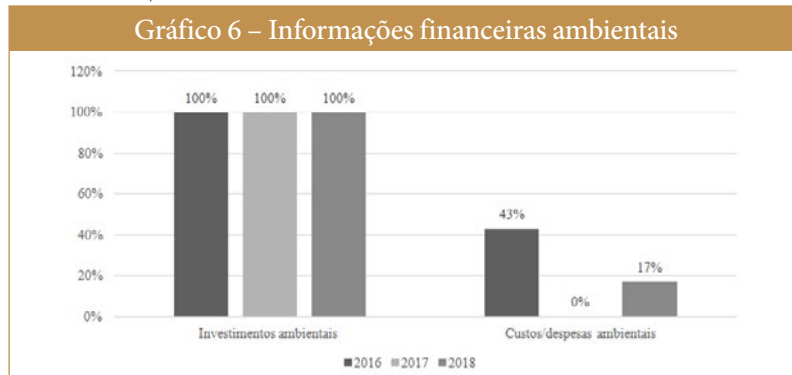
Observa-se no Gráfico 5 que há uma tendência crescente da evidenciação das informações, exceto a subcategoria acerca a utilização dos materiais desperdiçados na produção de energia, uma vez que nenhuma empresa fez menção a essa informação. A subcategoria com maior evidenciação diz respeito à conservação e/ou à utilização mais eficiente de energia nas operações, sendo que, no ano de 2016 e 2017, 43% das empresas mencionaram essa informação e, em 2018, todas elas mencionaram. Vale destacar a subcategoria sobre a preocupação das empresas com a falta de energia, pois, em 2016, apenas 29%, que representam duas empresas, mencionaram essa informação em seu relatório. Já em 2017 e 2018, 43% e 83% das empresas mencionaram, respectivamente, essa informação, demonstrando um avanço significativo em relação aos anos anteriores. Esses achados afirmam uma maior disponibilização dessas informações por parte das empresas do setor elétrico brasileiro, pois Gubiani, Santos e Beuren (2012) constataram poucas informações sobre as políticas de energia no período de 2006 a 2008. Porém, o cenário não mudou quanto à utilização de materiais desperdiçados na produção de energia elétrica, uma vez que nenhuma das empresas evidenciou a utilização dessa técnica.

O Gráfico 6 apresenta a evidenciação das informações financeiras ambientais de 2016 a 2018.

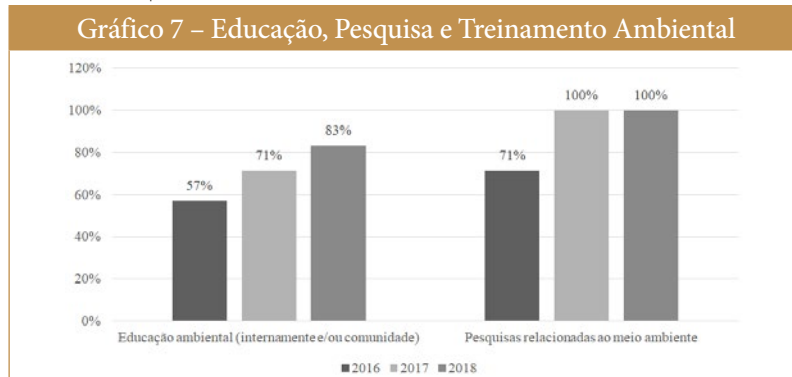
Nota-se no Gráfico 6 que todas as empresas realizaram a evidenciação referente aos investimentos ambientais. Em seguida, têm-se custos e despesas ambientais como o segundo item que foi evidenciado pelas empresas. No período analisado, não houve evidenciação de práticas contábeis de itens ambientais,



Fonte: dados da Pesquisa (2020).



Fonte: dados da Pesquisa (2020).



Fonte: dados da Pesquisa (2020).

de seguros ambientais, passivos e de provisões ambientais e ativos ambientais. Gubiani, Santos e Beuren (2012) também verificaram baixa evidenciação nessa subcategoria, encontrando informações apenas sobre investimentos ambientais, passivos e provisões ambientais e custos e despesas ambientais.

O Gráfico 7 apresenta a evidenciação das subcategorias que compõem a categoria Educação, Pesquisa e Treinamento Ambiental.

Observam-se no Gráfico 7 percentuais crescentes de evidenciação, prin-

cipalmente quanto à educação para colaboradores internos e para a comunidade, atingindo um percentual de 83% em 2018. Já o desenvolvimento de pesquisas relacionadas com o meio ambiente parece ser uma prática constante da maioria das empresas estudadas, uma vez que 71% delas informaram sobre essa subcategoria nos anos de 2016, e 100% em 2017 e 2018. Gubiani, Santos e Beuren (2012) e Pereira et al. (2017) também encontraram níveis de evidenciação satisfatórios para essas subcategorias, corroborando o presente estudo.

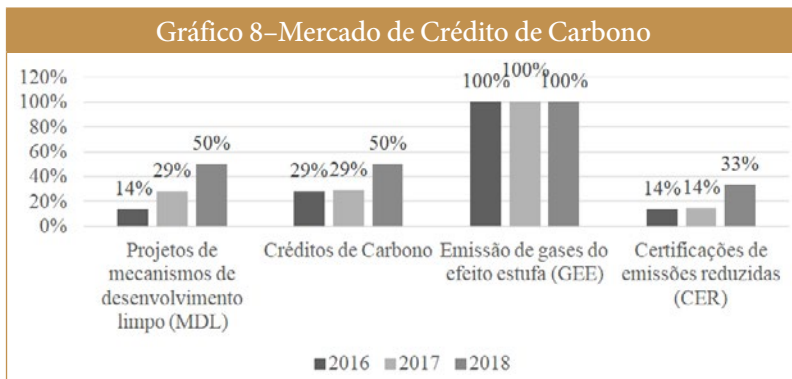
O Gráfico 8 apresenta a evidência de informações sobre mercado de crédito de carbono. Observa-se baixa evidência, exceto da subcategoria de emissão de gases de efeito estufa (GEE), pois todas as empresas informaram sobre suas emissões nos três anos analisados. Gubiani, Santos e Beuren (2012) relatam que um dos motivos da não evidência dessas subcategorias pode ser o fato de não possuírem projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvol-

vimento Limpo (MDL) para geração de créditos de carbono.

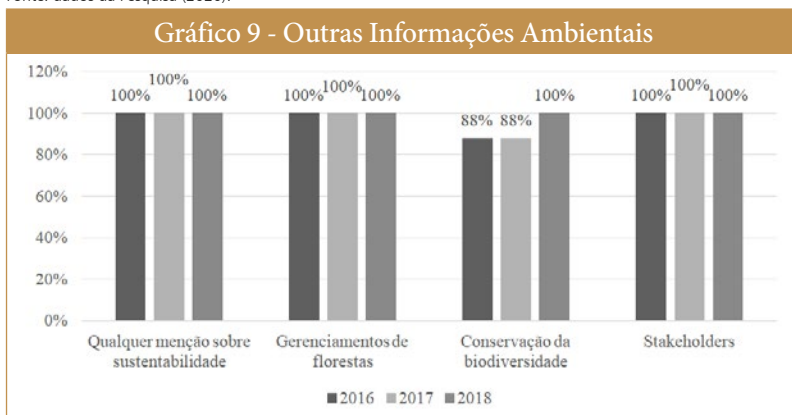
O Gráfico 9 apresenta a evidência das subcategorias que compõem a categoria Outras Informações Ambientais.

Observou-se no Gráfico 9 alto nível de evidência em todas as subcategorias, sendo que todas as empresas evidenciaram informações acerca da sustentabilidade organizacional, suas relações com os *stakeholders* e gerenciamento de

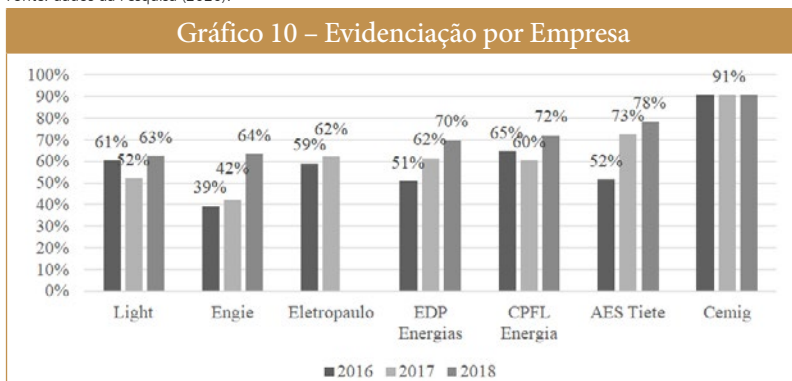
florestas/reflorestamento nos três anos analisados. Já quanto à subcategoria conservação da biodiversidade, 88% das empresas a evidenciou em 2016 e 2017; e 100% das empresas a evidenciou em 2018. Gubiani, Santos e Beuren (2012) constataram um nível satisfatório da evidência de informações sobre sustentabilidade e conservação da biodiversidade pelas companhias de energia elétrica de 2006 a 2008, porém baixa evidência sobre gerenciamento de florestas e *stakeholders*. Dessa forma, percebe-se que algumas das empresas estudadas pelos autores citados passaram a evidenciar mais essas informações. Pereira et al. (2017) também encontraram níveis satisfatórios de evidência para essas subcategorias.



Fonte: dados da Pesquisa (2020).



Fonte: dados da Pesquisa (2020).



Fonte: dados da Pesquisa (2020).

5.3 Evidência Ambiental por Empresa

O Gráfico 10 apresenta uma análise da evidência de informações ambientais pelas empresas de 2016 a 2018.

Observa-se no Gráfico 10 que há uma tendência crescente da evidência das informações ambientais pelas empresas, com exceção da Light e a CPFL Energia, que apresentaram um declínio no ano de 2016, dando indícios de que não há uma padronização das informações disponibilizadas por elas, pois as informações que são evidenciadas em um ano não são evidenciadas no outro.

A empresa que mais se destacou na evidência de informações foi a Cemig, que apresentou 91% das informações durante os três anos analisados. Contudo, tem-se um nível de evidência significativo, visível ao observar que das sete empresas seis apresentaram mais de 50% das informações checadas em todos os anos: Light, EDP Energias, CPFL Energia, Eletropaulo, AES Tiete, Cemig.

6. Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar se as empresas de energia elétrica listadas no ISE da B3 evidenciam informações ambientais voluntárias em seus relatórios de sustentabilidade referentes ao período de 2016 a 2018. Dos resultados, conclui-se que as categorias de informações mais evidenciadas pelas empresas foram as de políticas ambientais, educação, pesquisa e treinamento e outras informações ambientais.

Observou-se que há uma tendência crescente quanto à disponibilização de informações de cunho ambiental nos relatórios de sustentabilidade, visível ao analisar os grá-

ficos apresentados, indicando que as empresas estão dando cada vez mais importância à disponibilização desse tipo de informação. A empresa que apresentou mais informações foi a Cemig, com o percentual de 91% durante os três anos.

Embora haja uma tendência crescente da disponibilização dessas informações, é cabível ressaltar que as informações financeiras ambientais foram muito pouco evidenciadas, pois de seis subcategorias, apenas duas foram evidenciadas: investimentos ambientais e custos e despesas ambientais. Assim, sugere-se que as empresas façam uma análise nas suas políticas de evidenciação e vejam a possibilidade de evidenciar essas informações.

Entre as limitações deste estudo, tem-se o fato de que as análises foram restritas apenas às empresas de energia elétrica listadas do ISE, não englobando as demais que não compõem o índice. Considera-se também como limitação o fato de terem sido analisados apenas os Relatórios de Sustentabilidade, não tendo buscado as informações em outros relatórios ou demonstrações. Dessa forma, sugere-se, para futuras pesquisas, uma análise que amplie os instrumentos de análise de dados, com vistas a analisar o *disclosure* não só no Relatório de Sustentabilidade, mas também em outros relatórios ou demonstrações, como o conjunto das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e o Balanço Social.

Referências

- ARAÚJO, J. D.; LIMA FILHO, R. N.; SANTOS, J. S.; MENEZES, L. M. S. Determinantes do disclosure ambiental das empresas de material básico listadas na BM&FBovespa. *BrazilianJournalDevelopment*, v. 1, n. 5, p. 2359-2376, 2018.
- BORGES, A. P.; ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. *Revista Produção Online*, v. 20, n. 3, p. 404-417, 2010.
- BROWN, N.; DEEGAN, C. The public disclosure of environmental performance information a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory. *Accounting and Business Research*, v. 29, n. 1, p. 21-41, 1998.
- CORREA, J. A. A.; MARCUS, A.; TORRES, N. H. The natural environmental strategies of international firms: old controversies and new evidence on performance and disclosure. *Academy of Management Perspectives*, v. 30, n. 1, p. 24-39, 2016.
- CORREA, J. C. GONÇALVES, M. N.; SANCHES, S. L. R.; MORAES, O. R. Disclosure socioambiental de empresas norte-americanas listadas na NYSE: características e os possíveis fatores para a divulgação voluntária. *Contabilidade Vista e Revista*, v. 28, n. 2, p. 53-77, 2017.
- CORREA, J. C.; GONÇALVES, M. N.; MORAES, R. O. Disclosure Ambiental das Companhias do Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Listadas na BM&FBovespa: Uma Análise à Luz da Teoria da Legitimidade. *Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 4, n. 3, p. 139-154, 2015.
- DEEGAN, C.; RANKIN, M. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the Environmental Protection Authority. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 9, n. 2, p. 50-67, 1996.
- FERNANDES, S. M. Nível do disclosure ambiental das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa: uma análise do período de 2006 a 2010. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 6, n. 2, p. 106-120, 2012.

FORECHI, L. L.; REINA, D. R. M.; REINA, D.; NARCISO, L. F. Evidenciação ambiental das empresas do seguimento de papel e celulose. *Revista Gestão e Regionalidade*, v. 36, n. 107, p. 27-46, 2020.

GUBIANI, C. A.; SANTOS, V.; BEUREN, I. M. Disclosure ambiental das empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). *Revista Sociedade, contabilidade e Gestão*, v. 7, n. 2, p.7-23, 2012.

HUANG, C. L.; KUNG, F. H. Drivers of Environmental Disclosure and Stakeholder Expectation: Evidence from Taiwan. *Journal of Business Ethics*, v. 96, n. 3, p. 435-451, 2010.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

MACHADO, D. P.; OTT, E. Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil*, v. 11, n. 1, 2015.

MARQUEZAN, L. F. H.; SEIBERT, R. M.; BARTZ, D.; BARBOSA, M. A., ALVES, T. W. Análise dos determinantes do disclosure verde em relatórios anuais de empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade Gestão e Governança*, v. 18, n. 1, p. 127-150, 2015.

NOSSA, V. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor papel e celulose em nível internacional*. 2002. 249 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PEREIRA, R. M.; SILVA, V. R. F.; REINA, D. R. M.; REINA, D.; SILVA, W. A. M. Disclosure socioambiental das empresas brasileiras de capital aberto listadas no índice de sustentabilidade empresarial. *Revista de Administração e contabilidade*, v. 16, n. 32, p. 119-143, 2017.

PLETSCH, C. S.; BRIGHENTI, J.; SILVA, A.; ROSA, F. S. Perfil da evidenciação ambiental das empresas das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. *Contabilidade Vista e Revista*, v. 25, n. 3, p. 57-77, 2015.

RAFFAELLI, S. C. D.; AMARO, H. D.; SILVA, W. V.; ALMEIDA, L. B. Alisamento de resultados e disclosure ambiental: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia brasileiro. *Revista Ambiente Contábil*, v. 6, n. 1, p. 163-182, 2014.

RAHAMAN, A.S.; LAWRENCE, S.; ROPER, J. Social and environmental reporting at the VRA: institutionalised legitimacy or legitimization crisis? *Critical Perspectives on Accounting*, v. 15, n. 1, p. 35-56, 2004.

ROSA, F. S. ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; LUNKES, J. R. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. *Engenharia Sanitária Ambiental*, v. 16, n. 1, p. 157-166, 2011.

ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R. . Perfil do Disclosure Ambiental: Uma Investigação nos Relatórios Anuais e Balanço Social e Ambiental da Petrobrás. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 184, p. 1, 2010.

ROVER, S.; MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 3, p. 53-72, 2008.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, São Paulo, v.47, n.2, p.217-230, 2012.

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M.; JULIANI, L. I.; WBATUBA, B. B. R. Análise da evidenciação ambiental nas corporações brasileiras de alto impacto ambiental listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 9, n. 3, p. 46-71, 2018.

SILVA, T. L.; VICENTE, E. F. R.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. D. Environmental disclosure – informações sobre resíduos sólidos divulgadas pelas empresas potencialmente poluidoras listadas na bm&fbovespa. *Revista Ambiente Contábil*, v.5, n.2, p. 229-249, 2013.

VERRECCHIA, R. E. Essayson disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.



Ensaio reflexivo da relevância dos indicadores de desempenho contábil na qualificação econômico-financeira de licitantes

Entre as etapas que compõem um procedimento licitatório, a fase habilitatória de licitantes possui qualificações específicas, sendo uma delas a análise de variáveis de situação econômico-financeira da entidade pleiteante do futuro contrato. Nessa análise, a legislação brasileira traz um conjunto de indicadores contábeis compreendidos como objetivos e suficientes para reduzir os riscos nas contratações, perpassando índices de liquidez até relação proporcional entre contratos firmados perante a receita bruta contabilizada ao resultado. O presente estudo traz, em uma abordagem qualitativa e bibliográfica, uma reflexão crítica do alcance idealizado de tais indicadores e exposição de suas eventuais falhas estruturais para que seja fomentada a discussão de melhorias nas sistemáticas de avaliação empresarial para o serviço público, quando necessário.

Tiago Luis Brugnera

Contador, mestre em Tecnologias e Gestão em Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), docente no curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC).
E-mail: tiagobrugnera@gmail.com

Rafael Possatto da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC).
E-mail: 680possatto@gmail.com

Rubens Leonardo Heck

Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC).

1. Introdução

Como parte integrante da revolução constitucional de 1988, os procedimentos cabíveis ao poder estatal para selecionar eventuais fornecedores de produtos e serviços para as demandas públicas devem preceder de um procedimento isonômico e impessoal denominado de 'licitação pública', retirando dos estados as competências legislativas sobre o tema, e pacificando os procedimentos a todas as esferas com a promulgação da Lei n.º 8.666, de 1993, em substituição ao Decreto-Lei n.º 2.300, de 1986. Sob a égide da então nova lei, esse procedimento passou a ter como objetivo seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública e com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (OLIVEIRA, 2020), assim, quando da existência de eventual demanda pública, como uma obra, serviço ou equipamento a ser adquirido, a administração pública definiria e divulgaria a demanda, de forma ampla, técnica e impessoal, no sentido de convocação de quaisquer interessados eventualmente habilitáveis para pleitearem o posto de fornecedor do Governo, seguindo as regras editalícias a cada caso.

Entre as fases de tal procedimento, está prevista a etapa denominada de 'habilitação' dos participantes, a qual se define como uma fase na qual agentes públicos apuram a qualificação jurídica, que está atrelada à habilitação de assumir obrigações; à qualificação técnica para adequada comprovação de expertise ou *know-how* atestável na execução do objeto do contrato, segregados em técnico-operacional e técnico-profissional; à regularidade fiscal perante as fazendas em cada esfera pública; e à qualificação econômico-financeira, que está atrelada a suportar os encargos do contrato de forma a reduzir os riscos da

contratação (CALASANS JUNIOR, 2015), para possibilitar que apenas interessados de boa perspectiva de continuidade e qualidade econômica para subsidiar certas demandas estratégicas possa participar dos certames. Neste íterim, inclui-se a comprovação da boa situação financeira, levantada de forma objetiva, por meio do cálculo de índices contábeis previstos no edital, sendo vedada a exigência de índices não usualmente utilizados para uma correta avaliação econômica (BRASIL, 1993).

No entanto, considerando que tais indicadores se substanciam em demonstrações contábeis de forma limitada, é possível que tais índices possam não ser suficientemente confiáveis para mensurar a qualidade econômica real de uma empresa, ou ainda mascarar falhas graves de perspectivas de continuidade empresarial. Não obstante, em uma tentativa de aprimorar os indicadores utilizados pela administração, um grupo de estudos envolvendo membros da Advocacia-Geral da União, do Tribunal de Contas da União e técnicos do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão levantaram novas formas de avaliar contabilmente empresas em questões licitatórias, que desencadeou a Instrução Normativa n.º 5, de 25 de maio de 2017, trazendo indicadores complementarem face a falhas estruturais que índices anteriormente apresentavam em relação à finalidade proposta.

Nesse aspecto, o presente estudo tem como objetivo geral a aná-



lise crítica dos índices contábeis exigidos pelas leis e normativos licitatórios vigentes, levando em consideração à conveniência e à importância que cada um pode ter em um procedimento de garantia da execução do objeto nas licitações públicas. Para tanto, este artigo estrutura-se em quatro tópicos para além desta introdução, abarcando, inicialmente, o bojo teórico atrelado ao assunto, passando à metodologia da pesquisa, resultando nas análises críticas e reflexivas dos indicadores de forma individual e encerrando com as considerações finais.

2. Referencial teórico

A licitação constitui requisito fundamental ao Estado quanto à seleção de quem irá contratar para a realização dos objetivos da ação administrativa; condiz como uma característica de governos democráticos, em que não há o arbítrio ou decisão exclusivamente pessoal de seus governantes. Além da restrição ao ato discricionário da administração pública, o processo licitatório possui como principal motivação a economicidade nos processos de

contratações que deseja realizar (CALASANS JUNIOR, 2015), aplicando-se a aquisições, obras e serviços, estes últimos, segregados em continuados e não continuados.

De acordo com a Instrução Normativa SEGES-ME n.º 05, de 25 de maio de 2017, e conforme o Art. 57 da Lei n.º 8.666/1993, que dispõe acerca da duração dos contratos públicos, serviços continuados são aqueles prestados por mais de um exercício financeiro, em razão da necessidade do ente público em manter o funcionamento de suas atividades. A suspensão do contrato pode vir a comprometer a prestação de algum serviço público, prejudicando o usuário. No tocante aos serviços não contínuos, é imposta aos contratados a definição de um período previamente determinado para prestação do serviço contratado, podendo o prazo ser, ou não, prorrogado, com as devidas justificativas cabíveis (BRASIL, 2017).

O edital corresponde à etapa de publicação do instrumento convocatório, no qual os possíveis interessados no certame terão acesso aos itens em disputa e poderão apresentar suas propostas. Deverão constar no edital a descrição breve e clara do objeto da licitação, prazos de execução e/ou entrega do objeto, sanções, documentos exigi-

dos na fase de habilitação, método de julgamento das propostas, relação de documentos a serem anexados no edital – projeto básico e/ou executivo, orçamento, entre outras exigências elaboradas pelo ente público (OLIVEIRA, 2020).

Conforme prevê o Art. 27 da Lei Geral das Licitações, a etapa de habilitação dos interessados no certame requer uma série de documentações e exigências relacionadas a competência e aptidão a participação e execução do objeto, como: habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e o cumprimento do previsto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição. A etapa de habilitação é uma série de procedimentos voltados à verificação da capacidade e integridade do interessado para participação em processos de contratações públicas (JUSTEN FILHO, 2004). Como norma, ocorre previamente a etapa de análise das propostas. Em caso de inabilitação do licitante, ele será excluído do certame e sua proposta será desconsiderada; possui como principal objetivo garantir que o licitante vencedor tenha condições técnicas, financeiras e idôneas de cumprir de maneira apropriada o objeto da licitação (ALEXANDRINO; PAULO, 2014).

Dessa forma, segundo Justen Filho (2004), a qualificação econômico-financeira refere-se à quantidade de recursos disponíveis para o ideal cumprimento do objeto contratado. Tais garantias são necessárias, pois o licitante apenas receberá o pagamento após a execução do contrato, ou seja, o contratado deverá de antemão custear despesas com mão de obra, equipamentos, ferramentas, etc. para executar o objeto da prestação. Em caso de carência de recursos por parte do contratado, acarretará execução inadequada ou insatisfatória do contrato e uma consequente incapacidade de suportar os efeitos da inadimplência.

Ainda acerca do Art. 31 da Lei n.º 8.666/1993, em seu § 5º, o reconhecimento de uma boa saúde financeira da empresa licitante será realizado de maneira objetiva por meio de análise das demonstrações contábeis, relacionados em edital previamente publicado pela administração e adequadamente justificado no processo licitatório. As exigências deverão estar ajustadas de acordo com valores adotados corriqueiramente no mercado, para maior precisão na avaliação da situação financeira, e se ela será suficiente para atender às exigências do contrato licitatório.

“A licitação constitui requisito fundamental ao Estado quanto à seleção de quem irá contratar para a realização dos objetivos da ação administrativa; condiz como uma característica de governos democráticos, em que não há o arbítrio ou decisão exclusivamente pessoal de seus governantes.”

2.1 Indicadores contábeis

A Análise das Demonstrações Contábeis pode ser entendida como uma técnica que tem como objetivo a apuração de indicadores que possam avaliar a capacidade de solvência, conhecer a estrutura patrimonial e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados. Essas informações são coletadas nas demonstrações financeiras de uma entidade em questão (SILVA, 2019) e tendo em vista suas finalidades e necessidades, são elaboradas para os usuários externos em geral (IUDÍCIBUS, 2017), tendo como objetivo proporcionar informações da entidade que sejam úteis a muitos usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. Essas informações – em conjunto com as notas explicativas – ajudam os usuários das demonstrações a preverem os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a época e o grau de certeza de sua geração (CPC, 2011).

De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2019), o índice é uma relação entre contas das demonstrações financeiras, usada como forma de investigar a situação econômico-financeira de uma entidade. É interessante destacar que Matarazzo (2010) trata os índices contábeis de maneira analógica aos índices utilizados por médicos, como quando se usa indicadores de pressão alta e de temperatura para se elaborar um quadro clínico de algum paciente. Na parte financeira, usam-se indicadores para avaliar a situação de uma entidade. Também a utilização de quocientes permite, além de retratar o que aconteceu, tirar algumas bases para inferir o que pode vir a acontecer no futuro e, com isso, identificar tendências que podem contribuir na tomada de decisões utilizando previsões. O objetivo do estudo da liquidez, para Silva (2019), é avaliar o grau de solvência

de uma entidade, demonstrando a capacidade financeira para saldar os seus compromissos. Nesse mesmo sentido, Marion (2012) destaca que a capacidade de saldar compromissos pode ser avaliada considerando o longo prazo, o curto prazo ou o prazo imediato.

O Índice de Liquidez Corrente (LC) mostra ao usuário da informação contábil, a capacidade de pagamento em curto prazo da entidade (BRIGHAM; HOUSTON, 2012). De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2019), esse índice demonstra o quanto a empresa possui em recursos de curto prazo para cada real de dívida, também em curto prazo. Para se chegar nesse índice, deve-se dividir o ativo circulante pelo passivo circulante. Se o resultado for maior que 1 (um), significa que o Capital Circulante Líquido – CCL – é positivo, havendo assim, compatibilidade entre os recursos que se espera receber e os que se espera pagar, ambos em curto prazo. Sendo assim, esse índice demonstra, além da capacidade de pagamento a curto, o potencial de financiamento da necessidade de capital de giro de uma entidade.

No entanto, alguns aspectos restritivos desse índice recaem na questão de que ele não releva a qualidade dos itens do Ativo Circulante e a sincronização entre recebimentos e pagamentos, Além disso, em razão dos critérios de avaliação de estoques, os índices podem restar distorcidos em relação à realidade financeira, além de outras variáveis intrínsecas a ele (DINIZ, 2015). Então, o índice de LC tende a ser mais preciso quando há um equilíbrio entre os índices que apuram o Prazo Médio de Rotação dos Estoques – PMRE – e o Prazo Médio de Recebimento das Vendas – PMRV. A análise desses índices em conjunto é de especial impacto, sendo que duas empresas podem apresentar índices idênticos e, em relação a 3 (três) anos, uma

vir aumentando e outra reduzindo nesse período, por isso, a análise de tendência é sempre necessária (ASSAF NETO, 2003). Esse índice também tem relevância aumentada quando é utilizado em conjunto com outros indicadores.

A liquidez geral, por sua vez, revela o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo e longo prazo para cada real de dívidas de curto e longo prazo, ou seja, demonstra a capacidade que uma entidade tem para pagamento atual com relação às dívidas em longo prazo e é calculado somando o Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo e dividindo-os pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019). O índice, de acordo com os autores, sofre efeitos das diferenças temporais de maneira maior que os outros. Iudícibus (2017) expõe que o problema dos prazos empobrece o sentido desse índice, a não ser que seja explicitamente levado em sua devida conta. Ademais, se não houver uma grande aplicação em valores a receber em longo prazo, a posição de liquidez desse período ficará comprometida.

Quanto à solvência geral, outro indicador que compõe os anteriores nas análises licitatórias é pouco explorado em obras publicadas e é encontrado dividindo o Ativo total pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante (BRASIL, 2017). Também chamado de Índice de Garantia, de acordo com Pinheiro (2007), o seu valor indica quanto uma entidade possui no seu ativo para cada real de dívida contraída. Esse índice não avalia a efetiva capacidade de uma empresa liquidar seus compromissos nos vencimentos, mas, nos casos de concorrências públicas, ela é bastante exigida, pois por ela se avalia, em casos extremos, a capacidade de pagamento nos casos de encerramento total das atividades.

O CCL, também chamado de Capital de Giro (CG), é uma medida estática de folga financeira de que uma entidade dispõe para liquidar os seus compromissos de curto prazo (SILVA, 2019). De acordo com Graham e Meredith (2010), nesse indicador se encontra a capacidade de uma entidade realizar seus negócios cotidianos com tranquilidade e sem escassez financeira, de expandir suas operações sem a necessidade de novos financiamentos e de se recuperar no caso de emergências e de perdas sem incorrer em desastres. No entanto, os autores alertam para o fato de essa ferramenta dever ser precedida da análise dos ciclos operacionais e financeiros da entidade (ROSS et al.; 2015).

Ainda em relação à estrutura de capital, oportuno indicar estudos realizados em analisar efeitos e variações e/ou remodelações das equações clássicas, como os trabalhos por Machado, Medeiros e Júnior (2010), identificando que estruturas de capital não são sensíveis às medidas de mensuração de alavancagem, e de Silva e Cavalcanti (2004), que adaptaram as fórmulas matemáticas adicionando a lucratividade no cálculo, com uma prospecção de análises mais confiáveis quanto à solvências em curto prazo em face da perspectiva de volumes de fluxos ativos e passivos.

A Instrução Normativa n.º 5, de 25 de maio de 2017 trouxe como exigência – na contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra – a apresentação de um CCL de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, usando como base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, utilizando-se, para a obtenção do CCL, a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, respectivamente. As demais ferra-

mentas de administração de capital de giro não são exigidas pela referida norma.

Na realização do cálculo do CCL, pode-se ainda observar, de forma isolada, a parte operacional e a financeira dos ativos e passivos circulantes. Utilizando-se o Ativo Circulante Operacional, que são os investimentos em atividades de compra, produção e venda, subtraído do Passivo Circulante Operacional, que é o financiamento das mesmas atividades, chega-se à NCG (SILVA, 2019). Já na utilização da diferença entre os Ativos Circulantes Financeiros – como no caso de disponibilidades, aplicações financeiras e imóveis para venda – e os Passivos Circulante Financeiros – como exemplos os empréstimos e financiamentos de curto prazo – chega-se ao ST (MARQUES; BRAGA, 1995; FLEURIET et al, 2003)). De qualquer forma, a utilização do CCL, do NCG e do ST revela apenas dados absolutos, sendo que a comparação entre entidades de diferentes tamanhos fica difícil.

O Índice de Endividamento – calculado pela divisão dos Capitais de Terceiros pelo Patrimônio Líquido – demonstra quanto uma entidade possui em dívidas com terceiros para cada real de recursos próprios, sendo assim, um indicador de dependência com terceiros e de avaliação dos riscos que se está sujeito nesse sentido, consoante Ludícibus (2017). De acordo com eles, ter um índice alto não indica necessariamente que a entidade está com um endividamento bom ou ruim, pois deve ser analisado também, o prazo de vencimento, a taxa de juros, o risco de moeda e outros fatores que demonstram a qualidade da dívida.

Há, também, os indicadores de imobilização de recursos. No caso da Imobilização de Recursos Próprios – IRP ou ICP se demonstra o quanto do Capital Próprio está investido em Ativos Imobilizados, em Investimentos ou em Ativos Intangíveis, ou seja, em ativos de baixa liquidez (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019). Quanto maior esse resultado, menos valores a entidade terá para investir em Ativos Circulantes, tendo que financiar as aplicações de curto prazo com os Recursos de Terceiros. De acordo com os autores supracitados, quanto mais uma entidade depender de terceiros, mais riscos ela terá, sendo o ideal a entidade financiar o Ativo Circulante com seus Recursos Próprios. Já no caso da Imobilização de Recursos Não Correntes apresentar como resultado algo superior a 100% (cem por cento) estará evidente que o Patrimônio Líquido somado com o Exigível a Longo Prazo não apresenta um saldo suficiente para cobrir os investimentos no Ativo Permanente, concluindo-se que os investimentos foram adquiridos com recursos do Disponível ou com Recursos de Terceiros com vencimento em curto curso prazo.



Além das comprovações já expostas, a Instrução Normativa n.º 5, de 25 de maio de 2017 exige também a comprovação de um Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, utilizando-se, para isso, demonstrações do último exercício social, sendo vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da apresentação da proposta. Além disso, deve o licitante apresentar declaração de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo ser atualizado de maneira idêntica ao parágrafo exposto acima (BRASIL, 2017), e, caso a diferença entre a declaração e a Receita Bruta da DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

A Lei n.º 8.666/1993 traz as exigências de documentações de forma geral, exigindo que os índices limitar-se-ão às demonstrações da capacidade financeira dos licitantes, tendo em vista os compromissos que serão assumidos no caso de adjudicação, sendo vedada a exigência de valores mínimos e de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou de lucratividade.

3. Metodologia

A razão para a determinação da presente pesquisa está relacionada ao desejo de conhecimento pela própria satisfação de conhecer, sendo a sua classificação quanto à finalidade, a “pura” (GIL, 2002). Esse tipo de pesquisa – também chamado de básico – busca um progresso científico, uma ampliação de co-

nhecimentos teóricos, não havendo preocupação com a sua utilização na prática. Essa pesquisa é formal, buscando generalizações, princípios e leis (MARCONI; LAKATOS, 2017). Além disso, há a descrição de características de determinado fenômeno, havendo uma nova visão de um problema. Com isso, a pesquisa pode ser classificada também como descritiva (GIL, 2002). Já em relação à abordagem, o fato de não se empregar alguma ferramenta estatística como base do processo de análise de um problema e o de não se pretender numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, classifica a pesquisa como qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2017). Em relação ao método, a pesquisa classifica-se também como dialética, pois as contradições analisadas darão origem a novas contradições, requerendo-se então, novas soluções. A dialética é uma forma de discussão, ou seja, de diálogo (MATIAS-PEREIRA, 2019). Sendo assim, a pesquisa busca a promoção de uma discussão sobre o tema abordado, com a problematização do assunto, o que pode originar novas contestações a serem resolvidas no futuro.

No tocante aos procedimentos adotados, realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica, pois a base do presente trabalho serão matérias já elaboradas – principalmente livros (GIL, 2002). Importante ressaltar que a pesquisa não será a mera repetição de algo já explorado, mas, sim, a análise do tema sob novo enfoque, chegando-se, então a reflexões com características inovadoras.

Considerando os aspectos particulares desta pesquisa, serão analisados os indicadores mais utilizados nas licitações públicas, sobretudo as previstas nas minutas editais sugeridas pela Advocacia-Geral da União aos órgãos públicos, baseadas na Lei n.º 8.666/1993 e IN SEGES/ME n.º 05/2017 de encontro

com a criticidade dos autores e posicionamentos literários em obras como as citadas no capítulo 2 deste trabalho.

4. Análise de dados

Como traz a legislação, sobretudo na Lei n.º 8.666/1993, a solicitação de indicadores contábeis limita-se à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, de índices de rentabilidade ou lucratividade. Neste aspecto, é particularmente mais comum e coerente que tais indicadores sejam cobrados em contratações mais arriscadas e de tempo prolongado, ou seja, na contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, geralmente solicitado o conjunto completo legalmente previsto, sendo elas (as análises) relativas aos índices de Liquidez Geral e Corrente, à Solvência Geral, ao Capital Circulante Líquido, à análise do Patrimônio Líquido e à Receita Bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício.

Nos processos de aquisição simples ou serviços de execução imediata e sem compromissos contínuos, cabe à administração julgar a adequação e riscos mitigados de tais índices em relação à concorrência pública e outros princípios administrativos. Assim, o presente capítulo seguirá com análises individualizadas criticamente de cada indicador previsto na legislação com seus prós e contras.



“Quando se analisam duas empresas com valores similares no Ativo e no Passivo Circulantes, a qualidade das contas pode fazer diferença na real capacidade econômico-financeira da empresa, elemento esse que não é levado em consideração no cálculo isolado das liquidezs.”

4.1 Indicadores de liquidez

Levando-se em consideração os índices utilizados na qualificação econômico-financeira dos procedimentos licitatórios, tem-se a exigência da Liquidez Geral e da Liquidez Corrente, acrescidas com um cálculo denominado de ‘Solvência Geral’ para a comprovação da boa situação financeira da empresa em curto e longo prazo. Porém, na sua análise individual, a Liquidez Corrente demonstra algumas falhas analisadas. A consideração de contas como as do ‘Estoques’ pode deixar a análise imprecisa, pois existem problemas, como a incerteza da venda, a ocorrência de perdas com incêndios, desastres naturais e outras imprevisibilidades, as perdas futuras com redução do valor de mercado (efeito no *impairment*), já que, segundo o CPC 16, o valor dos estoques deve ser o menor entre o valor de custo e o valor realizável líquido – que é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, sendo descontado deste os custos estimados para a sua conclusão e os gastos estimados para a concretização das vendas. Importante destacar que se parte da ideia de que os Estoques seriam equivalentes a uma disponibilidade, de forma que possa ser convertido integralmente em recur-

sos para quitação de dívidas, o que depende de aceitação de credores e/ou recebimentos no futuro com liquidação empresarial, trazendo imprecisão na análise.

Além disso, os recebíveis em curto prazo podem afetar a empresa no caso da inadimplência, sendo que a contabilização de uma Provisão para Devedores Duvidosos (credora) não é costumeiramente considerada de ser realizada por empresas pequenas (maioria no país), além de não ser uma garantia confiável. Junto a isso, a conta de Despesas Antecipadas também pode enfraquecer a capacidade de precisão do cálculo da LC, pois ela é uma conta já contratada, que ainda não foi consumida, em que isso geralmente ocorre no próximo exercício (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019). Com isso, em um caso hipotético, se a empresa registrar a conta de Despesas Antecipadas no Ativo Circulante e esse valor for utilizado no cálculo da Liquidez Corrente, o resultado que a empresa demonstrar para pagamentos em curto prazo levará em consideração uma conta que será descontada como despesa posteriormente, elevando a LC para um resultado superior ao factível e realizável.

Ademais, outro fator que deve ser observado em uma divisão,

como a da LC, é o da obtenção de um resultado idêntico para situações significativamente distintas. Isso ocorre, por exemplo, quando duas empresas em posições distintas, sendo uma com um Ativo Circulante de R\$10.000,00 (dez mil reais) e um Passivo Circulante de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e outra com um Ativo Circulante de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e um Passivo Circulante de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), apresentam o mesmo resultado na LC, ou seja, de 2,0 (dois pontos), igualando um indicador em situações patrimoniais divergentes. Esta falha foi considerada e “corrigida” apenas em 201a, quando se tomou o cuidado de analisar o Capital Circulante Líquido de forma conjunta com os indicadores de liquidez com o advento da IN SEGES/ME 05/17, como mais detalhadamente apresentado no decorrer deste tópico.

Quando se analisam duas empresas com valores similares no Ativo e no Passivo Circulantes, a qualidade das contas pode fazer diferença na real capacidade econômico-financeira da empresa, elemento esse que não é levado em consideração no cálculo isolado das liquidezs. Um exemplo seria a comparação entre uma empresa, que possui a maioria de suas

dívidas com altos índices de juros e com alto risco de multas e demais dispêndios, e outra, que possui suas dívidas controladas e relacionadas a investimentos em contas que possivelmente darão resultados ao ativo da empresa. Certamente, para a escolha de um executor de um contrato que durará anos, é preferível a contratação de uma empresa que possui contas com uma maior probabilidade de sustentabilidade do que uma empresa que possui uma LC alta, mas que possui grande probabilidade de não conseguir se manter no futuro – motivo este que se faria útil uma análise de Grau de Alavancagem Financeira – GAF–, vedada pela legislação por se fundamentar em indicadores de rentabilidade.

Por fim, cabe ressaltar que a LC fornece dados apenas considerando o curto prazo, sendo o Índice de Liquidez Geral, então, a ferramenta para o cálculo do curto e do longo prazo. Assim, demonstra-se pouco utilizável a análise individual para o propósito da demonstração da capacidade real de pagamento da empresa para fins de avaliação econômico-financeira. Pode-se trazer um exemplo, conforme exposto na Tabela 1.

Extraíndo-se os dados, tem-se: AC = 140, PC = 130, LC = 1,076. Aparentemente, o resultado da empresa é bom, pois ela mesma possui uma LC superior a 1,0 (um ponto). No entanto, se for feita uma análise superficial no Balanço Patrimonial, chega-se à conclusão que a empresa possui um alto valor de Estoques, de Clientes e de Despesas Anteci-

padadas, o que, como já explicado, pode apresentar diversos problemas e riscos para a efetiva conversão em dinheiro. Além disso, é importante observar a proporção do contrato com os valores do BP, pois, mesmo sendo o resultado superior a 1,0 (um ponto), os valores absolutos podem se demonstrar incapazes de garantir a execução do contrato, fato esse que é analisado pelo CCL.

Assim como o Índice de Liquidez Corrente, a empresa deve apresentar um resultado superior a 1 (um) também na LG. Como já exposto anteriormente, sabe-se que esse índice demonstra a capacidade de pagamento em curto e longo prazo e é calculado pela soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo dividida pelo Capital de Terceiros, desconsiderando-se, logo, as participações e os bens destinados à manutenção da empresa, que serão utilizados no cálculo da Solvência Geral, analisada posteriormente. Tal indicador é importante para evitar uma interpretação limitada da LC em casos, por exemplo, de empresas que tomam empréstimos de alto vulto e longo prazo, crescendo o Ativo Circulante e, em contrapartida, o Passivo Não Circulante, fazendo com que o indicador de curto prazo (Liquidez Corrente) demonstre uma saúde financeira bastante alta – o que não se sustenta.

Um problema considerável que deve ser observado é a situação de uma empresa que realiza um financiamento em contas de investimentos, de imobilizado ou de intangível, pois se aumentará o valor de contas não utilizadas no índice de LG e

de contas do exigível a longo prazo, em que, momentaneamente, observar-se-á a redução da LG, sendo que posteriormente essa situação se converteria em um aumento do Ativo Circulante pelos resultados alcançados, aumentando-se a LG de forma indireta e consequente. Cabe ressaltar que neste caso de financiamentos tem-se que a correta contabilização é sempre pelo montante presente da dívida, ou seja, o montante total do pagamento com um ajuste devedor dos juros previstos. Considerando que uma empresa não possua pretensão de quitação, o montante dos juros no ajuste (devedor) teria de ser prudentemente considerado como o inverso, sendo eliminado da conta e considerado o montante total (e não o amortizável).

Assim como já exposto, da Solvência Geral também se exige um resultado superior a 1 (um), no entanto, para procedimentos licitatórios práticos, observaram-se algumas situações que questionam a necessidade de sua utilização. Como a sua exigência é um resultado superior a 1 (um) e ela é analisada juntamente com a LG que tem a mesma exigência, observa-se que, se cumprido o requisito desta, o cálculo da SG é dispensável, pois como ela possui, além dos valores da LG na parte positiva do cálculo, os investimentos, o imobilizado e o intangível, o resultado sempre será maior ou, no mínimo, igual à LG. Além disso, a única possibilidade de esse valor ser igual ou inferior a 1 (um) é quando o Patrimônio Líquido tem o valor total igual a 0 (zero) ou seu saldo é negativo, na situação de passivo a descoberto. Sendo assim, parece mais simples e prático apenas observar o PL da empresa em vez de efetuar o cálculo da SG (JUSTEN FILHO, 2004).

Outra característica importante que deve ser observada em relação a essa análise é a sua finalidade frente ao processo de qualificação

Tabela 1 – Exemplo da parte circulante de um Balanço Patrimonial.

Balanço Patrimonial			
Ativo Circulante	140	Passivo Circulante	130
Caixa	10	Empréstimos	80
Estoques	60	Salários	30
Clientes	45	Tributos	20
Despesas antecipadas	25		

Fonte: elaborado pelos autores (2020).



econômico-financeiras das empresas que concorrem em procedimento licitatório. Toda a análise realizada é para selecionar a empresa que terá condições de executar o contrato firmado com a Administração Pública. O problema é que a SG está mais voltada à situação de encerramento da empresa e, por isso, a ideia é a contratação de uma empresa que não feche durante a execução do contrato. Mesmo assim, observando os setores da economia global, eventualidades podem ocorrer e a empresa, mesmo apresentando bons resultados, pode vir a ter que encerrar suas atividades no meio da execução de um contrato. Com isso, analisam-se os problemas que podem ocorrer na hora do fechamento da empresa: dificuldade ou impossibilidade de se extrair o valor justo dos bens; falhas na contabilização, com bens registrados em valor muito maior que o real; problemas com dívidas de “baixa qualidade” (com altos juros ou com prazos curtíssimos); ou até mesmo a descoberta de fraudes que maquiaram a real capacidade da empresa em relação aos seus bens para manutenção da atividade.

Por fim, há apenas a exigência do simples resultado superior a 1 (um) nas três análises. Considerando essa situação, conclui-se que essa simples cobrança de um valor mínimo para a LC, a LG e a SG pode subestimar as reais informações que os resultados dessas razões podem vir a trazer para o administrador público, pois é necessário que

se deixe explícita a necessidade de haver uma análise de todos os resultados em conjunto, extraindo-se todas as informações e observando-se cada característica que os resultados podem apresentar, de acordo com a finalidade do contrato. Como exemplo, para um contrato de longo prazo, deve-se dar prioridade para a empresa que resultar em uma LG maior, assim como se deve dar prioridade para a empresa que apresentar uma LC maior nos casos de contratos de curto prazo. Além disso, a cobrança de apenas o último Balanço Patrimonial e de apenas a última Demonstração do Resultado do Exercício enfraquece a qualidade que os resultados podem promover. Uma boa aplicação seria a análise das demonstrações de pelo menos 3 (três) anos anteriores, pois desse modo a administração pública possui elementos necessários para analisar 3 (três) situações possíveis: a apresentação de resultados idênticos, de resultados que estão em ascensão ou de resultados que estão em declínio.

O Capital Circulante Líquido busca evidenciar a folga – ou a falta – de recursos para honrar os compromissos de curto prazo. Tal análise é realizada por meio da diferença entre o Ativo Circulante e Passivo Circulante. Dessa forma, caso o CCL seja positivo, indica que a empresa apresentou disponibilidade de girar sua operação apenas com dinheiro próprio. O inverso ocorre quando o CCL calculado é deficitário, o que indica obrigações em curto prazo maiores do que ativos de curto prazo – necessidade de injeção de capital de terceiros ou de sócios (MATARAZZO, 2010). Em análise comparativa entre um exemplo hipotético, em que a empresa ‘Alfa’ possui R\$5.000,00 (cinco mil reais) como Ativo Circulante e R\$4.000,00 (quatro mil reais) como seu Passivo Circulante, conclui-se que sua LC será de 1,25, ou seja,

possui mais recursos disponíveis do que obrigações; já seu CCL será de R\$1.000,00 (mil reais). Em contrapartida, a empresa ‘Beta’ dispondendo de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) em seu Ativo Circulante e R\$6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais) em seu Passivo Circulante, apresenta os mesmos 1,25 de LC que a ‘Alfa’, entretanto, seu CCL será de R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Assim, é válido dizer que a empresa Alfa em relação à empresa Beta não apresenta a mesma capacidade operacional e financeira em atender, por exemplo, um contrato público de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

Em licitações, é válido ressaltar que o contratado só irá receber pelo serviço executado apenas após a sua prestação, e ainda com um prazo médio de até 30 (trinta) dias após (ALEXANDRINO; PAULO, 2014). Assim sendo, deverá arcar previamente com todas as despesas provenientes do contrato para então recebê-lo, não podendo os serviços serem interrompidos. Como de praxe, em se tratando de procedimentos públicos, previamente ao pagamento do contrato são realizados os procedimentos de fiscalização do contrato, declaração e recebimento de nota fiscal, análise de possíveis sanções, liquidação do empenho e pagamento. Em suma, a empresa deve possuir a capacidade financeira de se manter no mínimo 60 (sessenta) dias na preservação de suas atividades, sem depender diretamente do recebimento por parte da administração. A Instrução Normativa n.º 05, de 25 de maio de 2017, prevê, com base nas demonstrações contábeis da empresa apresentadas no ano anterior ao certame, em contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, um percentual mínimo de 16,66% (dezesesseis inteiros e

sessenta e seis centésimos) do valor estimado da contratação, estes sendo baseados na fração de 2/12 do período contratual, ou seja, 2 meses (ou 60 dias), em seu item 11 do Anexo VI:

11. Das condições de habilitação econômico-financeira:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

[...]

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; [...]

Voltando ao exemplo supracitado, em que o valor contratual é de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), a empresa deve possuir uma disponibilidade financeira em curto prazo mínima de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para honrar com a execução contratual, portanto, habilitando apenas a empresa 'Beta' ainda que tenha o mesmo indicador LC que a 'Alfa'. Entretanto, vale ressaltar que, como se trata de uma análise de apenas um caso, e considerando que a empresa está apta a participar de outros certames, tais valores podem não condizer com a real disponibilidade em curto prazo, assim como eventuais negociações com fornecedores – extensão de prazos de pagamento –, em que as obrigações podem deixar de ser de curto prazo para enquadrar-se em longo prazo.

Outra exigência trazida pelas normas de licitações, conforme exposto no referencial teórico, é a da comprovação de um PL de 10% (dez por cento) do valor estimado

da contratação, utilizando-se para isso o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, podendo se utilizarem índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da apresentação da proposta. Cabe observar que a legislação traz a possibilidade da cobrança do Capital Social de 10% (dez por cento) também, porém a norma regulamentadora adotou somente a cobrança do PL máximo.

Primeiramente, é importante entender qual o conceito básico do PL e qual a sua relação com um possível valor estimado de contratação. De acordo com Iudícibus (2017), o PL evidencia o direito dos sócios e dos acionistas e contém os recursos que a empresa pode investir para o crescimento ou para distribuir aos sócios quando ocorre lucro, sendo uma obrigação com os proprietários. Na análise da equação fundamental da contabilidade, a verificação de um PL alto em comparação com os Capitais de Terceiros, geralmente, representa um fato positivo, pois significa que a empresa está tendo as origens de seus recursos por meio de valores menos dispendiosos que os do CT, porque estes geralmente possuem juros e são reclamáveis com terceiros, por isso são mais preocupantes de se lidar.

No entanto, a cobrança da comprovação de um PL mínimo é limitada pela legislação atual (Art. 31, § 2º da Lei n.º 8.666/1993) e, como já explicado anteriormente, a administração pública não pode cobrar qualquer porcentagem. Exemplificando, no caso de uma contratação com o valor estimado de 1 (um) milhão de reais, a administração pública não pode exigir um PL maior que R\$100.000,00 (cem mil reais). Essa limitação voltada ao promotor do procedimento licitatório pode ser justificada pelo fato de que a cobrança de um valor maior que 10% (dez por cento) seria desar-

razado, limitando a participação de muitos licitantes.

É importante observar que o PL possui contas como o Lucro não Realizado, as Ações em Tesouraria e as Reservas, que são valores não monetários, sendo considerados inúteis para garantir algum retorno financeiro, sendo isso um fator que corrobora para a limitação da cobrança por parte da administração pública. No entanto, com a cobrança de uma porcentagem, pode ocorrer, de forma exemplificativa, a aprovação de uma empresa 'X' – com um alto valor em contas não monetárias no PL – e a inabilitação de uma empresa 'Y' – que não possui o valor correspondente a 10% (dez por cento) exigido na licitação, mas que registra valores sólidos e garantidos e não possui valores não monetários. Essa situação, que pode ocorrer em qualquer procedimento licitatório, demonstra uma possível fragilidade, pois mesmo sendo razoável a exigência de determinado valor mínimo no CP, ela pode não ser garantidora de componentes monetários no PL do licitante.

4.1.5 Declaração do licitante de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados não seja superior ao seu Patrimônio Líquido

Ainda, conforme prevê a Instrução Normativa n.º 05, de 25 de maio de 2017, a exigência de declaração de que o comprometimento do Patrimônio Líquido com contratos firmados vigentes não seja superior a um doze avos – ou 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) – é uma forma de buscar





garantias junto ao Patrimônio Líquido da empresa, em que o ele servirá como instrumento de suporte para possíveis riscos, como o atraso no recebimento do serviço prestado. Dessa forma, tal declaração exige que o licitante possua, por no mínimo um mês, a capacidade de suportar a falta de pagamento – compreendem-se todos os contratos públicos firmados pela empresa –, ao mesmo tempo que não poderá cessar a execução dos contratos.

A referida declaração deve acompanhar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) do exercício anterior. Caso a receita bruta apresentada na DRE seja superior ou inferior a 10% (dez por cento) em relação à declaração, caberá ao licitante apresentar as devidas justificativas em razão do ocorrido. A divergência entre os valores não poderia ocorrer, pois a receita gerada pelos contratos firmados pela empresa – os 1/12 avos – vão constar na DRE como receita bruta, ou seja, os valores da receita bruta não poderiam divergir de maneira acentuada, devendo estar enquadrada nos 10% para mais ou para menos, de acordo com as exigências da Instrução Normativa 05/2017. As justificativas devem ser requeridas, caso a empresa tenha outra fonte de renda bruta que não seja a dos contratos firmados.

Ressalta-se que o Patrimônio Líquido, ainda que apresente valores significativamente altos, não é constituído apenas de Capital Social, mas também de ações em tesouraria, lucro não realizado, capital a integralizar, avaliação patrimonial, reservas de lucro e de capital – estas podendo não ser pecuniárias, entre outras

contas. Ou seja, o Patrimônio Líquido é composto de valores que são pouco úteis em caso de necessidades imediatas com a finalidade de suprir uma eventual falta de recebimento.

A exemplo, a empresa Delta possui em seu Patrimônio Líquido e suas respectivas contas os seguintes valores: Capital Social de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), avaliação patrimonial no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), capital a integralizar em forma de 1 (um) terreno, avaliado em R\$100.000,00 (cem mil reais), reservas de capital constituídas em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) depositados em Bancos e R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) distribuídos em máquinas e equipamentos da empresa.

Primeiramente, é importante conceituar a definição de imobilizado: de acordo com o CPC 27 (CPC, 2013), ativo imobilizado refere-se aos bens corpóreos que possuem a finalidade de manter as atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade (CPC, 2009b). Dessa forma, em caso de necessidade repentina de liquidez para honrar com seus contratos, observa-se uma dificuldade tornar em disponibilidades para empresa contas como capital a integralizar – que se trata de um terreno, ou seja, consta no imobilizado – e reservas de capital, que é composta também por contas do imobilizado. Já os valores de avaliação patrimonial referem-se ao reajuste para valores reais dos bens da empresa, pois as contabilizações de bens são realizadas de acordo com seu custo histórico, sendo necessário submeter os ativos para avaliação de seu valor corrente. Em suma, bens e direitos contabilizados no ativo não circulante e/ou no imobilizado tendem a necessitar de prazos maiores para se tornarem disponibilidades. Logo, a utilização de contas de avaliação patrimonial não cabe como garantia de dispo-

nibilidade, pois os valores reavaliados são acrescidos diretamente em seu ativo imobilizado, dificultando a liquidez.

4.2 Indicadores não exigidos nas análises

No caso de empresas com uma rotação de estoques baixa, que ocorre no caso de empresas que vendem produtos com baixa procura, a utilização da Liquidez Seca pode ocorrer de forma a complementar a LC. Isso se deve ao fato de os Estoques representarem uma grande parte do Ativo Circulante, mas serem, ao mesmo tempo, uma grande fonte de incertezas, pois, nesses casos, os Estoques são vendidos com mais dificuldade. Assim, na implementação da LS nesses casos, é interessante a exigência de uma pontuação mínima, para se ter a informação de qual a capacidade que a empresa possui no caso de não conseguir vender seus Estoques. Para efeitos elucidativos, um exemplo seria a exigência da LC mínima de 1,0 (um ponto) e a LS mínima de 0,5 (meio ponto), em que se buscaria a garantia da capacidade de pagamento em curto prazo com a LC e a garantia de que pelo menos a metade não depende dos Estoques da empresa (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019).

É costumeiro dizer que o grande objetivo de toda entidade é manter sua situação financeira em equilíbrio, de forma que seus compromissos sejam cumpridos, prejudicando o menos possível a sua rentabilidade. Para isso, são consideradas três ferramentas de análise, que são: o Capital Circulante Líquido (CCL), anteriormente já abordado; a Necessidade de Capital de Giro (NCG); e o Saldo em Tesouraria (ST). O CCL refere-se à diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante; já a NCG representa a diferença entre o

Ativo Operacional e o Passivo Operacional, ou seja, busca demonstrar a parcela do ativo operacional que não é financiada pelo passivo operacional, seja ela negativa – o que é benéfico para a empresa –, nula, ou positiva (ruim); por último, mas não menos importante, o ST, que retrata o Ativo Financeiro menos o Passivo Financeiro. Se positivo, o Saldo em Tesouraria indica sobre de recursos financeiros que garantem a liquidez em curto prazo. Já negativo – e de maneira ordinária –, demonstra possíveis problemas financeiros futuros. Como sendo um produto de análise de balanço, representam uma equação, onde: $CCL = ST + NCG$, ou seja, estão estritamente interligados, um afetando o resultado do outro (FLEURIET et AL., 2003).

Para fins de esclarecimento, Ativo Operacional representa os ativos essenciais para o andamento do negócio, como clientes, estoques, impostos, etc.; Passivo Operacional são os fornecedores, impostos (PIS, Cofins, ICMS, entre outros), salários a pagar, encargos sociais, etc. Já o Ativo Financeiro está atrelado a contas como disponibilidades, aplicações financeiras, ativos não circulantes que estão para venda, imóveis e demais correlacionados; o Passivo Financeiro a empréstimos, financiamentos – de curto prazo –, títulos descontados, débito com empresas coligadas e controladas, entre outros.

Se analisadas em conjunto, os valores encontrados em CCL, NCG e ST oportunizam importantes indícios sobre uma empresa e sua liquidez em curto prazo. Com esse intuito, Braga e Marques (1995) elencaram em uma planilha a categorização da Administração do Capital de Giro, sendo: Tipo I – excelente, quando o CCL é positivo, NCG negativa e ST positivo; Tipo II – sólida, onde o CCL continua positivo, NCG positiva e ST positivo; Tipo III – insatisfatório, com o CCL positivo, a

NCG positiva e ST negativo; Tipo IV – alto risco, onde o CCL é negativo, NCG negativa e ST positivo; Tipo V – muito ruim, representado por CCL, NCG e ST negativos, e Tipo VI – péssima, com CCL negativo, NCG positiva e ST negativa, sendo esse o pior cenário possível para uma entidade (MARQUES; BRAGA, 1995).

Sob a ótica de contratos licitatórios, tendo em vista a necessidade de previamente realizar a conclusão do contrato por parte da empresa para então o consequente recebimento, é substancial possuir um capital de giro que atenda ao custeio do objeto previsto em certame.

Partindo desse preceito, fica claro que as empresas que estão classificadas no tipo I devem atender mais do que satisfatoriamente ao objeto contratual, sendo este o cenário ideal; da mesma forma, as classificadas no tipo II, porém com menos “sobras” do ponto de vista financeiro, já que o passivo operacional não é capaz de financiar o ativo operacional de curto prazo. A partir do tipo III, onde o Saldo em Tesouraria já possui valores negativos, em razão de estar comprometido com a necessidade de capital de giro com empréstimos de curta duração. Assim sendo, o objeto do contrato pode vir a comprometer boa parte da liquidez da licitante, bastando uma turbulência no mercado para que o ativo operacional enfrente adversidades em sua realização. Já a partir do tipo IV, a situação se agrava e a classificação considerada suficiente para atender à execução do objeto do certame não se mantém; o CCL calculado é negativo; e a NCG é positiva, demonstrando que a empresa não é capaz de suportar com seus passivos operacionais a sua atividade produtiva. Outrossim, o ST negativo demonstra que a empresa financia sua NCG com empréstimos de curto prazo.

Além dessas análises relacionadas ao endividamento, a Imobiliza-

ção de Recursos Não Correntes refere-se à parcela de financiamento de longo prazo que está comprometida com ativos de baixa liquidez, dada pela diferença entre o Ativo não Circulante e o Ativo Realizável a Longo Prazo, divididos pela soma entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Não Circulante. Em suma, é utilizado para definir a proporcionalidade do ativo circulante em relação aos recursos não correntes. Caso o índice calculado seja maior do que 1 (um), significa que a entidade está imobilizando os recursos do Passivo Circulante, ou seja, os Recursos Não Correntes são incapazes de financiar o Ativo Circulante. O inverso ocorre caso o índice apresentado seja menor do que 1 (um), significando que os Recursos Não Correntes são suficientes para financiar o Imobilizado (ASSAF NETO, 2003).

A exemplo, a empresa Gama apresenta as seguintes informações: Ativo não Circulante de R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), Patrimônio Líquido de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e Passivo não Circulante de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Aplicando-se a fórmula da Imobilização dos Recursos Não Correntes, tem-se uma Imobilização de aproximadamente 58%, ou seja, valores adequados para concluir que a empresa não está utilizando recursos de curto prazo como forma de subsidiar o Imobilizado. Em outro caso, a empresa Zeta demonstra em seu Ativo não Circulante a quantia de R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), Patrimônio Líquido de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e Passivo não Circulante de R\$100.000,00 (cem mil reais). De acordo com o método da Imobi-

lização dos Recursos Não Correntes, tem-se uma Imobilização de 133% (cento e trinta e três por cento), ou seja, recursos do passivo circulante estão sendo utilizados para custear o Ativo Imobilizado, sendo esse um sinal de instabilidade financeira.

Em análise dos dados apresentados e utilizando-se a fórmula da Imobilização do Patrimônio Líquido, tem-se uma imobilização de aproximadamente 66%, demonstrando que a empresa possui 2/3 (dois terços) de seu Patrimônio Líquido comprometido com o Imobilizado e assim apresenta um risco considerado menor justamente por estar abaixo de 1 (um).

Concomitante a esse exemplo, em que uma empresa que possui em seus cálculos da Imobilização do Patrimônio Líquido valores acima de 1 (um), conclui-se que ela irá necessitar majoritariamente de capital de terceiros para financiar suas atividades de curto prazo, o que demonstra uma fragilidade da entidade em “andar com suas próprias pernas”, pois está incapacitada de fazê-lo em razão de que seu capital próprio está comprometido com ativos do imobilizado. Conforme exposto anteriormente, em contratos públicos costumeiramente são celebrados os contratos de antemão para o posterior rece-

Tabela 2 – Exemplo de Balanço Patrimonial para cálculo da Imobilização do Patrimônio Líquido.

Balanço Patrimonial			
Ativo Circulante	200	Passivo Circulante	130
Ativo não Circulante	300	Exigível a L. Prazo	100
Imobilizado	180		
Realizável a L. Prazo	120	Patrimônio Líquido	270
Total do Ativo	500	Total do Passivo	500

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

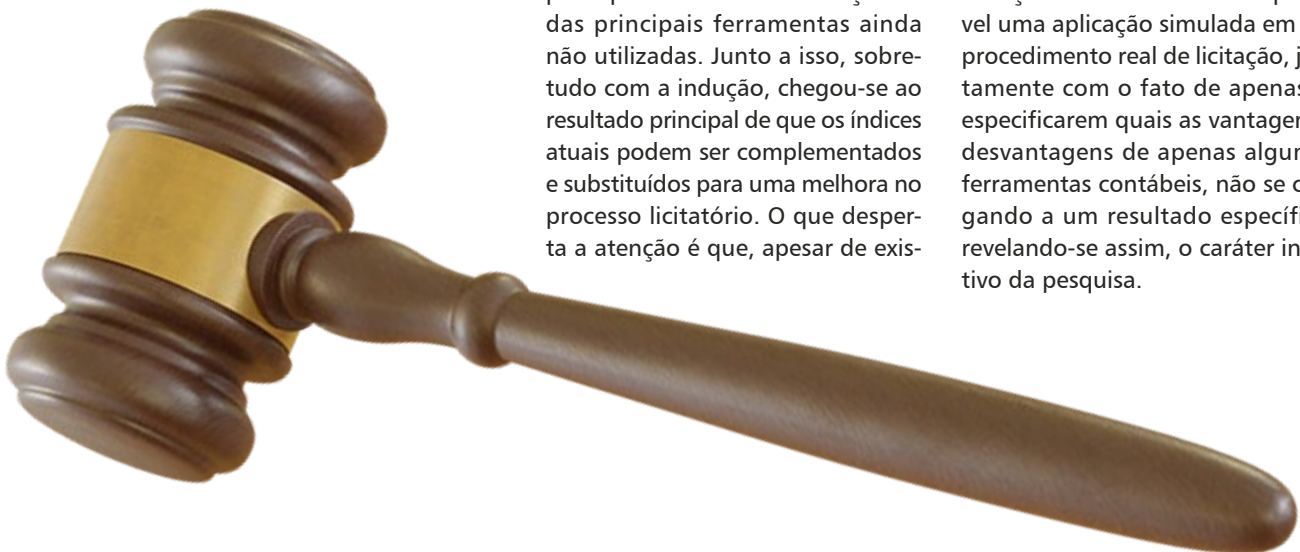
bimento, ou seja, a empresa deverá subsidiar todas as despesas que proverem da execução do contrato. Assim sendo, em caso de necessidade de aumento do grau de liquidez, possuir um grande número de ativos no imobilizado pode ser um empecilho para a entidade atender à demanda exigida do certame.

5. Considerações finais

A presente pesquisa procurou analisar criticamente a eficiência potencial dos indicadores de qualificação econômico-financeiros exigidos em instrumentos legislativos relacionados às licitações públicas. Junto a isso, buscaram-se analisar, também, outras possibilidades de técnicas contábeis aplicáveis. Com a utilização da pesquisa bibliográfica e discussões reflexivas, obteve-se a base para se efetuar a análise crítica dos índices cobrados nas principais normas de licitações e das principais ferramentas ainda não utilizadas. Junto a isso, sobretudo com a indução, chegou-se ao resultado principal de que os índices atuais podem ser complementados e substituídos para uma melhora no processo licitatório. O que desperta a atenção é que, apesar de exis-

tirem diversos tipos de demonstrações contábeis, os índices exigidos nas leis e normativas atuais muitas vezes não são capazes de garantir, por parte da empresa, o cumprimento integral do objeto do contrato em questão. Dessa forma, na tentativa de aprimorar e expandir a ótica de análise das demonstrações financeiras atualmente exigidas, o foco deste trabalho foi dissecar e exemplificar detalhadamente cada índice, expor suas possíveis falhas e, por fim, como forma de sugestão, considerar a análise de outros demonstrativos já existentes que poderiam vir a complementar o processo licitatório. Neste sentido, entende-se, pelo alcance do objetivo previsto no tópico de introdução neste trabalho, que foi de justamente avaliar os grupos de indicadores, suas falhas e limitações perante os fins idealizados.

Pela magnitude do assunto, a presente pesquisa possui como limitações o fato de não ser possível uma aplicação simulada em um procedimento real de licitação, juntamente com o fato de apenas se especificarem quais as vantagens e desvantagens de apenas algumas ferramentas contábeis, não se chegando a um resultado específico, revelando-se assim, o caráter indutivo da pesquisa.



Referências

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. *Direito Administrativo descomplicado* – 22 ed. São Paulo: MÉTODO, 2014.
- ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças Corporativas e valor*. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. *Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993.
- _____. Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019. *Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set. 2019.
- _____. Instrução Normativa n.º 5, de 26 de maio de 2017. *Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional*. Brasília, DF, 26 mai. 2017. Anexo VII-A. p. 71-72.
- BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. *Fundamentals of financial management*. Cengage Learning, 2012. CALASANS JUNIOR, José. *Manual da Licitação: orientação prática para o processamento de licitações, com roteiros...* – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2015.
- CPC 26. *Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2 dez. 2011.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 26: Apresentação das Demonstrações contábeis. *Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC*, Brasília, DF, 02 dez. 2011.
- _____. Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo Imobilizado. Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, Brasília, DF, 26 jun. 2009.
- DINIZ, Natália. *Análise das Demonstrações Financeiras*. Rio de Janeiro: SESES, 2015
- FLEURIET, Michel; KEHDY, Ricardo; BLANC, Georges. *O modelo Fleuriet: a dinâmica financeira das empresas brasileiras*. Campus, 2003.
- GRAHAM, Benjamin; MEREDITH, Spencer B. *A interpretação das demonstrações financeiras*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 10 ed. São Paulo: Dialética, 2004.
- MACHADO, Márcio André Veras; DE MEDEIROS, Otávio Ribeiro; JÚNIOR, William Eid. Problemas na mensuração da estrutura de capital: evidências empíricas no Brasil. *BBR-Brazilian Business Review*, v. 7, n. 1, p. 24-47, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.
- MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; BRAGA, Roberto. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 49-63, 1995.
- MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. *Análise didática das demonstrações contábeis*. 2. ed. [2. reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2019.
- MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. 4. ed. [3. Rempr.]. São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Licitações e contratos administrativos: teoria e prática*. 9. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

PINHEIRO, Juliano. *Mercado de Capitais: Fundamentos e Técnicas*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSS, Stephen Alan; WESTERFIELD, Randolph; JAFFE, Jeffrey; LAMB, Roberto. *Administração Financeira*. 10 ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2015.

SILVA, Alexandre Alcântara da. *Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis*. 5. ed. [2. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Adail Marcos Lima da; CAVALCANTI, Guilherme de Albuquerque. A lucratividade inerente e implícita no estoque na análise de liquidez estática. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 8, n. 4, p. 139-160, 2004.
